

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Câmpus de Presidente Prudente

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Jaqueline Telma Vercezi

Orientador: Prof. Dr. Dalton Áureo Moro
Co-orientador: César Miranda Mendes

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional e Planejamento Ambiental, para a
obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente
2001

V588g Vercezi, Jaqueline Telma.
Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá /
Jaqueline Telma Vercezi. - Presidente Prudente: [s.n], 2001.
xvii, p. 192 : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado). - UNESP, Faculdade de Ciências
Tecnologia, Presidente Prudente, 2001.
Orientador: Prof. Dr. Dalton Áureo Moro
Co-orientador: Prof. Dr. César Miranda Mendes

1. Região metropolitana de Maringá. 2. Metropolização.
3. Aglomerados urbanos. I. Título.

CDD. 18ª ed. 301.364816

CDD (18ª ed.) 623.71

Jaqueline Telma Vercezi

Gênese e Evolução da Região Metropolitana de Maringá

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE E ORIENTADOR

1º EXAMINADOR

2º EXAMINADOR

- aluno (a) -

Presidente Prudente, _____ de _____ de _____.

RESULTADO:

Para minha mãe, que me deu a vida, me ensinou a seguir em frente e nunca desanimar.

Ao meu esposo Virgílio, homem inteligente, trabalhador e companheiro, que há muito me apóia nas conquistas de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela luz, força e saúde proporcionadas nesta caminhada.

À minha mãe, luz da minha vida, que sempre me incentivou nos estudos e me fez acreditar que valeria o esforço.

Aos meus irmãos, Marineide e Edvaldo, por acreditarem e estimularem a minha iniciativa.

Ao professor Dalton Áureo Moro, que pacientemente orientou-me e me fez compreender a importância da persistência nos estudos.

Ao professor César Miranda Mendes, pela orientação, incentivos e motivações para cursar e concluir a pós-graduação.

Aos professores, Eliseu Savério Spósito, Marcos Alegre pelas críticas e sugestões na elaboração do trabalho.

À minha amiga Éster, mãe de meu marido, solidária, que apresentou contribuições da sua área de conhecimento para que eu pudesse concluir o meu trabalho.

À Beatriz Gramphel, Roseli Santos e Wilson Teixeira companheiros que enriqueceram a caminhada com sua disposição, diálogos e discussões.

Ao CNPq pelo financiamento e apoio a esta pesquisa.

À UNESP – Presidente Prudente, pela oportunidade e apoio institucional na realização da pós-graduação.

Enfim, a todas as pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Índice de Tabelas	vii
Índice de Gráficos	ix
Índice de Mapas	x
Índice de Figuras	x
Índice de Diagramas	x
Resumo	xi
Abstract	xii
Apresentação	xiii
Capítulo I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	1
1.1 – Objetivos do Trabalho e Justificativa	1
1.1.1 – Objetivos	1
1.1.2 – Justificativa	1
1.2 – Aspectos Conceituais e Metodológicos	2
1.3 – A Área de Estudo	8
1.3.1 – Localização	8
Capítulo II – A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	17
Capítulo III – A URBANIZAÇÃO PARANAENSE	31
3.1 – A Ligação entre a Expansão da Cafeicultura e o Processo de Povoamento do Norte Paranaense	46
3.1.1 – A atuação econômica no campo	49
Capítulo IV – METROPOLIZAÇÃO	66
4.1 – Metropolização no Brasil	66
4.2 – Metropolização no Paraná	76

Capítulo V –	GÊNESE E EVOLUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	81
	5.1 – As Tentativas de Gestão Territorial Integrada	81
	5.1.1 – Metronor	88
	5.1.2 – Metroplan	93
	5.1.3 – AMUSEP	102
	5.1.4 – A região metropolitana de Maringá	107
Capítulo VI –	ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA “REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ”	125
	6.1 – Sicredi Metropolitano – Unindo Forças na RMM	125
	6.2 – Centralização ou Descentralização – Como Pensar o Serviço Médico-Hospitalar na RMM	127
	6.3 – CIDERMMA – A Mobilidade Funcional Refletida em um Consórcio	137
	6.4 – Do Educacional para o Social – A Busca do Aprimoramento Pessoal como Instrumento da Produção	140
	6.5 – O Fluxo de Veículos Associados ao Consumo em Maringá.....	147
	6.6 – Gestão do Território como Instrumento de Preservação da Ordem Pública na Região de Maringá	155
	6.6.1 – Estrutura do 4º Batalhão de Polícia Militar de Maringá	155
	6.6.2 – Do real para o ideal – as propostas de gestão territorial integrada no 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá	157
	6.7 – Fluxo Populacional na RMM	161
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
	ANEXOS	179

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 01 – A população Urbana e Rural do Estado do Paraná de 1960 a 2000	42
TABELA 02 – A População Urbana e Rural do Brasil de 1960 a 2000	43
TABELA 03 – Maringá – População Rural/Urbana/Total – 1950 a 2000	63
TABELA 04 – População, Taxa Geométrica de Crescimento Anual, Grau de Urbanização e Densidade Demográfica – Região Metropolitana de Maringá	108
TABELA 05 – Evolução da Participação Populacional dos Municípios em % na Região Metropolitana de Maringá – 1950 a 2000	109
TABELA 06 – População Rural e Urbana dos Municípios da RMM – 1950 a 2000	113
TABELA 07 – Procedência e Direcionamento de Pacientes para Internamento Através da 15ª Regional de Saúde	130
TABELA 08 – Procedência de Pacientes do Hospital Universitário de Maringá dos Municípios que Compõem a RMM – Janeiro a Setembro / 2001	132
TABELA 09 – Participação dos Municípios no Número de Atendimentos do HU – Janeiro a Setembro / 2001	134
TABELA 10 – Pacientes Transferidos pelo Hospital Universitário Regional de Maringá para Internação em outros Hospitais – Janeiro a Setembro / 2001 Fora de Maringá	135
TABELA 11 – Pacientes Encaminhados pelo NIS III Zona Norte de Maringá Para Internação Ortopédica – Janeiro a Setembro / 2001 Fora de Maringá	136
TABELA 12 – RMM – Atendimento pelo Cidermma na Área Médico-Hospitalar	139

TABELA 13 – Amostra da Participação de Alunos que Estudam na Rede de Ensino Privado e que Residem nos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá	141
TABELA 14 – Amostra da participação de Alunos que Estudam na Rede de Ensino Privado e Estatal de Nível Superior e que Residem nos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá	143
TABELA 15 – Nível de Escolarização da População dos Municípios Polarizados por Maringá	146
TABELA 16 – Procedência de Veículos na Av. Brasil – Centro (Trecho entre a Praça Rocha Pombo até a Praça 7 de Setembro)	150
TABELA 17 – Amostragem por Placas de Veículos na Av. Brasil – Centro (Praça Rocha Pombo até a Praça 7 de Setembro) dos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá e Outros Municípios que Apresentaram Significativa Participação	151
TABELA 18 – Procedência dos Consumidores do Shopping Maringá (Big)	153
TABELA 19 – Procedência dos Consumidores do Atacadão	154
TABELA 20 – Policiais da Companhia Metropolitana com Sede em Maringá	160
TABELA 21 – Articulação de Passageiros no Transporte Coletivo da RMM no Período de Janeiro a Dezembro de 2000	164

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Desruralização e Urbanização Paranaense de 1960 a 2000 em %	42
GRÁFICO 02 – Desruralização e Urbanização Brasileira de 1960 a 2000 em %	44
GRÁFICO 03 – Taxa de Urbanização do Paraná e Brasil de 1960 a 2000 em %	45
GRÁFICO 04 – Maringá – População Rural/Urbana/Total – 1950 a 1996 ...	64
GRÁFICO 05 – População Rural, Urbana e Total do Município de Ângulo (1995 a 2000)	114
GRÁFICO 06 – População Rural, Urbana e Total do Município de Iguaçu (1995 a 2000)	114
GRÁFICO 07 – População Rural, Urbana e Total do Município de Mandaguaçu (1995 a 2000)	114
GRÁFICO 08 – População Rural, Urbana e Total do Município de Mandaguari (1950 a 2000)	114
GRÁFICO 09 – População Rural, Urbana e Total do Município de Marialva (1950 a 2000)	115
GRÁFICO 10 – População Rural, Urbana e Total do Município de Maringá (1950 a 2000)	115
GRÁFICO 11 – População Rural, Urbana e Total do Município de Paiçandu (1950 a 2000)	115
GRÁFICO 12 – População Rural, Urbana e Total do Município de Sarandi (1950 a 2000)	115
GRÁFICO 13 – Participação dos Municípios da RMM no nº de Atendimento do HU – Janeiro a Setembro/2001	134
GRÁFICO 14 – Procedência dos Veículos na Área Central de Maringá	152
GRÁFICO 15 – Fluxo de Consumidores do Shopping Maringá e Atacadão Oriundos dos Municípios da RMM	155
GRÁFICO 16 – Total de Passageiros na Articulação dos Transportes Coletivos da RMM	164

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 01 – Localização da Área de Estudo	9
MAPA 02 – Paraná: Mesorregiões e Microrregiões Geográficas	10
MAPA 03 – Divisões da Mesorregião Geográfica do Norte Central Paranaense	11
MAPA 04 – Microrregião Geográfica de Maringá e Seus Municípios	11
MAPA 05 – Metrôpole Linear Norte do Paraná – METRONOR	90
MAPA 06 – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu – METROPLAN	94
MAPA 07 – Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP	103
MAPA 08 – A Malha Urbana de Maringá, Sarandi e Marialva em 1970	111
MAPA 09 – A Malha Urbana de Maringá, Sarandi e Marialva em 2000	112
MAPA 10 – Paraná: Estrutura Viária – 1998	119
MAPA 11 – Área Parcial de Maringá e Pontos de Grandes Fluxos de Veículos	149

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ligações Viárias com Maringá	118
FIGURA 2 – 4º BPM – Identificação da Jurisdição do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá e as Propostas de Gestão Metropolitana	159

ÍNDICE DE DIAGRAMA

DIAGRAMA 1 – Perfil Esquemático da Pesquisa	3
---	---

RESUMO

A contextualização da ocupação recente do território do Norte Central Paranaense estabeleceu-se com uma colonização sistematizada, tendo como cenário socioeconômico o momento áureo do “Complexo Cafeeiro”. O aporte da modernização agrícola, já a partir de fins da década de 1960, intensificando e afirmando, regionalmente, a estruturação do “complexo agroindustrial, oportunizou, a partir da década seguinte, uma reordenação dos arranjos socioeconômicos e socioespaciais, acelerando a reestruturação da rede urbana, a distribuição espacial da situação rural-urbana da população, o declínio da participação relativa da população regional no total do Estado. Sem dúvidas, estas transformações são, em grande parte, decorrentes da definição de Maringá como pólo agroindustrial, com reordenação do setor terciário pautado na relação “capital-trabalho”. Esta nova situação liga-se à inserção da região na nova Divisão Internacional do Trabalho imposta pelo capital hegemônico, dirigido aos países centrais, no contexto do processo de globalização da economia. E é nesse quadro que se delinea a análise espacial da produção e da população da região de Maringá, gerando propostas de gestão desses espaços idealizados no METRONOR, METROPLAN e AMUSEP, influenciados pelos fixos e fluxos que constantemente são apresentados e intensificados na estrutura sistematizada entre grau de envolvimento de vários municípios, é nesse mesmo vislumbamento que as cidades de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Mandaguaçu, Ângulo e Iguaçu, foram institucionalizar a Região Metropolitana de Maringá. As aglomerações humanas dessas cidades estabelecem em decorrência de seu porte, intensidades e variações diferenciadas nas comutações estabelecidas entre elas, viabilizadas por novas reordenações socioeconômicas que vão sendo estabelecidas em espaços temporais cada vez mais breves. É assim que Maringá vem se projetando, lançando-se a uma funcionalidade com proporções que em um futuro próximo pode estabelecer relações propriamente ditas metropolitanas.

Palavras chave:

1. Região Metropolitana de Maringá; 2. Maringá; Metropolização; Aglomeração urbana.

ABSTRACT

The contextualization of the recent occupation of the territory of the Paranaense Central North happened with a systematized colonization, having as a socioeconomic scenery the: Cafeeiro's complex "golden moment". The contribution of the agricultural modernization, starting in the late 60's, intensifying and affirming, regionally, the structuring of the agriculture-industrial complex, starting in the following decade, lead to a reorientation of the socioeconomic and partner-space arrangements, accelerating the restructuring of the urban net, the space distribution of the rural-urban situation of the population, the decline of the participation of the regional population in the total of the State. Without any doubts, these transformations are, mostly due to the definition of Maringá as an agriculture-industrial pole, with reorientation of the ruled tertiary section in the relationship "capital-work". This new situation links to the insert of the area in the new International Division of the Work imposed by the hegemonic capital, for the central countries, in the context of the process of globalization of the economy. And it is in that picture that the space analysis of the production and of the population of the area of Maringá is delineated, generating proposes of administration of those idealized spaces in METRONOR, METROPLAN and AMUSEP, influenced by the fixed and flow ones that are constantly presented and intensified in the structure systematized among the degree of involvement of several municipal districts, it is in the same view that the cities of Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Mandaguaçu, Ângulo and Iguaraçu, came to institutionalize the Metropolitan Area of Maringá. The human gatherings of those cities establish due to its load, intensities and variations differentiated in the established commutations among them, made possible by new socioeconomic reorientations that are being more and more established in brief spaces of time. It is like this that Maringá is projecting itself, rushing to a certain functionality with proportions that in a close future can establish relationships properly called metropolitan.

Key Words:

1. Maringá's Metropolitan region; 2. Maringá; Metropolization; Urban gathering.

APRESENTAÇÃO

Decorrente da sua significância demográfica e sua força econômica e política, a região do norte do Paraná constitui um fértil campo de estudo para nós geógrafos.

A totalidade de estudos e teorias que fundamentam-se no fenômeno urbano e suas diferenciações, até então, em sua grande parte, tem levado em consideração as cidades de grande porte que caracterizam espaços metropolitanos já reconhecidos e analisados. Contrariamente tem ocorrido com cidades de porte médio, que geralmente somam monografias de cunho ideográfico, fato este marcante até os anos 60. No final dos anos 60 alguns trabalhos passaram a propiciar inovações neste campo de pesquisa, buscaram correlações dos processos sociais com desenvolvimento do espaço.

Face a expansão constatada pela Microrregião Homogênea do Norte Novo de Maringá, mas precisamente nas proximidades da cidade pólo de Maringá, nota-se a pouca expressividade de um estudo aprofundado que envolva a instituição de uma região metropolitana nesta área.

Ressalta-se que o avanço da fronteira agrícola ocorrido nesta porção do Paraná, oriunda da cafeicultura paulista, baseou-se em uma planejada estrutura do uso da terra, calcada em uma malha fundiária caracterizada pelas pequenas e médias propriedades e por centros urbanos estrategicamente definidos, servindo principalmente a partir da década de 50 a produção cafeeira, absorvedora de grande contingente populacional como mão-de-obra para produção.

A cafeicultura até não ver-se declinada em decorrência das influências climáticas e desestabilização do mercado consumidor foi responsável por numerosa população na região norte do Paraná. O definhamento da produção cafeeira em meados da década de 70, provocou alterações na paisagem, onde ao invés de se avistar extensas propriedades com plantações de café, passaram-se a verificar a substituição dessa lavoura por infundáveis cultivos de culturas temporárias, como a soja e o trigo, consideradas mais significativas para a economia do país para o momento.

Refletindo a essas alterações, perde-se em curto espaço de tempo um

elemento importante na paisagem, o homem, que ao ver-se sem objetivos norteadores no campo, passou a migrar para outras frentes de ocupação e para centros urbanos mais significativos do país.

Com todas estas alterações, a preocupação dos administradores do país, foi de proporcionar um desenvolvimento rápido para suprir a defasagem que a cafeicultura havia deixado. O modelo econômico seguido foi baseado em uma rápida industrialização com vistas à substituição das importações, reestruturando assim à economia do país em bases mais sólidas.

Com a região norte do Paraná não foi diferente, o forte processo de industrialização vivido pelo interior do Estado de São Paulo, repetiu-se, só que de forma mais branda, refletindo em uma reorganização deste espaço.

Com o aumento das exportações, principalmente grãos, a região reestrutura-se e reforça seu crescimento, dando continuidade a um processo de desenvolvimento, principalmente das áreas urbanas.

Reflexo de todas essas alterações provocadas pelo homem, torna-se mais forte a evidência da cidade pólo de Maringá. Decorrente da modernização agrícola houve transformações na paisagem agrária que refletiram em toda a rede urbana, resultantes do declínio do café e a substituição por outras culturas atreladas ao surto industrial da época. Observa-se nesse processo grandes alterações no seu papel, crescendo tanto territorialmente, como pólo dotado de infra-estrutura de serviços genéricos e sofisticados, suprimindo as necessidades dos municípios que lhe estão próximos e que reforçam o fluxo das relações coexistentes entre os mesmos, ora influenciando, ora sendo influenciado.

Os prenúncios da constituição da Região Metropolitana de Maringá vêm acontecendo principalmente em decorrência da incorporação de áreas agrícolas dentre as quais do uso rural do que outrora foi pequena cidade, reestruturando o território como resultado do processo de produção capitalista, que mantém fluxos sociais interativos.

O processo que vem se desenvolvendo nessa região estabelece a necessidade de analisar informações que permitam aos planejadores e órgãos municipais elaborar planos de urbanização compatíveis com a realidade presente no meio.

Em decorrência das poucas análises da questão metropolitana,

pretende-se com este trabalho confirmar a condição de uma metrópole.

A época em que estamos vivendo vem se caracterizando pelo crescimento das cidades, marcada pelas relações globais, possibilitando transformações e inovações ousadas e conseqüentemente gerando problemas e conflitos.

A produção aqui explanada vem se desenvolvendo com a intenção de resgatar e referenciar a questão que envolve a instituição da Região Metropolitana de Maringá, suas conquistas e dificuldades.

Os indicadores demográficos norteiam a dinâmica da população desde a fundação das cidades que estão inseridas no processo, conjuntamente com dados que realmente nos dão a configuração territorial necessária para que se possa afirmar a condição de Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandú, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu, instituída pela complementar nº 83, em 17/07/1998.

Concordantemente com a Constituição Federal de 1988, Art. 25, parágrafo 3º,

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A concretização das transformações ocorridas na legislação possibilitou o direcionamento de tendências da execução das funções públicas de interesse comum, visando organizar e fazer o planejamento entre os municípios integrados, afirmando desta forma a descentralização até então desenvolvida pela nação enquanto país, na qual os Estados passaram a ter autonomia para a criação de suas próprias regiões, proporcionando um maior comprometimento das partes interessadas.

O espaço organizado e adaptado em aglomeração pontua uma proximidade espacial da divisão do trabalho, colaborando para a junção de objetivos expressos pela sociedade funcional em busca de melhores estruturas para o desenvolvimento social.

Notoriamente referenciamos ao papel de um centro urbano não apenas como ponto de prestação de serviços e comercialização de mercadorias a uma

clientela externa, mas a um espaço onde são desempenhados os mais variados papéis, que partem ao encontro de uma hierarquia das localidades centrais, havendo destaque para as que praticam as produções industriais específicas, representações comerciais e as vendas no atacado com grande influência na região.

Entre produção e consumo, segundo Marx (1974), se coloca a distribuição que é quem vai determinar a capacidade de consumo, embora isso já se verifique na produção.

A cidade aparece como um ponto desta distribuição que, contribuindo para o fortalecimento do capitalismo, gera produções históricas e sociais que propiciaram a formação e estruturação de um capitalismo forte, que influenciam na organização do espaço.

“Alguns autores, entre os quais o próprio Marx, afirmam que em seus primórdios, o capitalismo é revolucionário na história da humanidade, pois, entre outras coisas, aumentou o número de pessoas que habitam as cidades, que têm então caráter transformador e faz crescer o trabalho livre”.¹

O arranjo espacial da Microrregião Homogênea do Norte Novo de Maringá, evidencia a condição de hierarquia desses municípios, que mantém relações múltiplas com a cidade de Maringá, destacada por um aparelho equipado de inúmeras funções de bens e serviços que são ofertadas constantemente, contrária a poucas funções dos pequenos centros que normalmente se destacam em pequenos papéis de sazonalidade das produções agrícolas.

Com as transformações sócio-econômicas evidentes na produção capitalista, principalmente direcionada acumulação internacional do capital através da produção, hoje vivemos uma nova revolução técnico-científica. As mudanças são intensas e constantes, o que nos leva a uma incessante renovação e atualização das técnicas, da produção, do produto e do consumo.

A “globalização”, à qual chamamos relações planetárias, cria possibilidades de se especializar em uma determinada função ou produção que pode ser conduzida para outras regiões e para o mundo, deixando de viver algo

¹ SANTOS, Milton. *Metamorfose do Estado Habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 53-54.

semelhante a autonomia. Em decorrência dessas inovações é que também as médias cidades estão tendo possibilidades de crescimento e expansão.

Neste contexto se insere Maringá, cidade de porte médio, onde a organização espacial se encontra subordinada às leis do Estado, e o conjunto de infra-estrutura faz com que ela exerça grande influência no Norte do Paraná, caracterizando a área como uma possibilidade real de uma região metropolitana.

Logo, estudar espaços metropolitanos é, via de regra, estudar as maiores densidades de concentrações de atividades e de decisões econômicas, de poder político, de difusão de inovações e de volumes demográficos, interrelacionando abordagens espaciais.

A pesquisa foi encaminhada através da busca de dados relativos aos conceitos adotados e referentes ao recorte geográfico elaborado.

Os procedimentos operacionais empregados para a elaboração deste trabalho consistiram, de forma resumida, no seguinte: utilização de diversos dados censitários e econômicos do Município de Maringá, consulta ampla sobre os trabalhos acadêmicos relacionados à ocupação do Norte do Paraná e à CMNP, bem como a elaboração de mapas temáticos que contribuem sobremaneira para a compreensão das questões abordadas no decorrer desta pesquisa.

No decorrer da dissertação, houve uma consciente necessidade de conseguir superar alguns desafios que se colocam diante de um trabalho como este, quais sejam:

- compreender a análise espacial como uma interpretação de estreita relação entre conhecimento empírico do objeto e a teoria baseada em distintas categorias de análise;
- conceber a sociedade ao mesmo tempo como reflexo e influenciador das múltiplas determinações sócio-econômicas, políticas e culturais;
- procurar, sempre que possível, fazer a intermediação das diversas escalas de análise, na busca do entendimento do contexto amplo que vai resultar em desdobramentos sobre o local.

Por esta razão, quando necessário, procuramos nos deslocar da realidade local para uma realidade regional, nacional, ou mesmo mundial, por avaliar que uma conjuntura mais abrangente resulta em reflexos sobre o objeto privilegiado do nosso estudo.

Capítulo I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

1.1 – Objetivos do Trabalho e Justificativa

1.1.1 – Objetivos

Este projeto tem como objetivos descrever, analisar e caracterizar a formação de uma possível Região Metropolitana de Maringá através das relações e interações sócio-espaciais entre seus componentes urbanos.

1.1.2 – Justificativa

Vivemos um período em constante mudanças, com transformações globalizadas e intensas, ora proporcionando tendências de homogeneizações na produção do espaço, ora se confundindo com a metamorfização das similitudes e diferenças dos territórios que se reestruturam em uma constante, propiciando uma nova organização do espaço.

Identificando uma nova realidade, há necessidade de definir a tendência do arranjo demográfico existente no espaço urbano para que as políticas territoriais sejam dotadas de efetivações políticas norteadoras de um bem comum entre as cidades integrantes da Região Metropolitana de Maringá.

A instituição da metrópole assume hoje importância fundamental para o crescimento econômico e social dos municípios integrantes, sendo que cada momento histórico marca maneiras de agir e modos de pensar e a produção de um determinado espaço demonstra a evolução de uma cultura que emerge em novas relações e estruturas.

Na atualidade o processo de expansão das cidades vem sofrendo intensas e constantes modificações na dinâmica populacional, estando fortemente

relacionado ao modo de produção capitalista inserido no meio em questão. Assim tornam-se necessários estudos para a compreensão desta metamorfose. Estudos esses que contribuirão para maior eficácia no gerenciamento e legitimação das adequações do espaço metropolitano em questão.

Ademais, existe carência de estudos que tratem da questão da evolução espontânea do processo de metropolização do aglomerado urbano de Maringá e que, efetivamente, justifique empiricamente a institucionalização dessa região metropolitana.

1.2 – Aspectos Conceituais e Metodológicos

Com relação a metodologia, a pesquisa prossegue em quatro fases segundo o perfil esquemático (DIAGRAMA 1) a seguir.

1ª fase - esquema teórico onde será fundamentada a 2ª fase dando lugar às seguintes correspondências:

Objeto – Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá.

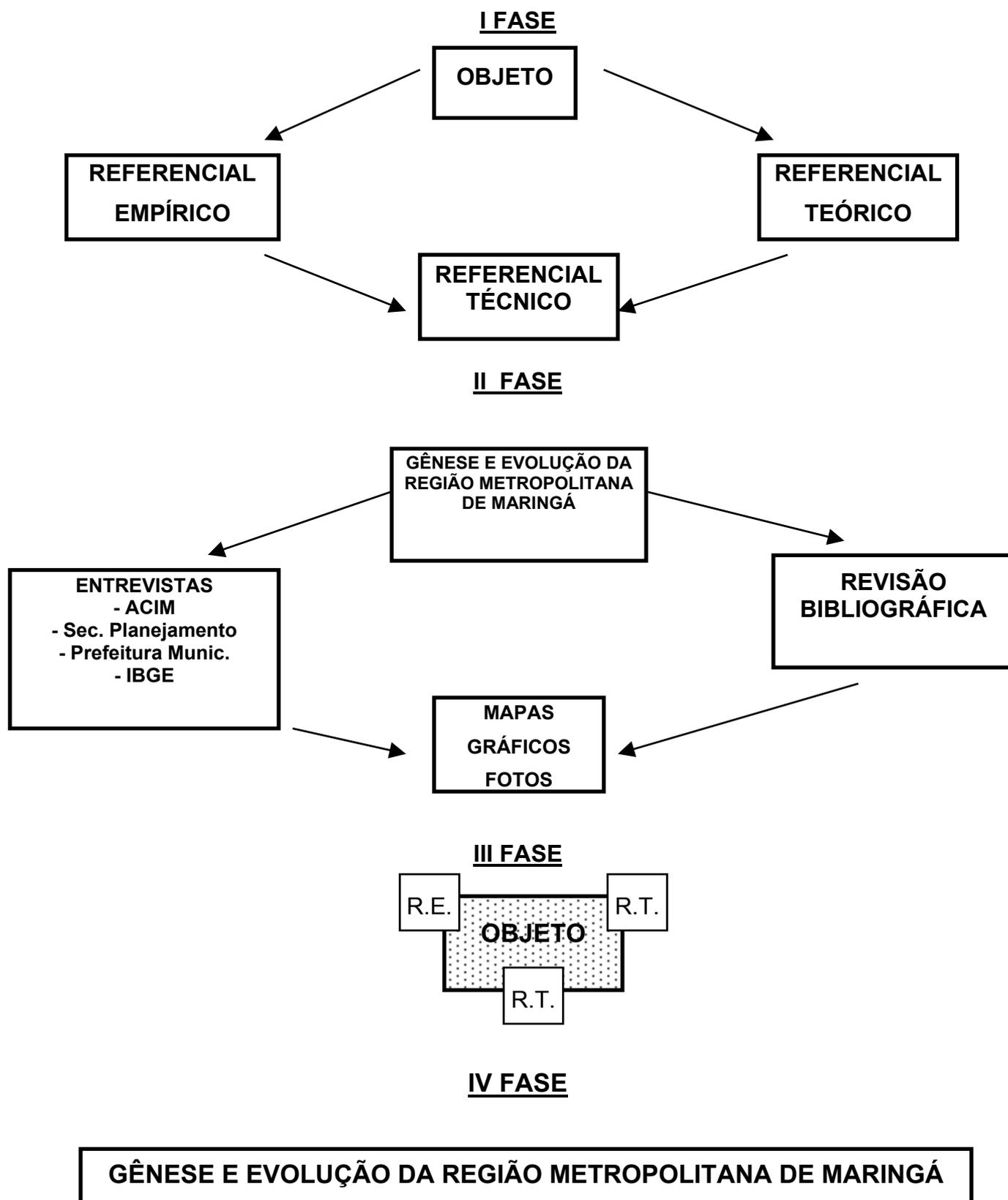
Referencial Teórico – O suporte teórico de embasamento da pesquisa é de suma importância pois, a significância de se ter um respaldo teórico para explicar, justificar, compreender e dar significado aos fatos averiguados faz com que o pensamento científico do pesquisador não caminhe para formulações vazias e nada concretas, mas sim formulações de possíveis teorias, talvez inovadoras enquanto conceitos a serem aprimorados.

A medida em que o embasamento teórico torna-se o norteador dos objetos a serem alcançados, Trivínos (1987) expõe:

*“a teoria deixa de ser um modelo, uma luva, onde qualquer realidade deve adaptar-se as suas dimensões. Pelo contrário, é a realidade que aperfeiçoa freqüentemente a teoria. Mas, às vezes, a invalida totalmente ou exige reformulações fundamentais”.*²

² TRIVIÑOS, Augusto. N. S. *Introdução – Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: ATLAS, 1987. p. 104.

DIAGRAMA 1 – Perfil Esquemático da Pesquisa



Referencial Empírico – Coleta de dados junto à Prefeitura de Maringá; entrevistas em instituições de ensino e do governo (IBGE), empresas de transportes, estruturas médico-hospitalares, sendo esses dados trabalhados estatisticamente, a fim de serem usadas na análise qualitativa.

Posteriormente, procura-se contextualizar, identificar e classificar a importância de Maringá na divisão do trabalho, uma vez que essa cidade influencia no processo de metropolização da região caracterizando as relações demo-econômicas estabelecidas entre o pólo e as cidades que são polarizadas por Maringá, criando direcionamentos e relações de movimentos pendulares dependentes das atividades exercidas na cidade pólo.

Referencial Técnico - Para melhor demonstrar as informações obtidas faz-se necessário o uso da representação cartográfica na elaboração de gráficos, mapas e outras representações necessárias, a aquisição da procedência dos veículos para a constatação do fluxo foi obtida através do levantamento das placas dos veículos, bem como fotografias que possam ilustrar a pesquisa.

A 3ª fase corresponde à etapa de junção dos referenciais, empírico, teórico e técnico em torno do objeto, permitindo uma visão holística do objeto pesquisado, por meio dos dados obtidos, transformando-os em material de base para a conclusão.

A 4ª fase compreende a análise final dos dados obtidos na pesquisa, para que se possa ter a percepção sócio-espacial da metropolização da região de Maringá.

É de fundamental importância que se estabeleça, no início desta pesquisa, uma abordagem que conceitue meso e microrregiões geográficas nas quais, “a organização do espaço refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial”.

Neste sentido, o IBGE (1989), menciona que na Metodologia Operacional da Identificação das mesorregiões

“(...) foram estabelecidos os seguintes parâmetros (...), a saber: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.”³

³ BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim de Serviço*. n. 1763 (Suplemento), Rio de Janeiro, 1989. p. 2.

enquanto que as microrregiões geográficas são conceituadas como parte da mesorregião que apresentam características específicas no que se refere à organização do espaço.

“As microrregiões são definidas como partes das Mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Estas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer a mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional.”⁴

O fenômeno da urbanização foi estruturada por dois grandes fatores que modificaram o comportamento sócio-econômico da humanidade no século XX: a Revolução Tecnocientífica⁵ e sua resultante, a explosão demográfica⁶.

A cidade, em seu conceito geográfico mais simples, é o aglomerado de habitações e edificações em geral, distribuídas em praças, quarteirões e ruas ou avenidas, habitado por algumas milhares de pessoas, provido de infra-estrutura de serviços urbanos – água encanada, coleta de lixo, esgoto, transportes coletivos, etc – com atividades econômicas que não dependem do solo e com autonomia político-administrativa regida por poderes municipais. Entretanto, numa análise sócio-econômica dessa paisagem humanizada encontramos conceitos mais “completos”.

Segundo Castells (1983)

⁴ BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *op. cit.*, 1989. p. 2

⁵ Trata-se de um conjunto de avanços tecnológicos e científicos ocorridos nas últimas décadas do século XX, que ensejaram grandes mudanças nas áreas produtivas, nas telecomunicações, na medicina, na agricultura e pecuária, entre outras.

⁶ É o crescimento inusitado da população humana, decorrente da diminuição da mortalidade e acelerado no pós-guerra, principalmente em decorrência dos progressos da medicina, do saneamento básico e das condições de vida. Embora as sociedades ao se desenvolverem tendam a menor taxa de natalidade, alcançam menor taxa de mortalidade infantil e geral e criam maior expectativa de vida, aumentando, em casos como o da população brasileira, a taxa de crescimento vegetativo ou natural.

“As cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do excedente produzido pelo trabalho da terra. Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se portanto também de um novo sistema social, mas que não está separado do tipo rural, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos em presença de duas situações diferentes.”⁷

Observa-se a necessidade de espaços com funções específicas dentro de uma determinada contextualização de agrupamento humano, planejados e articulados por níveis de comunicação e sistemas de transportes cada vez mais intensos e eficazes no gerenciamento de coisas e idéias.

Este contexto é abordado por Carlos e Rossini (1986) afirmando que

“... o espaço não é algo pronto e acabado, está em contínuo movimento. É o resultado da matéria trabalhada em sua totalidade. É exclusivamente dinâmico, pois o movimento jamais termina, especialmente porque se considera que a produção do espaço é fruto de existência humana, isto é, do trabalho humano. A partir da relação de trabalho – através do processo de produção – a sociedade não só transforma o meio circundante em espaço produzido, como também se modifica nesse processo.”⁸

Os processos de (re) organização e intensificação do espaço urbano estão intrinsecamente relacionados à situação econômica do meio em questão, refletindo a estrutura do capital/estado atuantes em maior ou menor grau na sociedade que é caracterizada pelas relações sociais de diferentes grupos de indivíduos, onde o homem sofre transformações e transforma o seu espaço circunstancial em busca de uma aquisição material, caracterizada pelo produto de seu trabalho e a articulação e apropriação diferencial resultante da sua prática.

George, apud Santos (1996) salienta que o espaço sofre influência de um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem desenvolve, produz e cria sua vida e seu espaço, ou seja, faz uso da técnica, que

⁷ CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 16.

⁸ CARLOS, Ana Fani A.; ROSSINI, Rosa Ester. *População e Processo de Estruturação do Espaço Geográfico*. *Revista do Departamento de Geografia da FELCH*, n. 2. São Paulo: USP, 1986. p. 8.

influencia de maneira e níveis diferentes, a seguir:

“a ocupação do solo pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, espaços reservados à circulação) e também através das transformações impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência”⁹.

Todas as realidades encontradas até aqui, nos direcionam na persistência e necessidade de reflexões sobre os sistemas delimitados pela questão urbana.

Com efeito, Paviani (1994), retrata:

“..., mais do que em toda a História da Humanidade, o urbano e o processo que o gera, a urbanização, se impregna de movimento, mudanças e transformações que a sociedade mesma lhe impõe. Tempo e espaço se amalgamam, acelerados por forças acumuladas na urbanização pretérita, sendo vetores que demarcam as tendências, desejos e pressões em diferentes contextos e formações sócio-espaciais.”¹⁰

Em qualquer paisagem onde se encontre, a cidade reflete a sua dependência em relação ao espaço geográfico. Tais relações de dependência são determinadas ou orientadas pelo sítio urbano (lugar onde se encontra a cidade), pela situação geográfica (a posição da cidade em relação a toda a região circunvizinha), pela rede urbana (conjunto de cidades de uma região) e pela hierarquia urbana (a graduação de importância das cidades dentro da rede urbana).

Segundo o IBGE, as regiões metropolitanas são definidas por um agregado de municípios limítrofes, caracterizados por forte fluxo demográfico, uma estrutura ocupacional com acentuada predominância dos setores secundário e terciário e um sistema de integração que se traduz pelo movimento constante de pessoas entre as unidades que as compõem, complementando e suplementando o mercado de trabalho, refletindo no ambiente que aos poucos vai sendo alterado e danificado.

⁹ GEORGE, Pierre, apud SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo: Razão e Emoção*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996. p. 25.

¹⁰ PAVIANI, Aldo. *Mudança ou Transformação na Cidade: Uma abordagem preliminar*. GEOSUL/CFTI, n. 17, Ano IX, Florianópolis: UFSC, 1994. p. 27.

1.3 – A Área de Estudo

1.3.1 – Localização

A área deste estudo corresponde ao espaço urbano do Município de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandú, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu, ou seja, a *área metropolitana de Maringá*¹¹ (MAPA 1). Este espaço faz parte, segundo o IBGE (1989), da Mesorregião Geográfica do Norte Central Paranaense (MAPA 2) que compreende as Microrregiões Geográficas de Maringá, Astorga, Porecatu, Florai, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã (MAPA 3 e 4).

Localizada na latitude do Trópico de Capricórnio (23°25' S) e na longitude de 51°25' W, a cidade de Maringá situa-se na chamada Microrregião de Maringá (MAPA 4).

A área municipal de Maringá limita-se ao Norte, com a de Astorga; ao Norte-Nordeste com a de Iguaçu; a Leste-Nordeste-Sul com a de Sarandi; ao Sul-Sudoeste com a de Floresta; a Oeste-Sudoeste com a de Paiçandu e a Oeste-Noroeste-Norte com a de Mandaguaçu.

Segundo a Prefeitura de Maringá¹² (1984), a superfície do município é de 473,0 Km², englobando a sua área urbana, com 128,2 Km².

Inicialmente, sua economia foi impulsionada pela produção cafeeira e pela sua excelente condição locacional, que propiciou a implantação de infra-estrutura poderosa.

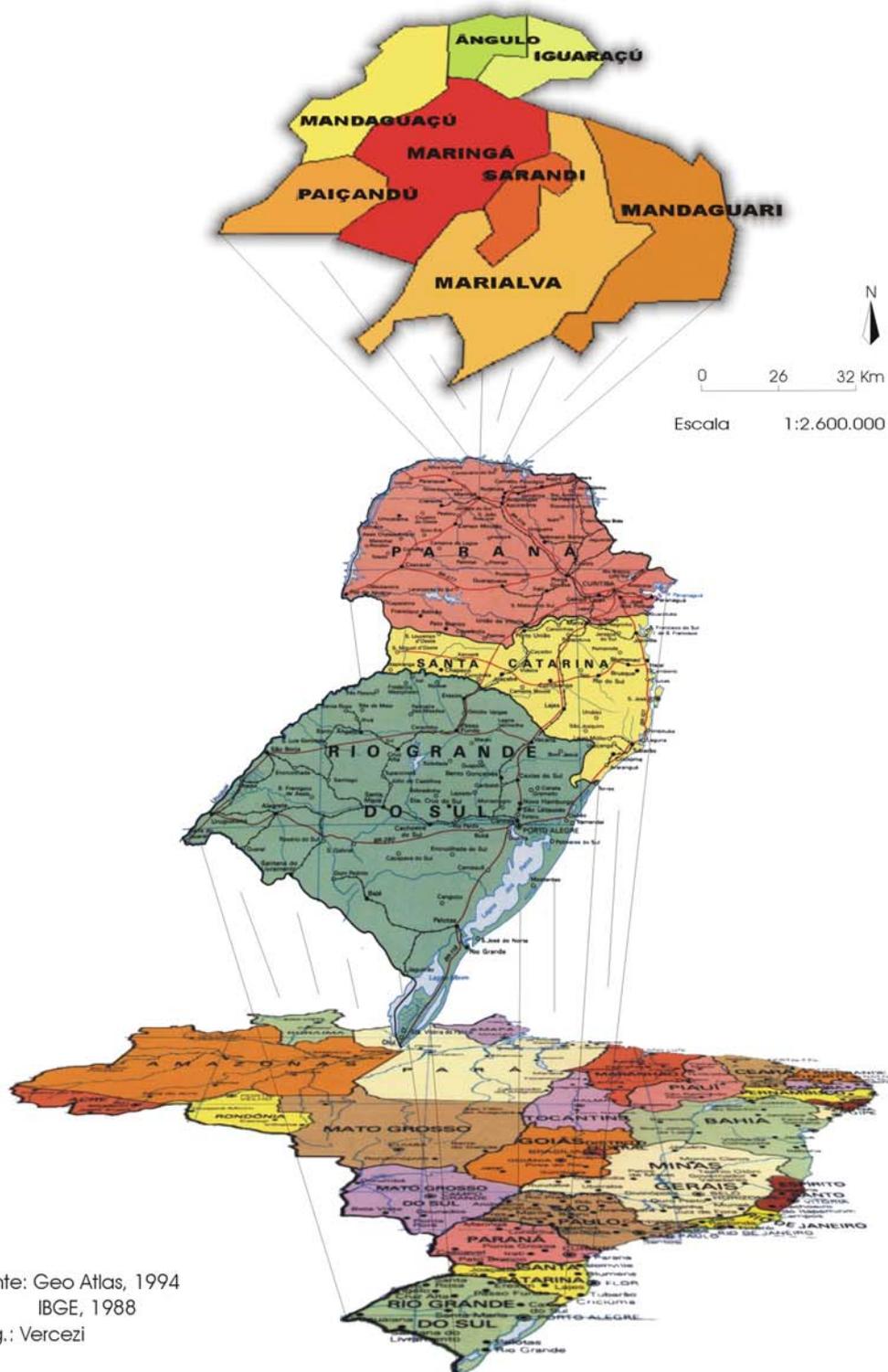
Pólo regional que divide com a cidade de Londrina o comando do Norte-Noroeste do Estado do Paraná, estende sua área de influência ao interior do estado de São Paulo, inclusive ao território do Estado de Mato Grosso do Sul e todo Oeste.

A cidade desenvolveu-se rapidamente: em 1950 contavam-se na sede do município cerca de 7.270 habitantes, população que, em dez anos, chegou a 47.592. O censo de 1970 acusou para o município um total de 121.374 habitantes, e o de 1980 dava para Maringá 168.239 moradores. No ano de 2000, o município contava com 288.465 habitantes, segundo o IBGE.

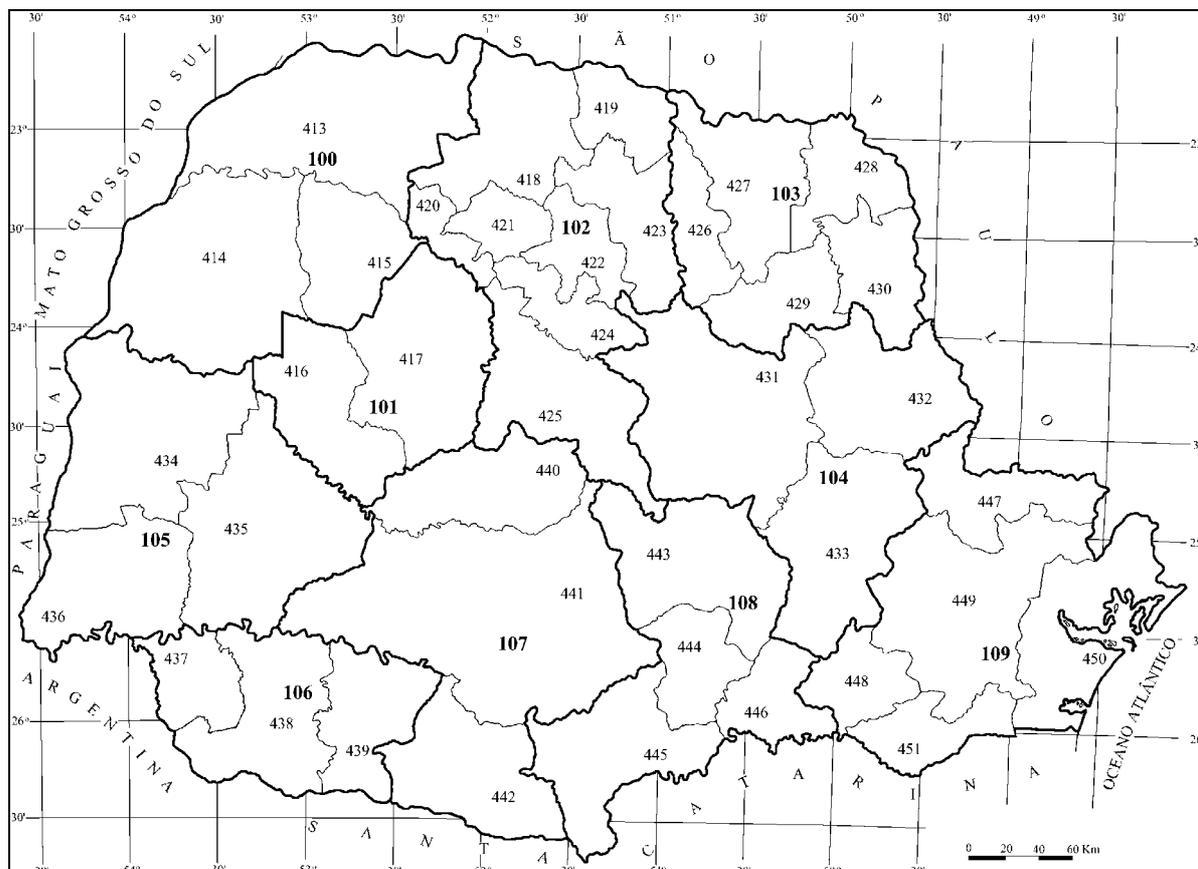
¹¹ Lei complementar nº 83 em 17/07/1998, concordantemente com a Constituição Federal de 1988, Art. 25, parágrafo 3º.

¹² MARINGÁ. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento (Divisão de Modernização, Administrativa e Controle de Qualidade). *Perfil da Cidade de Maringá*. Maringá: s.n. 1984. p. 12.

MAPA 1 - Localização da área de estudo



MAPA 02 – Paraná: Mesorregiões e Microrregiões Geográficas



FONTE: IBGE, 1995/1996 – Censo Agropecuário do Paraná
ORG.: BERNARDINO

LEGENDA:

100 – Mesorregião do Noroeste Paranaense

- 413 – Microrregião de Paranavaí
- 414 – Microrregião de Umuarama
- 415 – Microrregião de Cianorte

101 - Mesorregião do Centro Oeste Paranaense

- 416 – Microrregião de Goioere
- 417 – Microrregião de Campo Mourão

102 - Mesorregião do Norte Central Paranaense

- 418 – Microrregião de Astorga
- 419 – Microrregião de Porecatu
- 420 – Microrregião de Florai
- 421 – Microrregião de Maringá
- 422 – Microrregião de Apucarana
- 423 – Microrregião de Londrina
- 424 – Microrregião de Faxinal
- 425 – Microrregião de Ivaiporã

103 – Mesorregião do Norte Paranaense

- 426 – Microrregião de Assaí
- 427 – Microrregião de Cornélio Procópio
- 428 – Microrregião de Jacarezinho
- 429 – Microrregião de Ibaiti
- 430 – Microrregião de Wenceslau Braz

104 – Mesorregião do Centro Oriental Paranaense

- 431 – Microrregião de Telêmaco Borba
- 432 – Microrregião de Jaguaíva
- 433 – Microrregião de Ponta Grossa

107 – MESORREGIÃO DO CENTRO SUL PARANAENSE

- 440 – Microrregião de Pitanga
- 441 – Microrregião de Guarapuava
- 442 – Microrregião de Palmas

108 – Mesorregião do Sudoeste Paranaense

- 443 – Microrregião de Prudentópolis
- 444 – Microrregião de Ibaiti
- 445 – Microrregião de União da Vitória
- 446 – Microrregião de São Mateus do Sul

109 – Mesorregião Metropolitana de Curitiba

- 447 – Microrregião de Cerro Azul
- 448 – Microrregião da Lapa
- 449 – Microrregião de Curitiba
- 450 – Microrregião de Paranaguá
- 451 – Microrregião de Rio Negro

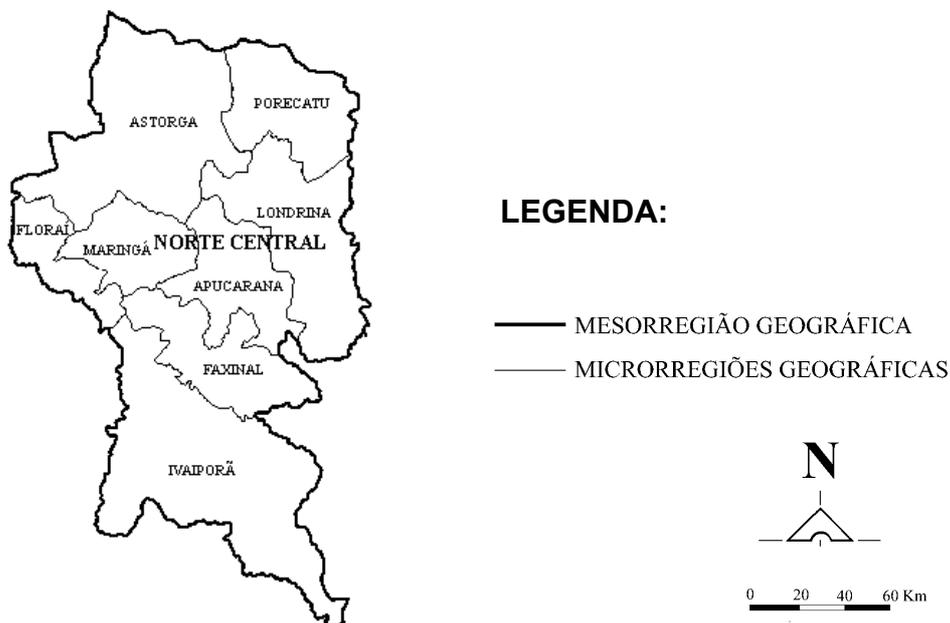
105 – Mesorregião do Oeste Paranaense

- 434 – Microrregião de Toledo
- 435 – Microrregião de Cascavel
- 436 – Microrregião de Foz de Iguaçu

106 – Mesorregião do Sudoeste Paranaense

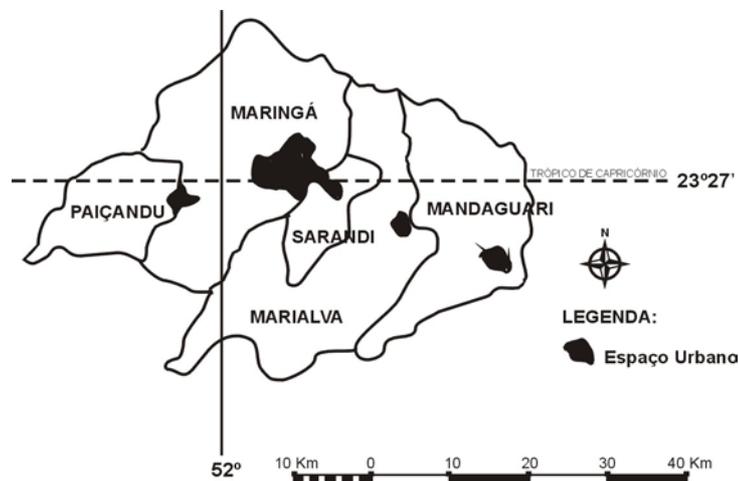
- 437 – Microrregião do Capanema
- 438 – Microrregião de Francisco Beltrão
- 439 – Microrregião de Pato Branco

MAPA 03 – Divisões da Mesorregião Geográfica do Norte Central Paranaense



FONTE: IBGE, 1995/1996 – Censo Agropecuário do Paraná
ORG.: BERNARDINO

MAPA 04 – Microrregião Geográfica de Maringá e Seus Municípios



FONTE: IBGE, 1995/1996 – Censo Agropecuário do Paraná
ORG.: BERNARDINO

O crescimento de Maringá teve inicialmente como suporte econômico principal a produção agrícola, representada de início pela cafeicultura e culturas intercaladas. Posteriormente, outras culturas mecanizadas como a soja e o trigo vêm ocupar posição de destaque na economia.

O rápido crescimento demográfico, exigiu e propiciou importantes investimentos no setor terciário, que sempre teve garantia de retorno compensador.

Tais investimentos atendiam às necessidades locais dadas a crescente demanda exigida pela população, bem como comercializavam e escoavam para os centros consumidores os frutos da produção agrícola.

Conseqüentemente verificou-se o crescimento urbano, propiciando a chegada de pessoal qualificado em todos os níveis e nas variadas especializações.

Quanto à estrutura social, ainda há vestígios das suas características iniciais.

Além dos primeiros investidores que trouxeram recursos para a cidade, vêm empreiteiros ou porcentageiros de café oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Norte Velho, que, em busca de melhores condições de vida, tornam-se proprietários incentivados pelas facilidades oferecidas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Também chega expressiva quantidade de trabalhadores rurais como empregados ou empreiteiros encarregados das derrubadas das matas e do plantio de café, muito dos quais aqui se fixaram. Outros visando a exploração do comércio e bens de serviços também são atraídos para a região. Estes pioneiros como aqueles das lavouras, quase todas pessoas simples vieram em busca de melhor situação econômica, o que esperavam conseguir em curto prazo, formando uma mentalidade um tanto individualista no comportamento social.

Tal tendência se explica ainda, em grande parte, pela diversidade de regiões e ocupações e, portanto, de culturas e costumes, de que provinham os elementos constitutivos da nova sociedade em formação.

A análise a respeito da estrutura da sociedade, elaborada pela Prefeitura Municipal de Maringá (1984), abordou que:

“(...) a estrutura social de Maringá numa primeira etapa, caracterizou-se esquematicamente em duas categorias fundamentais: os proprietários rurais e os comerciantes; os primeiros incentivados para adquirir suas propriedades pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e os segundos atraídos pelo rápido desenvolvimento econômico da região. De modo concomitante, na estrutura social, surgiram com importância decisiva para a sua caracterização os setores dos trabalhadores agrícolas e urbanos, dependentes da estrutura comercial em formação.”¹³

¹³ MARINGÁ. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento (Divisão de Modernização, Administrativa e Controle de Qualidade). *op. cit.*, 1984. p. 34.

Pelo que se depreende, tem-se dado muita importância aos proprietários rurais e comerciantes na formação da estrutura social de Maringá. Se não fossem os primeiros desbravadores, os peões, os aventureiros, estes últimos não teriam conseguido se fixar e conseqüentemente prosperar.

Visto por este ângulo, a sociedade deveria valorizar estas categorias, que com seu trabalho braçal, apoiaram o desenvolvimento econômico da região.

Com a expansão de Maringá, é natural que outros aspectos sociais apareçam dando uma configuração nova à estrutura recém-formada. Estes já vieram movidos por outros interesses especulativos, e é lógico que influíram na sociedade que se formava.

Pesquisas da Prefeitura Municipal de Maringá (1984) desenvolvidas pelo sistema de amostragens levadas a efeito junto às várias camadas e grupos componentes da população, permitiram determinar que, aproximadamente 35% da atual população maringaense provêm de outros estados do Brasil e de outros países.

Levando-se em conta o crescimento demográfico, temos que,

“(...) dados de pesquisa sociológica sobre a população urbana revelam o caráter recente de permanência na cidade, o que demonstra, de maneira clara, a ocorrência de fluxos populacionais constantes para o município, como também de refluxos de contingentes da região que emigraram para novas regiões.”¹⁴

Apesar de não ser objetivo deste trabalho, acredita-se que essa mobilidade dos trabalhadores rurais, que buscaram novas frentes pioneiras, estaria associada à 1ª evolução do capitalismo financeiro e não ao próprio desejo do trabalhador em imigrar, após “desenvolver atividades na região”.

Assim, de qualquer forma, nota-se que há um movimento migratório regular, o que ocasiona um certo tempo de permanência local, dificultando e retardando a consolidação de uma estrutura social marcante.

O desbravamento e colonização da região que compõe o norte do Paraná, decorreram do extraordinário empreendimento de uma estrutura organizada por capitalistas e técnicos ingleses liderados por Lord Lovat que vislumbravam

¹⁴ MARINGÁ. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento (Divisão de Modernização, Administrativa e Controle de Qualidade). *op. cit.*, 1984. p. 36.

prosperidade para a empresa e para a região que propiciava não só o desenvolvimento agrícola, mas também condições para o afloramento de indústrias. Assim consolidou-se em 1925 a Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantation Limited, sediada em Londres, através da aquisição de consideráveis glebas de terras.

A atuação e sucesso deste empreendimento foram reforçados pelo momento histórico que o país vinha apresentando. A região do empreendimento, considerada uma frente pioneira, até a década de 60 foi tida como área de afluxo populacional, marcada principalmente pelo deslocamento de migrantes de outros estados, decorrentes da pressão demográfica existente em alguns estados do Nordeste, Minas Gerais e São Paulo.

A princípio a CTNP investiu na produção de algodão, não alcançando êxito por ser um momento inoportuno, em que o custo era elevado para produção e de baixo retorno na comercialização. Esse insucesso refletiu-se na implantação de uma nova estratégia, aproveitando-se de vias de circulação que já haviam sido criadas, favorecendo a instalação do projeto de comercialização de loteamento.

Poucas foram as regiões do país que aplicaram esta forma de povoamento e colonização ocorrida no norte do Paraná, destacando-se a divisão e comercialização de terras, o planejamento e criação das cidades que apresentava um projeto bem definido para a instalação de núcleos urbanos: a cada cem quilômetros um centro regional e de quinze em quinze quilômetros, patrimônios e pequenas concentrações de comércios, atendendo às funções básicas da população rural, que se baseava na cultura do café, intercaladas por culturas de subsistência. Cultura esta que foi o grande chamariz dos migrantes, garantindo a reprodução de uma economia regional, ou seja, os municípios mais antigos, situados em vastas áreas de terra roxa, sofreram constantes fragmentações e desmembramentos, dando origem a novos centros urbanos, dentre eles Maringá.

O projeto da cidade de Maringá, foi executado, sobre os reflexos da Segunda Guerra Mundial, sob a responsabilidade e organização já do capital nacional, que adquiriu a Companhia de Terras Norte do Paraná, passando a se chamar, a partir de 1951, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

O traçado urbano previa a localização dos bairros, determinando e especificando as funções: zonas residenciais (alto, médio e baixo padrão) e estabelecendo espaços para a indústria e comércio.

O distrito começou a ser povoado por volta de 1938, tendo elevado número de transações imobiliárias por volta de 1942, e a partir de 1947 estruturou-se, pela CMNP, uma concentração inicial de ocupação no chamado “Maringá Velho”, na parte alta da cidade, sendo a base para o planejamento e ocupação de outras áreas no futuro de Maringá. Uma das normas impostas pela CMNP era fazer com que as pessoas que adquirissem lotes na área urbana, fizessem a edificação com prazo pré-estabelecido, fazendo com que houvesse uma rápida e significativa clareira na mata, e que aceleradamente provocou crescimento urbano, transformando a área em uma considerável seqüência de residências.

Maringá, até então, patrimônio do município de Mandaguari, tornou-se distrito em 10 de maio de 1947, passando a categoria de vila em 1948.

O comércio surgiu bem estruturado, com pessoas decididas a driblar e enfrentar as adversidades da época; a primeira casa comercial foi aberta por José Jorge Abrão no comércio de tecidos, e muitos outros, dedicando-se aos variados ramos mercantis. Houve com exceção da área comercial muitos outros pioneiros como: Antonio Carniel, Cecílio Lima, Sila Soares, dentre outros.

Pela lei estadual 790/51, de 14 de novembro de 1951, ocorreu um importante marco para a cidade, o sancionamento pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, criando o município de Maringá, que foi oficialmente instituído em 14 de dezembro de 1952.

Muito cedo Maringá, como centro pioneiro, multiplicou suas funções conforme avançava a ocupação da região na chamada “marcha do café”. O Maringá Velho tornava-se um espaço de aglutinação societária, um local onde os colonos podiam, principalmente, fazer compras.

Com a campanha de erradicação de cafeeiros, por volta de 1965 (reforçada pela grande geada no ano de 1975), que teve como objetivo a diversificação da agricultura, incentivada por créditos do governo federal, Maringá defrontou-se com uma nova realidade.

Em decorrência da modernização agrícola ocorreram transformações, o país mudou, o norte do Paraná mudou, as mudanças na paisagem agrária refletiram-se em toda a rede urbana, havendo despovoamento não só da área rural, mas também de pequenas aglomerações locais e sub-regionais, resultantes do declínio do café e a sua substituição por outras culturas.

A sociedade toma caminhos que estabelecem desafios ao próprio desenvolvimento; a este respeito, as palavras de Ferreira (1992/93) sobre as alterações vividas pelo espaço em questão são dignas de nota:

“Quando se analisa o processo de evolução demográfica e econômica do Paraná, pode-se observar a rapidez das transformações sócio-espaciais, refletindo na estrutura agrária, urbana e industrial, como consequência das mudanças nas relações sociais de produção. Nesse processo de rápida organização econômica, precedida de vários empreendimentos privados e públicos, na ocupação e valorização territorial, houve uma intensa mobilidade espacial da população, retratando a força e a capacidade de penetração capitalista no campo e na cidade. Esse processo deixou profundas marcas, tanto no espaço, quanto na sociedade.”¹⁵

Observa-se nesse processo de grandes alterações no papel da cidade, o crescimento populacional, refletindo na redefinição das atividades e na estrutura urbana, desenvolvendo-se como pólo comercial da Região Norte do Paraná. Segundo Santos¹⁶ (1993) as cidades médias crescem no Brasil pelo aumento do consumo e conseqüentemente pela intensificação do capital, extrapolando suas funções aos municípios vizinhos condicionando uma aglomeração urbana, pois a sua distribuição de bens e serviços transcende os limites de mais de um município, como é o caso de Maringá, aglomerando Sarandi e Paiçandu.

¹⁵ FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. As raízes rurais da formação urbana paranaense. *GEOGRAFIA – Revista do Departamento de Geociências*, v. 7. Londrina: UEL, 1992/93. p. 94.

¹⁶ SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. SP: HUCITEC, 1993.

Capítulo II

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Com o fim da dominação vivida pelo Brasil desde sua colonização, embora não possamos afirmar que foi totalmente extinta, sensíveis transformações ocorreram, principalmente a partir do século XIX, quando o processo de urbanização ganhou outra feição. A urbanização se desenvolveu a partir do século XVIII, com a transferência da residência dos senhores do Engenho para os centros urbanos (SANTOS). Concomitantemente, efeitos e reflexos da revolução técnica, em meados de 1800 contribuíram para a economia do país, com o surgimento da máquina a vapor e, assim, o surgimento e evolução de outras máquinas.

Ainda neste período a forte decadência açucareira¹⁷ decorrente da concorrência estabelecida por países que, de consumidores, passaram a ser também produtores, assolou a economia do país, provocando uma estagnação econômica e uma conseqüente alteração fisionômica na distribuição das atividades produtivas, onde a soberania produtora passou das regiões agrícolas do Nordeste para a “aurora dourada” do Centro-Sul, mais precisamente o Rio de Janeiro e regiões circunvizinhas.

A reestruturação agrícola do país, ocorrida em meados do século XVIII, ignorou a porção norte do país, por não encontrar ali uma cultura que se desenvolvesse diante do empobrecimento e a aridez do solo em um clima significativamente tropical, situação oposta a da região Sul, onde a fertilidade do solo e o clima favorável colaboravam para que o café viesse a ser um produto com grande significância comercial externa.

Com o esplendor da produção cafeeira, espalharam vias de transporte (principalmente as ferrovias) e nelas ao longo dos trajetos foram se estruturando

¹⁷ Não só o açúcar, mas também o algodão e o tabaco tidas como lavouras tradicionais, seguiram a involução econômica do período.

pontos de apoio e também as comunicações, além das incipientes comercializações de gêneros externos ao consumo das próprias fazendas.

A alteração nos padrões econômicos do país, refletiu na própria força de trabalho empregada na produtividade do período, onde grandes contingentes populacionais migraram para o país e ainda contribuíram para uma nova relação de trabalho, surgindo assim o trabalho remunerado. É só no século XIX que se constata a urbanização mais próxima da que vivemos hoje.

Foi no final do século XIX que houve intensificação da urbanização: em 1872 tínhamos 10.112.061 habitantes; desses, 5,9% constituíam a população vivendo em núcleos urbanos; e em 1900 de um total de 14.333.915 habitantes, cerca de 9,4% da população estavam nas aglomerações urbanas.¹⁸

O grande arquipélago denominado Brasil, assim conceituado por inúmeros autores em decorrência das ilhas de aglomeração urbana, independentes umas das outras cercadas de extensos vazios demográficos, conheceu a dinâmica das relações entre parte de seus espaços na metade do século XIX em decorrência da intensa produção do café, polarizada pelo Estado de São Paulo.

A frase, “O Brasil é o café” retratou o período em que o país foi sem sombra de dúvidas o café, onde soberanamente a produção atuou como o grande alicerce econômico e político da sociedade brasileira.

Foi em decorrência dessa cultura que houve os maiores deslocamentos migratórios no país, contribuindo para o ascendente e avassalador poderio do café, que apesar da Primeira Grande Guerra e a grande geada de 1918, continuou a se expandir, beneficiado pelos recursos financeiros que intensificavam cada vez mais a incessante produção cafeeira que até então tinha menosprezado a super produção, alicerçada pelas manobras especulativas do país.

O embaraço maior viria em outubro de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, principal consumidor do café brasileiro. Não tardou e os reflexos abalaram o mundo financeiro, o café seguiu o caminho declinante de uma

¹⁸ O uso da expressão aglomerações urbanas, se dá em decorrência de que os censos da época não pormenorizavam especificamente dados das cidades, vilas e municípios.

economia pautada em uma produção monoculturista, que foi a do café.

Esta condição produtiva de relações econômicas e sociais sofreu alterações quando da reorganização política da década de 30, que instituiu uma nova estruturação político-econômica na sociedade em questão.

As dificuldades encontradas pela agricultura decorreram da conjuntura reinante em que a monocultura do café sofreu reflexos da crise que se instalou no exterior e principalmente nos países consumidores desse produto, tendo a partir dos anos seguintes, mais precisamente as duas décadas posteriores à grande crise, uma nova situação econômica, onde a indústria passa a agir com maior ênfase de atuação.

A industrialização, como processo social amplo e abrangente de relações, produção e consumo, intensifica e acelera o processo de urbanização brasileira.

Constatou-se em estudos anteriores uma inversão no país, em que grande parte da população que vivia no campo se transferiu para a cidade. As causas dessa inversão, não deixando de salientar a tendência natural em que as pessoas são atraídas pela cidade na expectativa do novo, moderno e de melhor condição de vida, foram a atuação dos fenômenos naturais como geadas em algumas partes do país e pela gradual alteração das técnicas utilizadas no manejo da terra, marcada pela mecanização do território, isto tudo refletindo na célebre frase “entra máquina, sai homem”.

A nova realidade de urbanização acarretada ao país e particularmente ao Rio de Janeiro por acumular funções e atividades centralizadas do ESTADO, fez com que essa cidade recebesse um aumento populacional muito grande, intensificado pela contínua industrialização, fazendo com que a metropolização tivesse maior destaque na conjuntura do país.

A situação de acomodação política contrária à urbanização intensificou-se, reordenando mudanças político-econômicas, provocando deslocamento de papéis econômicos para São Paulo, acarretando dualidades por causa do exercício de poder entre os dois pólos de desenvolvimento, fazendo com que o centro político-administrativo do país fosse deslocado para Brasília, criada na década de 1960, especificamente com a função de gerência nacional.

Esta reordenação do poder urbano modificou hierarquicamente o sistema, fazendo com que São Paulo se tornasse a metrópole nacional e Brasília o grande centro político-administrativo.

Ao mesmo tempo em que a modernização constrói, ela reconstrói o espaço habitado e concomitantemente à redefinição do território como “locus” de gestão do poder, tivemos uma reconfiguração dos sistemas de transporte, comunicações, produção de energia e por fim, a produção material que, redefinida e modernizada, dissemina por todo o país novas formas produtivas.

Considerando a evolução do período técnico-científico da humanidade, o Brasil não poderia ficar à margem de inovações econômicas e sociais. Isto posto, desenvolveram-se as estruturas culturais, a saúde e até mesmo formas de lazer. Estas alterações foram reforçadoras dos elos de integração surgidos pós a Segunda Guerra Mundial, por meio de estradas de ferro e rodagem que interligaram as diversas regiões do país, jogando por terra a expressão arquipélago, usada para caracterizar o território até então.

A viabilização e intensificação das referidas mutações ocorridas nas últimas décadas, constituíram o meio ideal para a circulação e aumento do capital em alguns setores. A condição de desenvolvimento econômico e condução deste modelo, é conferida ao papel do Estado.

A realidade da urbanização brasileira expressa-se por momentos distintos mas consecutivos das transformações ocorridas em diversos segmentos, decorrentes do incremento populacional dos anos 50 e conseqüentemente um expressivo crescimento do espaço urbanizado, fenômeno este denominado por Santos¹⁹ (1993) como Revolução Urbana brasileira, e que é caracterizado por duas vertentes na urbanização: a *urbanização de aglomeração* resultante do aumento das cidades com mais de 20.000 habitantes; e a *urbanização concentrada* que retrata a outra vertente, conseqüência do aumento do número de cidades “intermediárias”, ao mesmo tempo em que estava sendo gestado o processo de metropolização – consolidada posteriormente no país

¹⁹ SANTOS, Milton. *op. cit.*, 1993. p. 69.

concomitantemente ao desabrochar de várias grandes cidades médias²⁰ das últimas décadas do milênio no Brasil.

A gênese desse processo partiu das intensas migrações após a Segunda Guerra, movimento este que segundo Santos²¹ (1993) foi acelerado a partir do “milagre econômico” e que veio acrescentar população tanto às regiões metropolitanas quanto às cidades intermediárias.

A transição sofrida pelos espaços urbanos no Brasil a partir dos anos 1950 foi reveladora do crescimento do número de aglomerações com mais de 20.000 habitantes, na ordem de mais de três quartos (75,48%) da população já na década de 1980 e as aglomerações com mais de 100.000 habitantes que se tornaram muito significativas na década de 1990.

No início da década de 1990 destaca-se a supremacia das concentrações populacionais com mais de 1.000.000 de habitantes, totalizando 12 cidades. Estas cidades são denominadas por Santos²² (1993) como “Cidades Milionárias”, reflexo da macrourbanização presente no país.

As relações que se impõem a um crescimento urbano, refletem a atuação da sociedade enquanto povo e Estado e o espaço como palco dos acontecimentos de múltiplas proporções, não como reflexo, mas parte constitutiva do processo urbano.

A estrutura espacial revela especificidades conforme a compatibilidade funcional entre os agentes atuantes, pré-definindo as regiões. As redefinições territoriais do trabalho em diversas partes do nosso país são resultantes do capitalismo que monopoliza as forças organizadoras do espaço sócio-político e econômico em que vivemos e assim apresentam elementos que ora atraem, ora repulsam processos redefinidores do espaço conforme o estágio e o interesse do capital.

Os processos produtivos reinantes historicamente redefinem as desiguais distribuições da condição de acumulação pelo espaço, gerando

²⁰ Segundo Milton Santos em seu livro *Urbanização Brasileira* (1993, p. 69), são consideradas grandes cidades médias as que aglomeram população próxima a 500 mil habitantes. Alguns autores relativizam o conceito de cidades médias em duas situações: quanto a localização em que se encontra no sistema nacional e as relações que se definem no sistema mundial, refletidos nas atividades e nos aspectos qualitativos da população.

²¹ SANTOS, Milton. *op. cit.*, 1993. p. 78.

²² *Id. Ibid.*, p. 69.

diferentes funções geográficas, ou seja, definem-se conseqüentemente espaços com características particulares à divisão social do trabalho, logo, ao sistema de produção do capital apropriado para aquela área, onde políticas atuantes influem nas condições de acumulação. As estruturas decorrentes da agilidade e do aparato político, econômico e social justificam a condição de região, que de acordo com Andrade (1976) é:

“(...) entidade dinâmica, resultante da ação do homem em sua tentativa de organizar economicamente o espaço. (...) essencialmente dinâmica, podendo ser modificada, através dos anos, quer quanto às suas características, quer quanto à área que ocupa. (...) Para os cientistas sociais a região é o resultado da ação do homem organizando o espaço para retirar do mesmo melhor proveito, levando em conta, naturalmente as limitações impostas ou simplesmente apresentadas pelos domínios físicos e pelo meio biológico.”²³

O fato de haver diferenciações geográficas, caracteriza as regiões não como unidades isoladas mas como espaços com maior afinidade de reprodução entre si e que ao mesmo tempo estabelecem relações interativas com outros espaços geográficos organizados.

As diferentes nuances que um espaço territorial pode proporcionar, propõem sistemas de relações conforme expõe Perroux apud Andrade²⁴ (1973), primeiro, analisando a homogeneidade e por conseqüência caracterizando as regiões como homogêneas; segundo encarando o espaço como campo de forças e propondo as regiões polarizadas; e em terceiro, propondo como objeto de um plano, onde o planejamento atua como caracterizador da região.

A região homogênea é caracterizada pelo espaço contínuo, onde as partes constituintes agregam peculiaridades, fazendo com que uma se aproxime da outra. A região planejada, assim é denominada por causa da submissão do espaço à decisão de uma autoridade, visando determinados fins econômicos. Seguindo as análises, a região polarizada resulta da interdependência de várias áreas, podendo ser até mesmo de outras regiões homogêneas, dependendo do

²³ ANDRADE, Manuel C. *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 10-11.

²⁴ ANDRADE, Manuel de. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 35-50.

grau de influência econômica entre diferentes cidades. Chabot apud Andrade²⁵ (1973) defende:

“A cidade aparece assim como reflexo da Região, mas ela comanda, também, a evolução dessa região; o campo se transforma para se adaptar ao papel abastecedor que lhe impõe a cidade; ele deve dobrar-se aos hábitos estacionais, aos gostos da cidade”.

Assim sendo, observamos que os fatores determinantes dessas regiões refletem questões econômicas do espaço, contribuindo para os fluxos interativos das sociedades inseridas na questão regional.

A divisão territorial do trabalho inserida no Brasil no século XVI até o início do século XX, permeou uma organização espacial desarticulada, pois não havia intercâmbios entre as diferentes economias regionais, inseridas em uma nação com dimensões territoriais continentais e com sua população mal distribuída ao longo deste território.

Neste período referenciado e por causa do desenvolvimento crescente deste espaço, procurou-se propor, para melhor organizar e administrar politicamente o território, uma divisão regional. As propostas de regionalização até o final da década de 1930, partiram principalmente de professores de geografia, na ânsia de aprimorar o ensino da disciplina no país e, aprofundando as discussões sobre o espaço brasileiro, propuseram a divisão desse imenso país em regiões naturais.

Baseada na concepção de Richieri (Itália, 1920), nas palavras de Delgado de Carvalho (1924) apud Andrade, - a Região é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a investigação e a observação permitem criar numa área geográfica estudada.

A primeira divisão regional do Brasil, realizada por Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1941, baseou-se no fundamento metodológico, o conceito de Região Geográfica de Richieri, com o intuito de salientar a importância das diferentes influências fisiográficas, respeitando, o mais possível, o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de

²⁵ ANDRADE, Manuel de. *op. cit.*, 1973. p. 45.

vista especial do fator humano nela apresentado; assim, dividiu-se o território em cinco grandes regiões naturais – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Decorrente das inadequações detectadas na realidade vivida e estudos aprofundados sobre o território, o IBGE em 1955 dividiu essas regiões naturais em zonas fisiográficas.

A questão regional voltada à questão econômico-social, visando um planejamento político administrativo mais sério e profundo, só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de algumas superintendências voltadas ao desenvolvimento de espaços ainda não desenvolvidos do Brasil, como foi a criação da SUDAM, SUVALE, SUDENE, dentre outras. As áreas de atuação dessas superintendências quase sempre não correspondiam às grandes regiões naturais.

Seguiram-se as discussões diante dos problemas econômicos e em meados da década de 1960 alguns órgãos do governo discutiram a possibilidade de aplicar a teoria de polarização do professor F. Perroux, o que era amplamente contestado pelos defensores da teoria dos pólos de crescimento proposta por Christaller (geógrafo alemão).

Em 1968, em decorrência de inúmeras pesquisas e debates entre diversas áreas de formação social, o IBGE dividiu o espaço brasileiro em 361 microrregiões homogêneas, com o intuito maior de serem a base para tabulações dos dados estatísticos.

Sem cessar e aprimorando a cada momento os estudos tanto em estância federal, quanto estadual, com a finalidade de melhorar cada vez mais a orientação do povoamento e assim caracterizar melhor o espaço, desenvolveram-se pesquisas para caracterizar a hierarquia urbana e identificar centros de polarização, com a finalidade de criar regiões de planejamento dentro de espaços estaduais.

Observando o desenrolar da população urbana brasileira no período de 1920 a 1970, constatou-se que metade da população urbana localizava-se em cidades pequenas, com menos de 50 mil habitantes, sendo que partes dos empregos e das grandes indústrias estavam centralizados em apenas duas áreas: a “grande Rio” e a “grande São Paulo”. Em decorrência dessa disparidade sócio-

econômica, dentre outras é que o II Plano Nacional de Desenvolvimento²⁶, propôs em suas metas o nivelamento regional do desenvolvimento industrial para se evitar a tendência de concentração em uma única área, definindo orientações e estabelecendo mecanismos de atuação para que a estrutura urbana acompanhasse a estratégia de desenvolvimento e a política de ocupação do espaço interior. A cidade irá, então, situar-se dentro do planejamento do pólo econômico em que se encontra, definindo-se a sua função econômica e social e, só então, passando a definir-se sua configuração físico-urbanística, pois dependendo do grau de industrialização, o mesmo irá refletir em outros setores da economia que ora se beneficiam da estrutura, ora beneficiam a estrutura.

O fato de haver um redirecionamento político e econômico implica em uma ação planejada para que tenhamos novos espaços territoriais dinâmicos e que promovam processos de desenvolvimento em áreas não saturadas pela concentração industrial e conseqüentemente pela concentração populacional, embora para se propor o desenvolvimento do imenso território brasileiro não possamos fugir dos “polos” ou “centros” econômicos estruturados em uma economia articulada com os demais, onde as concentrações industriais têm maior poder de influência em relação a indústrias dispersas em regiões dependentes, fazendo com que haja diferentes níveis de relações entre as áreas urbanas-industriais significativamente atreladas aos setores.²⁷

Reportando-nos às alterações estruturais ocorridas no processo de ampliação industrial do país, apoiamos a noção de desenvolvimento nas inovações e difusões desenvolvidas nas e pelas indústrias, onde essas inovações também são refletidas em outras atividades sociais propondo alterações no espaço.

Diante das alterações econômicas e sociais, a organização política do território se adapta às inovações através da readequação político-administrativa em regiões-núcleo, surgindo assim o significado das regiões metropolitanas, sediando os processos de desenvolvimento arrolados aos intensos fluxos de

²⁶ O nivelamento como metas, resultou da influência de inúmeros nordestinos que estavam inseridos no estudo do plano.

²⁷ Os setores primário, terciário e quaternário (este, identificado nas atividades ligadas a informática, principalmente) são interagentes na composição e integração dos centros regionais mais desenvolvidos.

produção e crescimento urbano-regional.

Em um plano mais concreto da realidade vivida pela urbanização, as transformações que a ela propõem implicam na formação de diferentes estruturas espaciais desenvolvidas em decorrência da centralização política da economia, com a finalidade de canalizar recursos para gerir as atividades sociais em várias escalas produtivas, concorrendo para a formulação de embasamentos que explicitem as readequações do espaço urbano. Neste sentido resgata-se a Metrópole como espaço produzido na e da questão urbana.

A metrópole, para os geógrafos da década de 50 – principalmente os seguidores da escola francesa – era composta por uma cidade principal que gerenciava e organizava uma abrangente e ampla área, compreendendo os municípios vizinhos menores, que no entanto conservavam autonomia administrativa.

Este fenômeno que representa a integração de espaços urbanizados tomando como referência o ponto central para expansão e influência político-administrativas além de suas fronteiras é objeto de estudos de inúmeros cientistas da teoria urbana.

O grande adensamento populacional em algumas áreas urbanas de um país, nos remete ao fenômeno de metropolização presente na atualidade de inúmeras nações, independente de serem desenvolvidas ou subdesenvolvidas, capitalistas ou socialistas, “velhas” ou “novas”. O que irá diferenciar e caracterizar o fenômeno, particularizando os casos, são as variações da dimensão do processo e os efeitos que o mesmo pode acarretar, influenciando os estudiosos da área a conceber as teorias das metrópoles.

A compreensão e estruturação do espaço e até mesmo a sua reorganização nos reporta à análise das práticas civilizatórias e seus reflexos como instrumento de ação/transformação que, inerentes ao homem, conduziram e ainda conduzem ao desenvolvimento das pessoas e dos recursos, assegurando o que há de melhor ao bem estar físico, social e moral do indivíduo. O progresso e o aparecimento da sociedade técnica, contribuíram para que o homem alterasse a função e a estrutura da liderança como forma de gerir o espaço; assim as funções que outrora eram exercidas pela família e pelo senhor feudal, passaram a ser desenvolvidas pelo Estado, pois a própria sociedade apresenta distinções quanto a

sua forma de organização social. Concebem-se no complexo sistema marcado pelas coletividades, normas impessoais e administrações racionais voltadas para a adoção de planos adaptáveis a diversas situações, permitindo determinada flexibilidade sem perder o objetivo proposto em uma suposta questão.

Hoje, os processos adotados desde as instâncias locais chegando até às internacionais, predispõem necessariamente de estruturas determinantes de unidades de valorização e o máximo de aproveitamento em um planejamento para que o ele seja bem sucedido. Delorenzo Neto (1972) expõe, de acordo com a proposta de readequação e adaptação de situações inusitadas,

“a determinação de região só poderá ser correta cientificamente, se assentar num complexo de relações sócio-espaciais capaz de compor um todo orgânico. (...) Deve-se compor a unidade regional em face de uma estrutura que inclua não só as constantes geográficas mas, também, as variáveis sociais na medida em que se tornem a definir e projetar de geração em geração.”²⁸

Nesta perspectiva da organização do espaço e gerência do mesmo enquanto regiões, incorporam a questão da conurbação²⁹ como reflexo da expansão populacional de municípios próximos uns dos outros, acarretando a conjunção deles. Com base nesta concepção de reorganização, ressalta-se a necessidade de haver ordenação funcional que ultrapasse a divisão política, levantando problemas comuns gerados pela conurbação e propondo aos mesmos soluções funcionais concretas.

Este suporte de organização social retrata um perfil urbano que segue preponderantemente um Modelo de Desenvolvimento Industrial explicitado por Davidovich³⁰ (1987), em que caracteriza a metamorfização do espaço urbano como:

- intensa mobilização de população e de recursos para alguns pontos da nação, acarretadas por fatores que proporcionam maior lucro;
- transformação da cidade em mercadoria, compactuada com o aumento das operações especulativas e do mercado imobiliário;
- concentração e centralização dos meios de produção, de unidades

²⁸ DELORENZO NETO, A. *A Reorganização das Áreas Metropolitanas (Urbanização e Descentralização)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972. p. 48.

²⁹ Expansão da população de uma cidade que une-se a população da cidade vizinha.

³⁰ DAVIDOVICH, Fany. Transformações do Quadro Urbano Brasileiro: Período: 1970-1980. *Revista Geográfica*. Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 105, enero-junio, 1987. p. 54.

de controle, do mercado de trabalho e de consumo, contribuindo para a estruturação de grandes metrópoles.

Os movimentos sociais urbanos e o processo atuante da urbanização capitalista, remetem ao sistema funcional das regiões e suas interdependências no que diz respeito ao transporte, comunicações e, particularmente, no que se refere à produção, com suas inovações técnicas que articulam a estrutura social em um meio que, ao mesmo tempo que concentra também difunde inovações, refletindo no hoje a conjuntura histórica do ontem, reafirmando sua condição de metrópole. Neste sentido não faltam considerações sobre o crescimento das cidades e conseqüentemente inúmeras abordagens sobre a estruturação das metrópoles.

A relativa dinâmica do espaço metropolitano e sua dimensão sócio-espacial implica em conceituações particularizadas da visão de quem o analisa, concorrendo assim para que haja várias concepções do objeto em questão. Langenbuch apud Santos³¹ (1993), "(...) a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa". Isto posto, a configuração da metrópole para Langenbuch é marcada pela diferença que os fatos evidenciam no espaço decorrentes da evolução sócio-política e econômica desenvolvida por diversos agentes do meio.

Assim verificamos que as funções e os processos refletidos na paisagem concorrem para que os componentes da estrutura hierárquica de uma nação sejam estruturados em níveis de urbanização de acordo com o seu real alcance de concentrar mercados, onde alguns espaços tornam-se centros de influência de bens e serviços do ponto de vista qualitativo e quantitativo, subordinando com relativa proporção, vários municípios em torno de si, gerando relações e influências vinculadas ao grau de desenvolvimento da área em questão, contribuindo em algumas situações para o surgimento de regiões metropolitanas; que é definido por Castells³² (1983) como extensão de seu domínio econômico, enquanto suas ordens e seus circuitos de distribuição não encontram interferências decisivas emanando de uma outra metrópole.

³¹ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. SP: Hucitec, 1993. p. 75.

³² CASTELLS, Manuel. *op. cit.* 1983. p. 36.

No discurso direcionado pelo resgate da metrópole e já fundamentado em várias conceituações, abordamos a criação das regiões metropolitanas no Brasil, que foram definidas pelo Grupo de Áreas Metropolitanas do Departamento de Geografia da Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), em oficialização através da Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, determinando-as como:

“(...) um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente, por dividir com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representar no desenvolvimento do processo a sua área de expansão próxima ou remota”. (IBGE, 1990, p. 313).³³

Independente da concepção do objeto em questão, as transformações urbanas ocorrem e concorrem para que determinados espaços sejam palco de grandes concentrações não só de indivíduos enquanto ser social mas também de instrumentos, métodos e técnicas procedentes de políticas sócio-territoriais desenvolvidas em função da melhor ordenação das concentrações humanas. Faz-se oportuno ressaltar que a metrópole se privilegia das concentrações de atividades transacionais que concorrem para a organização de grandes espaços, emitindo e inovando econômica, cultural, social e politicamente na organização do sistema.

Todo esse movimento e desenvolvimento da metrópole são coordenados pelo Estado com seus planos de desenvolvimento que geram as arrecadações e as canalizam para funções primordiais que dão seguimento ao desenvolvimento da economia não só local mas também nacional e até mesmo de nível mundial, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro.

Com base na atuação do Estado, ressaltamos que a questão metropolitana na Constituição de 1988, deixou de ser federal, pois a mesma foi

³³ BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Geografia do Brasil*. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 313. Com base nesta definição foram oficializadas até o ano de 1999, as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (ler: Projeto Regiões de Influência das Cidades – REGIC 1993 – IBGE-IPEA). De todas estas regiões, sobressaem São Paulo e Rio de Janeiro como sendo Metrópoles Globais em decorrência da sua influência mundial, em nível de informação, gestão e também decorrente de suas atividades financeiras. As demais metrópoles exercem dominação essencialmente no território circunvizinho.

delegada à competência estadual, assim os estados passam a instituir suas próprias regiões. Esta descentralização por parte da União no texto constitucional estabeleceu em seu artigo 25, parágrafo 3º, que:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Este fato significou grande abertura para que os legisladores possam usar a criatividade dentro da realidade de seu Estado.

As reflexões desdobram-se diante do panorama presente neste último século no meio urbano que reflete um campo de ações/relações condicionadas pelo “novo”, gerando particularidades e contrastes econômico-sociais ao mesmo tempo em que promove uma socialização urbana relativizada na divisão social do trabalho. Assim é o espaço fruto de uma grande concentração populacional com conteúdos diferentes onde prevalece o hegemônico da cidade principal diante da rede urbana que o referencia funcionalmente, é o retrato do período técnico-científico, com seus vários tempos e várias realidades, núcleo primaz das vontades, esperanças, desejos, das angústias, tristezas, decepções, mas também das realizações. São as infindáveis variáveis que emaranham a “vida” do que vem a ser uma metrópole.

Capítulo III

A URBANIZAÇÃO PARANAENSE

O processo de urbanização que marcou a sociedade paranaense caracterizou-se pela tendência que espacializou-se na sociedade brasileira, refletindo em uma configuração do espaço, particular à ação de diferentes interesses sócio-econômicos. Considerando que a urbanização é um fenômeno complexo e universal, Souza³⁴ (1971) evidencia no território possíveis recortes do espaço geográfico, metamorfoseando o que outrora surgia como o “novo”, atualmente apresenta-se como o “velho”, assumindo novas feições diante da amplitude à qual se estruturam as aglomerações humanas.

Fator preponderante à conquista do território paranaense, o ouro, por volta de 1632, contribuiu para a fundação do primeiro núcleo urbano – Paranaguá, seguindo sucessivamente, a fundação de outros núcleos como consequência da exploração mineral que, embora frustrada, foram essas povoações o resultado final da exploração. Concomitante à busca ao ouro pelos portugueses através do litoral paranaense, pelo interior os espanhóis assistiram à derrocada de suas reduções pelos bandeirantes paulistas, desestruturando as tentativas de povoamento espanhol nesse território.

Uma nova realidade se faz presente em meados do século XVIII. A ocupação do estado pelos portugueses, se faz na direção leste/oeste, orientando a ocupação do primeiro e segundo planaltos, desenvolvendo-se a pecuária, florescendo Curitiba como o núcleo primaz na região dos campos, que, por ora, foram povoados como reflexo-consequência do “caminho do gado”, onde a “lavra” foi sendo suplantada pelo “curral”.

Seguindo-se aos tropeiros, o mate, erva nativa, ganhou mercado, estruturando uma economia sustentadora de um ciclo econômico de mais de trinta anos, colaborando para o desmembramento do Paraná, da província de São

³⁴ SOUZA, Maria Adélia A. Paraná: O quadro Geográfico, Histórico e Econômico do processo de Urbanização. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 46, dez. 1971. p. 38.

Paulo. Assim, o Paraná torna-se província em 20 de agosto de 1853, pela Lei Imperial nº 704. “Pontuando o período, havia, não mais que 63 mil habitantes, dos quais, aproximadamente dez por cento desses habitantes moravam em Curitiba, os demais na outra cidade que havia: Paranaguá.” (Ferreira, 1896, p. 49)³⁵. As outras aglomerações se resumiam a sete pequenas vilas, (Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Vila Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava), seis freguesias e quatro capelas curadas.

A inclusão e abordagem da ocupação e povoamento do oeste do Paraná subordinaram-se a alguns eixos significativos, dentre os quais seguia-se a rota a partir de Ponta Grossa dirigindo-se a Guarapuava, indo até Foz do Iguaçu; o percurso que ia de União da Vitória até Palmas e seguindo até Clevelândia, espalhando-se na Região de Pato Branco e dando continuidade até a fronteira Argentina, mais precisamente em Barracão e, finalmente do caminho de Guarapuava a Campo Mourão.

A ocupação e povoamento que ali desenvolveu-se, não seguiu um processo contínuo e regular, pois a penetração foi circunstanciada por intervalos de tempo e por núcleos isolados, não ficando nitidamente clara a determinação da frente pioneira.

Esta condição de inconstância na ocupação é aludida nas seguintes palavras de Bernardes (1953):

“Se, bem ou mal, o povoamento progrediu, isto se deu em núcleos isolados, incompletamente povoados, podendo-se dizer que, neste tipo de ocupação não se reconhecem as características de uma faixa pioneira cujo avanço, embora irregular e aparentemente confuso, é mais o resultado de causas econômicas do que a decorrência de iniciativas isoladas do governo ou de particulares. As regiões assim desbravadas continuaram a manter um caráter essencialmente pioneiro, mesmo depois de passadas várias dezenas de anos de sua ocupação. Economicamente, trata-se de uma exploração pioneira, baseada nas roças, realizadas por entre os troncos enegrecidos das grandes árvores, e na criação de suínos. A falta de boas estradas e o primitivismo da vida desses agricultores isolados completam esse quadro que, embora possua caracteres de pioneirismo mantém-se o mesmo há vinte anos ou mais. Houve no oeste do Paraná, como que uma estagnação dentro de um estágio pioneiro.”³⁶

A ausência e escassez dos meios de comunicação e pouca

³⁵ FERREIRA, João Carlos V. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

³⁶ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV jul.-set./1953, n. 3. p. 347.

organização na demarcação das propriedades dificultou a ocupação até então, voltando a estruturar-se após 1930 com a reformulação do projeto de colonização e melhoria da estrada que ia de União da Vitória – Palmas – Clevelândia.

Objetivando povoar grandes vazios demográficos e estimular a agricultura, fixaram-se muitos imigrantes, que passaram a serem significativos após o estímulo do governo imperial quanto ao processo de colonização que permitia a aquisição de terras devolutas, através de um amplo programa de atração dos europeus, de 1829 a 1929 somaram cerca de 130 mil imigrantes fixados neste Estado. Prado (1979) relata:

“Estes elevados índices foram associados às restrições ao tráfico de escravos negros e à conseqüente ausência de mão-de-obra para agricultura, passando assim, efetivamente, a estimular a vinda de trabalhadores assalariados para suprir as necessidades circunstanciais do meio agrícola, caracterizando a transformação do regime de trabalho no país.”³⁷

Este processo de colonização sofreu várias alterações, quando da abertura para estrangeiros acessarem terras devolutas como forma de atração para ocupação do território. A mais significativa delas, foi o sancionamento da Lei de Terras de 1850, estimulada pelos senhores do café, vedando rigidamente o acesso à Terra, sem que houvesse capital suficiente para adquirir por elevados valores um pedaço de terra. Embora definida como rigor, a “Lei de Terra” acaba cedendo às exceções e novamente a política de colonização foi reformulada. O governo imperial ordena a redução e fixação de baixos preços das terras e, demarca terras de facilitado acesso aos estrangeiros, propondo a melhoria do sistema de transportes existentes.

Houve a preocupação do governo federal em formalizar a ocupação da extensa área de campos da região de Guarapuava e Palmas e de florestas até ao rio Paraná, através da criação das colônias militares de “Xopim” e “Foz do Iguçu” para que houvesse a proteção do território nacional e da população ali residente. Em decorrência do grau de isolamento e do pouco retorno que o solo oferecia ao cultivo agrícola, a região permaneceu estagnada por vários anos, voltando o

³⁷ PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Col. Brasiliense. 1979. p. 18.

povoamento a revigorar por volta de 1940, onde famílias vindas de Santa Catarina (Contestado) e do Rio Grande do Sul (decorrentes do aumento natural do número de famílias, em que a falta de terras nas colônias não permitiam a expansão reclamada dos lotes), contribuiu para um revigoramento na ocupação da área em questão.

A ocupação do território foi acontecendo em meio a formações de inúmeras colônias, dentre elas surge a de Assungui (1950); Pilarzinho (1871); Santo Inácio (1876); Tomás Coelho (1876), dentre outras.

Resultado das diferentes formas de produção e ocupação do espaço, observa-se a morfologia e estruturação apresentadas por diferentes interesses atuantes na/da colonização fragmentada em três grandes eixos de ocupação do território paranaense. A mais intensa e ávida ocupação do Estado ocorreu no norte do Paraná, através das penetrações que, cruzando o médio e alto rio Itararé e Paranapanema expandiu a onda cafeeira do oeste paulista. Não desprezando as reduções espanholas preexistentes na região, destaca-se como primeiro e significativo movimento de ocupação, a colônia militar Jataí, criada em 1855, pelo governo do império. Essa colônia não encontrou êxito e, ao contrário, muitos empecilhos, acabando por se tornar inócua até o final do século XIX.

Consideráveis comentários chegavam a inúmeros cidadãos de distantes áreas do país, fazendo florescer ambiciosas possibilidades de sucesso, em uma área com toda vitalidade econômica a ser explorada: o setentrião paranaense³⁸. O povoamento seguiu as fundações em meados da década de 1880 da Colônia Mineira (Siqueira Campos), São José da Boa Vista, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Wenceslau Braz e Santo Antonio da Platina, entre outras.

Vieram neste período indivíduos pátrios que deslocaram-se de Minas Gerais e São Paulo, seguidos de imigrantes. A frente pioneira que avançava pelo

³⁸ A demarcação do Norte do Paraná permite, até os dias de hoje, indagações de qual seria o melhor critério a ser adotado na questão. Neste trabalho, adotar-se-á como limites fronteiriços da região: (ao Norte rio Paranapanema), a Oeste (o rio Paraná) e a Leste (o rio Itararé). Para a delimitação ao Sul, a qual considera-se como a mais problemática, adotaremos o paralelo 24º Sul. Diante dos inúmeros questionamentos quanto a esta definição regional recomenda-se ler: MORO, Dalton A.. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), "Júlio de Mesquita Filho" Instituto de Geociências e Ciências exatas. Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1991, 353 p. e MÜLLER, Nice L.. *Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná*. Boletim Paulista de Geografia, Nº 22, Março/1956, p.55-95.

oeste de São Paulo, atravessou a escarpa do terceiro planalto, seguindo a distribuição da rede hidrográfica em direção Nordeste-Sudeste, formando uma vasta população e inúmeras plantações de café, entre o rio Itararé e o rio das Cinzas, estruturando-se assim vários núcleos urbanos. Reafirmando a condição de expansão da frente pioneira pelas remanescentes coberturas diabásicas que deram origem ao solo de terra roxa, estendeu-se de Ourinhos (“ponta de trilhos”) à Estrada de Ferro Sorocabana (na época Estrada de Ferro São Paulo-Paraná), pelos divisores de águas, consolidando a base da urbanização do chamado “Norte Velho” (ocorrida entre 1850 e 1925), com a estruturação das Cidades de Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procópio, em meados da década de 1920.

Esta estreita afinidade e relação com o oeste de São Paulo nos remete a exposição de MÜLLER³⁹ (1956) que refere-se ao Paraná como “Um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense”.

A intensificação da colonização desenvolvida no considerado “Norte Novo do Paraná”, ocorreu como uma continuidade de ocupação do “Norte Velho”. Essa substancial transformação desenvolveu-se entre 1920 a 1950, a partir do oeste do rio Tibagi. Intensa, veloz e com pouca ordenação, a ocupação dessa região em seus primórdios, despertou a atenção das autoridades estaduais com a preocupação de orientar a colonização.

Luz, coloca que:

“(...) em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná, o Presidente do Estado solicitava àquele órgão a aprovação de uma lei que regulamentasse as vendas das terras devolutas do Estado situadas no vale do Parapanema, com o objetivo de evitar a sua invasão, visto que estas terras eram “tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas, e que, por estes últimos são consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado.”⁴⁰

No contexto de uma colonização sistematizada é que desenvolveu-se a atuação empresarial privada. Uma atuação muito mais significativa do que a

³⁹ MÜLLER Filho, Ivo Lauro. A propósito das pequenas unidades de análise em geografia urbana: a unidade de vizinhança como realidade geográfica intraurbana. *Revista Geografia*. AGT, v. 10, n. 19. Rio Claro: 1985. p. 55.

⁴⁰ LUZ, France. *O Fenômeno Urbano numa zona pioneira*: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997. p. 19.

praticada diretamente pelo Estado. Estas atuações passaram a se desenvolver em meados da década de 1920, entre o rio Tibagi e o rio Paraná.

O estabelecimento do processo de ocupação no norte do Paraná, acompanhou o avanço da frente pioneira direcionada pelo estabelecimento da cultura do café que, na terra roxa e clima favorável, encontrou o ápice de seu desenvolvimento.

“Este processo de ocupação, caracterizou-se pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, com tamanho médio de 10 a 15 alqueires”. (MORO, 1991, p.42-43)⁴¹.

A fugaz e intensa ocupação ocorrida na região, teve caráter único em todo o território nacional, vultuando a atuação privada no direcionamento desta ocupação. Quanto à questão, SERRA (1993), tece as seguintes considerações:

“A participação mais efetiva da colonização empresarial vai ocorrer a partir de uma situação em que o Estado, precisando mas não podendo incorporar estágio desenvolvimentista ao processo de ocupação da terra, recorre às empresas de colonização, com as quais passa a manter uma relação de troca. Ou seja, em troca do favorecimento na cessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em conseqüência, se estabelece a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais. O Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe-se para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda a infra-estrutura que vai viabilizar a meta maior, qual seja, o estágio desenvolvimentista. Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da terra a seguir através da incorporação das terras mercantilizadas ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo.”⁴²

O êxito alcançado com maior significância pelas empresas privadas, decorreu primordialmente da preocupação de incentivar a exploração da agricultura e a sistematização da estrutura necessária para a comunicação e

⁴¹ MORO, Dalton A.. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1991. p. 42-43.

⁴² SERRA, Elpídio. *A Colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná Moderno*. Boletim de Geografia. UEM. Ano 11, n. 01. dez. 1993. p. 49-50.

escoamento da produção, fornecendo condições de possíveis deslocamentos, dos lotes rurais até aos núcleos urbanos, proporcionando o alicerce para o desenvolvimento e bem-estar dos produtores da região.

Bem direcionada, seguiu a ocupação do Norte Novo, baseada principalmente na atuação privada da Companhia de Terras Norte do Paraná que, adiante, viria se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Com caráter essencialmente capitalista, esta Companhia foi consequência da atuação do capital inglês, representado pela “Paraná Plantations Company”. A mesma, adquiriu do Governo Estadual, 1.321.499 hectares, objetivando produzir algodão para à Grã-Bretanha. As divisões da gleba em lotes retangulares e longos, tinham como curiosidade: ora, o lado menor dava para o rio, ora outro para a estrada, compreendendo superfícies variadas de no máximo 40 hectares.

Decorrente da situação política e econômica vivenciada não só pelo país, mas pelo mundo, em 1939 a política do Governo Federal desestimulou a atuação do capital estrangeiro, indo de encontro aos interesses ingleses, que estavam angariando recursos para manter-se em equilíbrio diante da Segunda Guerra Mundial, contribuindo assim, para a nacionalização da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e, anos depois, precisamente 1944, a “Companhia de Terras Norte do Paraná” foi vendida a capitalistas paulistas, passando a se chamar “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” (CMNP).

Ao se instalar o sistema de colonização adotado pela Companhia, não só a área rural foi definindo-se, mas também os centros urbanos foram adquirindo estrutura particular, caracterizada pelos moldes definidores da própria empresa, assumindo assim, feições reais de planejamento da ocupação do solo.

Referindo-se à atuação colonizadora, assim se pronuncia a CMNP (1975):

“A companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância, seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. (...) o projeto e a construção de quase todos⁴³ foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares. As vias de comunicação – avenidas, praças e ruas – planejadas de acordo com a altimetria da cidade, visavam o conforto e o bem estar das populações urbanas e a execução adequada dos serviços públicos. Cada núcleo foi subdividido de conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros desportivos. (...) Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. Á área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte forma: pequenos lotes de 10, 15 e 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. (...) As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens do curso d’água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café.”⁴⁴

Este planejamento visou estruturar a região, para que ela, por si, veiculasse condições técnicas e sociais de elevada prosperidade e bem estar aos que realmente acreditaram no projeto.

O processo de loteamento e ocupação da CTNP, teve início em meados da década de 1920 e, em 1929 estrutura-se Londrina, o primeiro núcleo urbano de significativa importância, sediando a CTNP.

Não muito distante e seguindo o plano da Companhia, que já subordinava-se à nova administração, surgiram outras cidades, tais como: Apucarana, Mandaguari, Jandaia, entre outras. Com a função de capital regional, surgiu Maringá e posteriormente Cianorte, papel este que até à criação das mesmas, só vinha sendo reconhecido ao município de Londrina.

⁴³ A palavra “todos”, no contexto, refere-se aos núcleos urbanos.

⁴⁴ CMNP. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP. São Paulo, 1975. p. 77-78, 252.

Com informações sobre os demais processos de colonização ocorridos no Norte do Paraná, e sem fazer comparações ao amplo e bem sucedido projeto de Colonização da CMNP, resgata-se também como coadjuvantes na sistematização da ocupação da região em questão, a partir de 1930 a atuação do capital japonês, representado por duas companhias distintas, a Brasil Tokushoku Kaisha (Bratac) e Nambei TochiKushiri e que, decorrentes do seu processo colonizador, deu origem a dois núcleos urbanos: Assaí e Uraí, tendo como sustentação econômica a produção algodoeira.

A ocupação de algumas glebas distintas e próximas a área de atuação da CMNP, desenvolveu-se como resultado da atuação do Estado, e outras empresas privadas, contribuindo para o desfecho da colonização e povoamento do referido Norte Novo do Paraná.

O avanço da frente pioneira desenvolvida no Norte do Paraná, singular em sua atuação, foi marcado pela seqüencialidade de ocupação dos vários “nortes”, atuando em última instância no Norte Novíssimo do Paraná. Não que houvesse uma regularidade na ocupação das áreas despovoadas, se isso acontecesse, estaria se desprezando os saltos realizados pelos colonizadores quando núcleos desenvolveram-se isoladamente, sendo apenas interligados a princípio por “picadas” na mata pouco explorada. Com profunda semelhança no contexto, constituía-se no Norte Novíssimo do Paraná, a Fazenda Brasileira ou Gleba Pirapó, refletindo a atuação dirigida do Estado em meados da década de 1920, com projeto semelhante ao que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná desenvolveu no “Norte Novo”.

Sob a concessão do Estado, com a condição de instalar a estrada de ferro naquela região, “a Railway Company, através de sua subsidiária BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A obteve uma área de 317 mil hectares no Noroeste do Paraná, no início do século” (BERNARDINO, 1999, p. 68)⁴⁵, a qual nas primeiras décadas, demarcou e loteou as terras, introduzindo o café.

Bernardino aborda ainda a questão:

⁴⁵ BERNARDINO, Virgílio M. P. *Processo de Ocupação do Município de Paranavaí: a mobilidade da força de trabalho e a sua redistribuição espacial*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1999. p. 68.

“Em 1930, invocando o não cumprimento do contrato firmado entre a Braviaco e o governo, ou por consequência da Revolução que colocou Getúlio Vargas no poder, o empreendimento em pleno desenvolvimento foi desmantelado, sendo rescindidos todos os contratos e declarados nulos todos os títulos de propriedade, inclusive os da “Gleba Pirapó”.”⁴⁶

Frustrada a tentativa de colonização do Estado na região, a Fazenda Brasileira foi abandonada em 1932 pela maioria de seus ocupantes, ficando a mesma, a mercê de forasteiros e inescrupulosos indivíduos.

O projeto que agregava em si um futuro promissor, deparou-se com os reflexos da depressão de 1929 e a consequente retração do mercado do café, refletindo na queda de preços e nas leis coibidoras do cultivo do mesmo, devido a grande quantidade já estocada do produto que estava sem mercado para comercialização externa. Buscando uma resolução para as dificuldades impostas pelo mercado cafeeiro e para as coibições impostas quanto ao cultivo do mesmo, contornou-se a proibição do plantio do café no Paraná, limitando o plantio de 50.000.000 de pés de café, quantia essa, ainda longe de ser alcançada no Estado.

Contribuindo para a formação de um “mar de cafezais” no Paraná, em 1942, geadas de grandes proporções danificaram inúmeras lavouras, tanto do Estado de São Paulo, quanto do Paraná, fazendo com que a lei coibitiva do plantio do café fosse revogada.

A expansão do café na década de 60, segue intensa e avassaladora, concorrendo para o ápice de produção e consequente acúmulo do produto, acarretando em medidas governamentais em nível de país, refletindo com maior intensidade na região sudeste, a atuação de uma política de industrialização da agricultura. A alteração da política proposta pelo governo federal, teve como coadjuvante as sucessivas geadas que assolaram entre 1967 a 1975 as grandes culturas de café.

Quando à área da Braviaco, depois de uma década de abandono tem início uma nova divisão dos lotes, instalando-se nova leva de colonos, caracterizando assim a difícil ocupação da região, onde estruturou-se a cidade de Paranaíba.

⁴⁶ BERNARDINO, Virgílio M. P. *op. cit.*, 1999. p. 69.

Fatores importantes na ordenação do espaço paranaense são os “novos quadros de ocupação” estampados nos “velhos espaços”, cedendo lugar a múltiplas relações de produção e de conseqüentes determinações sócio-espaciais, configuradas pela divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento econômico decorrente da cultura cafeeira, compartilhou com a atuação de uma leva considerável de imigrantes, paulistas, mineiros, catarinenses, gaúchos e nordestinos que, contribuíram participativamente não só para o progresso, mas também para a formação de espaços geo-históricos que deram vazão à dinâmica de povoamento e urbanização do Paraná, portanto “(...) a natureza vai registrando, incorporando a ação do homem, dele adquirindo feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico”. (Santos, 1997, p. 88).⁴⁷

O processo de construção e evolução sócio-econômica do Brasil inscreve-se como atuações das frentes de ocupação ocorridas nas inúmeras regiões do país. No Paraná a análise da rápida e intensa organização econômica, precedidos de empreendimentos públicos e privados, evoluiu para uma significativa valoração do território, com intenso movimento populacional, retratando a penetração e atuação do capital no rural e no urbano, no espaço e na sociedade. Esta situação, se faz sentir com demasiada intensidade, principalmente no Norte do Paraná, decorrentemente da diferenciação na ocupação das outras regiões do estado, colaborando para a expansão, povoamento e urbanização do mesmo, determinando o encontro deste fenômeno no sudoeste paranaense, através da corrente migratória vinda de São Paulo no sentido noroeste/sudoeste e a proveniente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, selando na década de 60, as frentes de ocupação no Estado.

Atuantes e com significado de progresso, os fatos decorridos da colonização; o proveito que a mesma pode proporcionar quanto a recursos da natureza; o desenvolvimento da agricultura e a estruturação de estradas e aglomerados humanos, foram a base para o enérgico impulso do processo de urbanização paranaense (TABELA 1).

A percepção do processo evolutivo da intensa ocupação do Paraná, acarretou em uma formação sócio-econômica, com povoamento significativo,

⁴⁷ SANTOS, Milton. *Metamorfose do Estado Habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 88.

influenciando a ocupação de outras importantes regiões do Estado onde ainda não havia nem sequer anseios de exploração.

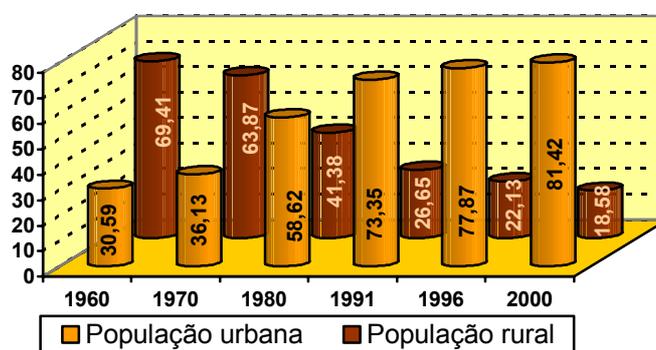
TABELA 01 – A população Urbana e Rural do Estado do Paraná de 1960 a 2000

	1960	1970	1980	1991	1996*	2000
Rural	2.962.312	4.425.490	3.156.831	2.250.760	1.991.814	1.776.121
Urbana	1.305.927	2.504.378	4.472.561	6.197.953	7.011.990	7.782.005
Total	4.268.239	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.003.804	9.558.126

FONTES: IBGE; * Contagem (não um levantamento tão preciso quanto no censo);
Org.: VERCEZI, J. T.

A contemporaneidade dos tempos e dos fatos, emoldura grandes mudanças em nível mundial. Particularizando, o caso do Brasil, não é diferente. As alterações econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas, mudaram a feição da nação. Estas mudanças foram intensas e marcantes quando se processaram as influências industriais no campo. No caso paranaense, houve vários fatores que acarretaram em transformações significativas, mas a mais expressiva caracteriza-se pelo “êxodo rural, em que a fuga do homem do campo para a cidade foi motivada por diversos fatores de ordem conjuntural, estrutural e circunstancial. (GRÁFICO 1) Esses fatores combinados contribuíram para dinamizá-lo.” (Moro, 1988, p. 20)⁴⁸.

GRÁFICO 01 – Desruralização e Urbanização Paranaense de 1960 a 2000 em %



FONTES: IBGE – População residente
Org.: VERCEZI, J. V.

⁴⁸ MORO, Dalton A. O êxodo Rural e o Crescimento Populacional da Cidade de Maringá no Período de 1970 a 1980. *Boletim de Geografia* – UEM – Ano 06, n. 01, jun. 1988. p. 20.

Segundo o relatório do IPARDES

“a redução da população rural não é um fenômeno novo e muito menos surpreendente. Reflete uma lei geral do próprio desenvolvimento agrícola que, pela incorporação do progresso técnico, define alguns ganhos na produtividade e transforma as relações de trabalho. O surpreendente foi a velocidade com que o Paraná passa a condição de receptor para a de expulsor de população, a magnitude da migração e a direção do seu fluxo rural-rural, a maior parcela dos 2.600 mil que deixaram o campo, se fixou nos centros urbanos. No Paraná apenas alguns poucos centros urbanos absorveram as maiores montantes dessa população migrante, caracterizando uma urbanização mais concentrada no Estado.”⁴⁹

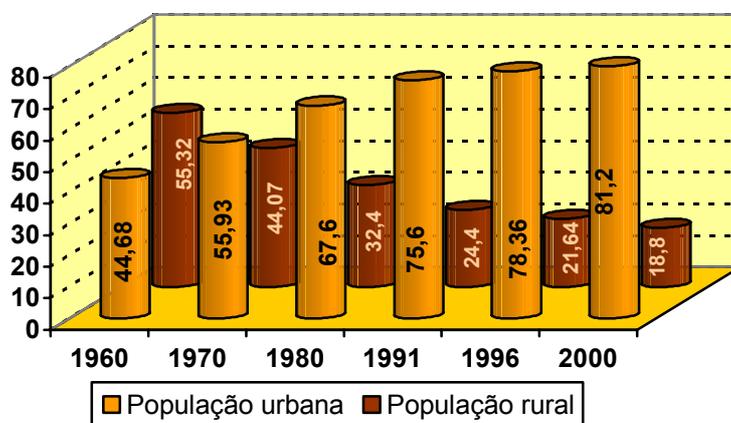
A dinâmica do êxodo rural foi mais intensa no Paraná do que no Brasil, provocando caos nas “pequenas” ou “recém” estruturadas cidades que não conseguiram absorver esta população, é o caso de Apucarana e Maringá. O Norte do Paraná perde população por causa da substituição do café pela soja (TABELA 2 e GRÁFICO 2).

TABELA 02 – A População Urbana e Rural do Brasil de 1960 a 2000

	1960	1970	1980	1991	1996*	2000
Rural	38.767.423	41.054.053	38.566.297	35.834.485	33.993.332	31.847.004
Urbana	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.990.990	123.076.831	137.697.439
Total	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.475	157.070.163	169.544.443

FONTE: IBGE; * Contagem;
Org.: VERCEZI, J. V.

⁴⁹ PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária do Paraná*. Curitiba, 1983.

GRÁFICO 02 – Desruralização e Urbanização Brasileira de 1960 a 2000 em %

FONTE: IBGE – População residente;
Org.: VERCEZI, J. V.

Conforme se verifica nos gráficos 1 e 2 até 1960 predominava no Brasil a população rural. Com o recenseamento de 1970 constatou-se o predomínio da população urbana, atingindo 55,93% do total do país. Recentemente, mais de 78% da população brasileira é urbana e cerca de 22% rural. Esta urbanização da população quanto à condição do domicílio nos revela como foi rápido o fluxo campo-cidade (êxodo rural) nestas últimas décadas.

Quanto à população brasileira de 1960 dos 70.070.457 de habitantes, 55,32% eram rurais e 44,68% urbanos. Em 1970, dos 93.139.037 de habitantes, 44,07% eram rurais e 55,93% urbanos. Neste sentido, entre 60-70, constata-se o predomínio da população urbana sobre a rural e uma urbanização da população brasileira, segundo Bernardino⁵⁰ (1999), de cerca de 11%.

Contemporaneamente, no Estado do Paraná, os valores populacionais rural-urbanos eram mais acentuados demonstrando grande êxodo rural, porém, a população rural ainda era numericamente superior à urbana. No Estado do Paraná, a população urbana só passa a ser maior que a rural no período de 70-80 (TABELA 1 e GRÁFICO 1).

Em 1960, o Paraná possuía 4.268.239 habitantes, representando cerca

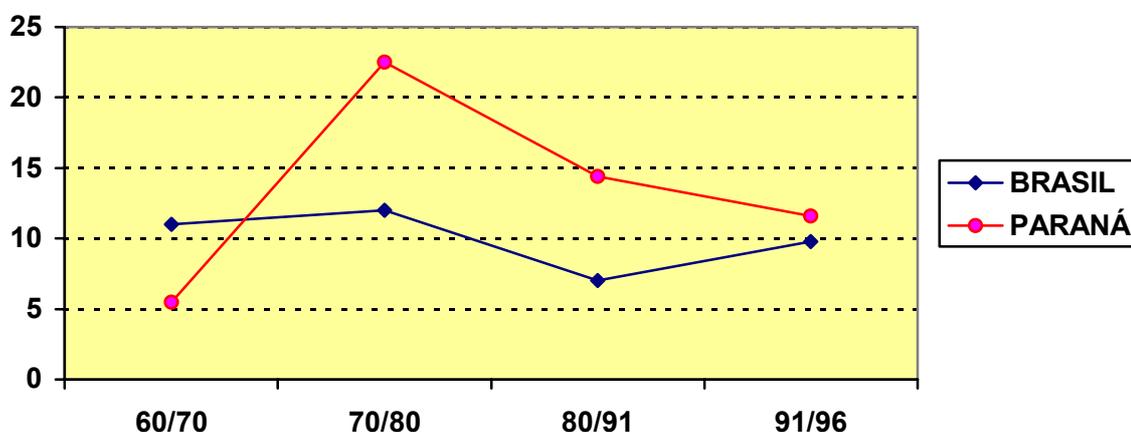
⁵⁰ BERNARDINO, Virgílio M. P. *op. cit.* 1999.

de 6,09% da população brasileira. Desses habitantes 69,41% viviam no campo e 30,59% na cidade. Em 70, havia 63,87% no campo e 36,13% na cidade. Comparativamente à população do país, em 1970, mesmo com a redução da população rural da ordem de 5,5% em relação ao censo da década anterior, o Estado do Paraná ainda tinha população rural superior à do Brasil.

No censo de 1980, dos 7.629.392 habitantes, que correspondiam a 6,51% do país, 41,38% eram rurais e 58,62 urbanos. Notamos neste censo o predomínio da população urbana constituindo um Estado urbano. A taxa de urbanização da população entre os censos de 70 a 80, no Paraná, alcança cerca de 22,5%, enquanto que a taxa de urbanização do País, no mesmo período, era de cerca de 12% (GRÁFICO 3).

Sendo assim, verifica-se que quanto à questão cinética da urbanização paranaense entre 70 – 80, foi duas vezes mais rápida que a brasileira.

GRÁFICO 03 – Taxa de Urbanização do Paraná e Brasil de 1960 a 1996



FONTE: Bernardino, p.65, apud Moro.
Adaptado por: VERCEZI, J. T.

3.1 – A Ligação entre a Expansão da Cafeicultura e o Processo de Povoamento do Norte Paranaense

A fase de povoamento da região, inaugurada com a entrada do café teve como um dos marcos o empreendimento desenvolvido por alguns fazendeiros do estado de São Paulo, atraídos pelas manchas da famosa terra-roxa.

Entre esses fazendeiros, o mais regularmente mencionado é o senhor Antonio Barbosa Ferraz, importante fazendeiro em Ribeirão Preto, onde possuía grandes extensões de terra, e que adquire, em 1910, uma gleba situada na fronteira com o Paraná, entre Ourinhos-SP e Cambará-PR, plantando um imenso cafezal. Esse fazendeiro, juntamente com outros investidores da região, percebendo a necessidade de uma via de escoamento para o produto, organiza uma empresa (Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná), com o objetivo de prolongar os trilhos a partir do Ourinhos, o que começou a ser feito em 1922, como destino a Cambará atingida pelos trilhos no ano de 1925, perfazendo um total de 29 quilômetros de estrada de ferro construída.

A construção da ferrovia mostrava-se como elemento indicador para o colonizador da região Norte-Paranaense, de que este não ficaria isolado em sua propriedade, e o escoamento da safra estava garantido.

Uma importante corrente migratória formou-se em direção às zonas novas paranaenses, oriundas das antigas zonas paulistas, onde a produtividade encontrava-se em declínio. Como ocorrera no estado de São Paulo, o deslocamento era influenciado pela produtividade do café nas áreas novas, pois as áreas ocupadas pelo café há muito mais tempo apresentavam seus solos já exauridos pela sustentação da cultura, acarretando uma diminuição da quantidade produzida, enquanto as áreas novas, recém desmatadas, geralmente apresentavam grande produção. Inclusive, a fertilidade do solo do Norte do Paraná adquiriu fama nacional, sendo a terra-roxa sempre associada a altos índices da produtividade agrícola.

O estado do Paraná realmente atingira uma produtividade singular, tendo seu auge na década do cinquentá, como comprova-se observando que, em 1952, 05 (cinco) primeiros municípios na produção cafeeira do Brasil são do Norte do Paraná. Conforme acrescenta Cancian⁵¹ (1981), nesse período o preço do café sofreu elevação no mercado internacional, chegando a obter, no ano de 1954, o maior preço médio absoluto do período, revertendo na busca acelerada de mais terras virgens de alta fertilidade para o plantio, as quais encontravam-se disponíveis rumo ao norte-noroeste do estado paranaense.

As grandes levas de migrantes que se dirigiram para essa região eram constituídas, em sua maior parte, por população do estado de Minas Gerais e São Paulo, mas contaram com a participação também dos imigrantes alemães, italianos e japoneses.

Amparado em dados de 1970, referentes à população recenseada no Paraná, segundo o estado de nascimento, Padis⁵² (1981) constatou que mais de um terço da população do Paraná era formada por migrantes oriundos de outras regiões do país, sendo que os advindos de Minas e São Paulo constituíam o maior número entre esses migrantes. Ainda de acordo como a avaliação desse autor, pelo fato de a região **Norte do Paraná** ter sido indiscutivelmente a mais procurada pelas correntes migratórias vindas desses dois estados, pode-se supor que a maioria da soma da população paulista e mineira residente no estado, nessa época, encontrava-se na região norte do Estado.

A mobilidade dessas pessoas, em direção ao Paraná, aponta os contornos da frente de expansão caracterizada por Martins⁵³ (1979), tendo o norte do estado absorvido o excedente demográfico de regiões antigas e incorporado as relações da economia de mercado, visando a produção de excedentes – principalmente o café – para serem comercializados.

Entretanto, se a história da ocupação do norte do Paraná encontra-se estreitamente vinculada à evolução da economia cafeeira paulista, isso não

⁵¹ CANCIAN, Nadir. *A cafeicultura paranaense: 1900/1970*. Curitiba: GRAFIPR, 1981. p. 45.

⁵² PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso paranaense*. São Paulo: Citec, 1981. p. 63.

⁵³ MARTINS, José de S. *O cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 46

significa que o processo de ocupação e organização espacial tenha se dado da mesma maneira. Evidentemente, existem particularidades para serem consideradas, até porque o contexto histórico, que então se delineava, era outro.

De fundamental importância foram, também, as estratégias desencadeadas pelo governo do estado do Paraná e pelas empresas privadas de colonização, para ocupar a região.

Uma passagem esclarecedora sobre a diferença no processo de ocupação dos territórios paulista e paranaense é encontrada em Monbeig (1984, p. 211):

“No Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e a perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao Estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda (o autor está se referindo ao ano de 1949) grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de free land, instalar-se a seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou.”⁵⁴

Proprietário esse constituído pelas companhias particulares de colonização no Paraná, as quais adquiriram extensas áreas de terras e tiveram um papel incisivo na ocupação do norte do estado, apesar das estratégias e dimensão das empresas apresentarem particularidades em cada caso.

A empresa de maior expressão, quanto ao projeto imobiliário de colonização do norte paranaense, foi a Companhia de Terras Norte do Paraná, interferindo diretamente no processo de ocupação dessa região, e usufruindo, inclusive, de satisfatória autonomia para o desenvolvimento do seu projeto.

⁵⁴ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p. 211.

Na década de cinquenta, a cafeicultura era uma atividade econômica no auge de sua vitalidade no norte paranaense, estendendo-se para o noroeste do estado. O centro dinâmico da produção de café havia se deslocado do estado de São Paulo para o Paraná. Essa atividade impulsionava de forma intensa a ocupação de novas terras no limite mais ocidental da área comprada pela CMNP.

“No ano de 1954, o preço do café no mercado internacional atingiu preços bastante compensatórios para os produtores.” (Cancian, 1981, p. 45)⁵⁵.

É interessante a dimensão tomada pela concepção, ideologicamente construída, de que as oportunidades eram as mesmas para todos, dentro do contexto da nova região que estava sendo explorada, oferecendo oportunidades de enriquecimento para quem fosse dedicado ao trabalho, mas as condições materiais de existência revelam que a realidade não condiz com o discurso persuasivo de condições harmônicas que podem levar à prosperidade. Ora, em uma sociedade dividida em diferentes classes sociais, as oportunidades e condições materiais também são diferenciadas, e alguns colonizadores, integrantes da “grande maioria que não chegou a ficar rico” têm a percepção, à sua maneira, de que o discurso do “Eldorado do café” era falacioso.

3.1.1 – A atuação econômica no campo

Ao estabelecer relações entre a sociedade e a economia vigente no espaço brasileiro, contemplam-se as seqüelas deixadas pela atuação dos colonizadores enquanto cumpridores dos objetivos pré-determinados pela coroa portuguesa.

O sistema econômico implantado pelos europeus no Brasil, visou em primeiro estágio, a obtenção de excedentes apropriados pela metrópole para consumo e comercialização no mercado europeu; o segundo estágio, caracterizou-se pela ocupação do território brasileiro, visando a proteção e domínio das terras já definidas como pertencentes à coroa portuguesa, condição

⁵⁵ CANCIAN, Nadir. *op. cit.*, 1981. p. 45.

essa reafirmada pela desilusão de vida fácil em busca de metais preciosos, estruturando-se então colônias voltadas à produção açucareira.

É concomitantemente à organização das Capitânicas Hereditárias, que se desenvolve o Complexo Rural brasileiro, baseando-se em extensas unidades de produção que utilizavam-se de farta mão-de-obra escrava, sendo assim desenvolve-se a primeira atividade agro-industrial do país, retratada no Nordeste brasileiro pelo cultivo de cana-de-açúcar, estimulada pela produção do açúcar e outros produtos derivados desta cultura. (Corrêa, 1996, p. 15)⁵⁶.

Esta produção açucareira após ter cumprido o papel de povoamento do território brasileiro, particularmente da faixa litorânea nordestina, conheceu a sua decadência arrefecida pela desfavorável posição internacional, afetada pela produção açucareira da América Central Insular e posteriormente sufocada pela produção do açúcar europeu, tendo como matéria-prima a beterraba, que passou a ter excedentes para exportação.

A crise de vários países produtores de cana foi significativa e decisiva, principalmente no Brasil, onde um outro gênero de produção passou a ser admiravelmente explorado, embora já introduzido na nação desde o III século após o “descobrimento” – o café. Como grande produtor, o Brasil só vai se destacar na produção desta cultura no princípio do século XIX, isto porque segundo Prado Jr.⁵⁷ (1979), o século XVIII foi absorvido pela mineração, assim, a agricultura iria ser redescoberta no fim daquele século, coincidindo com a independência das Colônias Inglesas da América do Norte, que tornariam-se grandes colônias consumidoras de produtos não influenciados pela corte britânica. Neste contexto o Brasil se favorece, principalmente pela sua posição geográfica e suas magníficas condições naturais para a prosperidade de produção da cultura do café, resguardando os limites climáticos de aceitação desta cultura que se apresenta frágil à baixas temperaturas.

⁵⁶ CORRÊA. Walquíria Kruger. Transformações sócio espaciais no município de Tijucas (SC): O papel do grupo USATI – Portobello. Tese de Doutorado apresentada à UNESP (Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas). Rio Claro – SP, 1996. p.15.

⁵⁷ PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Col. Brasiliense. 1979.

O início desta produção teve como palco a Bacia do Paraíba e regiões próximas, aproveitando-se do relevo acidentado, onde a cultura do café foi substituindo as extensas florestas subtropicais. A exploração inadequada, descuidada e de considerável extensão, não tardou por oferecer conseqüências, a exposição dos solos e a incoerente distribuição das fileiras dos pés de café, acarretou em intenso e avassalador desgaste do solo, favorecendo assim, a erosão. Não tardou mais que algumas décadas para que houvesse o abandono das culturas e a conseqüente evasão demográfica.

Como todos os ciclos econômicos apresentam atração e repulsão populacional, dentro do mesmo contexto houve um redirecionamento da população em busca de outros horizontes mais prósperos, assim, o oeste da província paulista ganha destaque. Pequenos núcleos se destacam, embora separados e desarticulados, vão transformando a paisagem ondulada, que aos poucos vai caracterizando o espaço como “uma única grande paisagem”. Há o favorecimento dos aspectos naturais, para a estruturação concentradora da acumulação do capital e conseqüentemente de extensas propriedades, beneficiadas não só pela natureza (solos férteis), mas também pela estrutura que o capital pode proporcionar: o transporte e as comunicações, acentuando ainda mais a organização da agricultura nos padrões tradicionais e clássicos, muito bem relatado por Prado Jr. (1979):

*(...) a exploração em larga escala, tipo “plantação” (a plantation dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde (...) por trabalhadores assalariados. Contribuem para fixar este sistema de organização as mesmas circunstâncias assinaladas para as demais culturas brasileiras. Reforçam-nas aliás agora, a tradição já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de reprodução retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto”.*⁵⁸

A expansão significativa do café pelo oeste paulista, na década de 80 do século XIX, acarretou transformações consideráveis não só na economia

⁵⁸ PRADO JR, Caio. *op. cit.*, 1979. p. 165.

cafeeira, mas na própria economia do país, pois até então o Complexo rural adequava-se às alterações do mercado externo, adaptando-se aos momentos de produção voltados à exportação, quando os preços estavam em alta, todos os recursos da propriedade agrícola estavam voltados ao aumento da produção. Nos momentos de preços em declínio no mercado externo a estrutura readequava-se à produção de subsistência, pois o mercado interno era praticamente inexistente e frágil, não havendo assim uma significativa divisão do trabalho.

Sob a significância da Lei de Terras, concretizada em 18 de setembro de 1850, tornam-se evidentes grandes transformações no Complexo Rural, onde as terras passaram a ser comercializadas, negociadas e mediadas pelo mercado, privilegiando a grande propriedade territorial e os indivíduos de maior posse, surgindo, neste momento uma reestruturação do país quanto ao surgimento das cidades, estradas, transportes, serviços públicos e também incipientes, mas florescentes, as primeiras indústrias e, como ponto de apoio e alicerce para as negociações comerciais, estruturou-se também o capital bancário.

O intenso e significativo crescimento econômico pelo qual foi se estruturando o Brasil, marcou o fortalecimento de uma economia basicamente capitalista que até por volta de 1850 foi alicerçada na mão-de-obra escrava praticada na economia cafeeira, embora o próprio sistema econômico estabelecesse entraves com esta prática de produção, contribuindo para que houvesse realmente rigor na prática da lei que proibia o tráfico internacional de escravos. O passo fundamental que desencadeou a crise do complexo rural foi a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro depois de 1850 (Silva, 1996, p. 7)⁵⁹. As dificuldades crescentes apresentadas pela ausência de mão-de-obra passaram a exigir urgência de soluções para que a acumulação do capital não fosse desestruturada.

As alterações aconteceram principalmente nas relações de trabalho, que sofreram transformações amplas e radicais: a imigração européia, ou seja,

⁵⁹ SILVA, José Graziano. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Do Complexo Rural aos Complexos Agro-industriais. São Paulo: Unicamp, 1996. p. 7.

substituir o escravo pelo trabalhador livre. Transformação essa que realmente irá encontrar êxito com a total eliminação do trabalho servil, pois o sistema de parceria⁶⁰ desenvolvido entre 1840/60 tornou-se impraticável, resultando em fracassada tentativa.

A imigração européia foi a solução para as dificuldades encontradas na mão-de-obra cafeeira, mas esta transformação processou-se relativamente lenta, incorporando várias relações: escravista, parceiro, salário fixo, colonato.

O resultado final dessas mudanças, caracteriza-se pelo surgimento do Complexo Cafeeiro que, “ao contrário do complexo rural, criou um amplo mercado para bens-salário e permitiu que fosse ampliada substancialmente a divisão social do trabalho” (SILVA, 1996, p. 8)⁶¹. A incidência da especialização das atividades, tanto agrícolas (desmatamento, plantio, etc) quanto a indústria manufatureira, exigia eficiência inexistente no trabalho escravo, pois necessitava de serviços refinados e manufaturas mais complexas.

Pouco significativa no Complexo Cafeeiro, a divisão do trabalho caracterizava-se pela “internalização” das atividades na produção de insumos e os meios de produção, direcionados à própria estrutura da colônia, externalizando sim algumas atividades independentes do complexo rural.

Alguns pequenos produtores passaram a produzir, voltados ao abastecimento das aglomerações humanas que já se caracterizavam como cidades, onde também articulavam-se relações de parceria entre produtor de algodão – indústria têxtil, marcando em meados de 1880 a estruturação de produção manufatureira, garantido assim um desenvolvimento urbano industrial no Brasil, precisamente o Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo.

Como afirma Silva (1996):

⁶⁰ A existência nas lavouras de café de escravos e europeus livres, os quais tinham seu pagamento unicamente em função da colheita, comprada pelo próprio fazendeiro, conduzindo a uma situação de semi-escravidão, pois acabavam deixando todo a sua arrecadação nas mercadorias consumidas no armazém da propriedade.

⁶¹ SILVA, op. cit. 1996. p. 8.

“a expansão das atividades “não-agrícolas” engendradas no seio do complexo cafeeiro paulista não podia mais ser satisfeita internamente nas próprias fazendas, obrigando a um aprofundamento da divisão do trabalho e “delegando” novas funções às cidades. Estabeleceu-se assim, a partir do complexo cafeeiro paulista, uma mudança fundamental, com a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases naturais para uma economia aberta de mercado interno, que começava a estruturar-se a partir das indústrias montadas nas cidades, mas ainda voltada à demanda dos segmentos da própria agricultura. (...) o processo de substituição de importações que se seguiu foi fruto da industrialização e não o contrário, como muitas vezes se diz. Os elementos dinâmicos, os agentes causais, foram as mudanças operadas no seio do complexo cafeeiro, que deram origem a industrialização brasileira; a possibilidade de subsistir importações ajudou, permitindo estimular o processo por meio dos mecanismos cambiais.”⁶²

Foi no contexto do auge do complexo cafeeiro que estruturam-se assim as primeiras agroindústrias, substituindo as importações de inúmeros bens de consumo “leves” e concomitantemente as grandes propriedades rurais mobilizavam-se com a cultura cafeeira, visando ao abastecimento do mercado internacional, pois fazia-se ainda mais convidativo a produzir, em decorrência dos preços praticados na comercialização de tal produto.

Na segunda década deste século, o governo paranaense adotou uma política de colonização voltada para a entrega de concessões em grande número a empresas particulares, com a condição dessas empresas assumirem o compromisso de conduzir o processo de colonização da região.

Apenas no ano de 1919, foram realizados onze contratos de concessões para empresas interessadas em atuar no Norte do Paraná (Lopes, 1982, p. 70)⁶³. Porém, essas concessões resultaram numa série de ações conflitivas, devido à confusão referente à legitimidade dos títulos de posse, e quebra, por parte das concessionárias, de várias cláusulas contratuais firmadas como o governo, como a venda de áreas maiores do que o tamanho máximo estipulado, ou a não ocupação da área, dentro do prazo mínimo exigido.

⁶² SILVA, *op. cit.* 1996. p. 9.

⁶³ LOPES, Ana Yara Dania. *Pioneiros do Capital: a colonização do Norte do Paraná*. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais, USP. p. 70.

Após a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas, assumindo com um discurso moralizador, nomeou um interventor para o Paraná, o qual suspendeu a maioria das antigas concessões, sendo que a Companhia de Terras Norte do Paraná não foi atingida por essa medida. Essa ação do governo significou a devolução de aproximadamente 2.300.000 ha para o domínio do Estado, que colonizou essa área por iniciativa estadual, associada ou não a empresas particulares. (Lopes, 1982, p. 84)⁶⁴

Atuando no processo de colonização, algumas empresas de capital estrangeiro tiveram papel marcante, tornando-se referências quando se faz a resgate histórico da ocupação norte paranaense.

Entre essas empresas, a “Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada”, formada por capital japonês e fundada em 1929, adquiriu 18.000 alqueires no norte do Paraná e instalou 3.000 nipônicos no atual município de Assaí, a qual dedicou-se principalmente à produção do algodão. (CAMBIACHI, 1953, p. 87)⁶⁵.

No entanto, o empreendimento relacionado à ação dessa empresa japonesa foi pouco expressivo, no tocante à dimensão do projeto e seu raio de abrangência, quando comparada como o projeto desenvolvido por outra empresa estrangeira, a **Companhia de Terras Norte do Paraná**. Essa última aproveitando-se da expansão da cafeicultura, conduziu o seu projeto imobiliário e interferiu diretamente na futura configuração de uma extensa área do norte do estado.

Enquanto empresa colonizadora, interveio, no primeiro momento de ocupação, nos meios rural e urbano dessa região, através da venda de terras, organização de uma infra-estrutura urbana mínima e desenvolvimento rodoviário. Todas essas iniciativas encontravam-se interligadas enquanto estratégia empresarial de um empreendimento capitalista voltado, em sua fase inicial, para a venda de terras.

Sobre a constituição da empresa, faz-se necessário recuar alguns anos antes da sua fundação oficial, procurando suas origens em uma comissão inglesa

⁶⁴ LOPES, *op. cit.* 1982. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais, USP. p. 84.

⁶⁵ CAMBIACHI, Salete M. O povoamento do Norte do Paraná. *Anais da Associação dos geógrafos Brasileiros*. São Paulo: v. VI, tomo I, 1953. p. 87

de caráter financeiro, conhecida como “Missão Montagu”, organizada para proceder a um levantamento da situação econômica brasileira no final do ano de 1923.

Oficialmente, consta que a missão veio a convite do governo do país, então presidida por Arthur Bernardes, mas essa declaração gerou muita controvérsia, com historiadores e jornalistas afirmando que a missão foi uma imposição dos ingleses, que eram os principais credores do Brasil, nessa época.

A esse respeito, BUESCU⁶⁶ (1984) faz uma observação perspicaz: “O envio de uma missão econômica inglesa ao Brasil, como aconteceu com outras missões do ‘centro’ para vários países, naquela época e depois, pode ter correspondido a interesses ingleses, mas o governo brasileiro, se fez o convite ou apenas aceitou a visita, tinha, também, seus propósitos”. “Parece-nos bastante plausível que esses propósitos referiam-se a um novo empréstimo de vinte e cinco milhões de libras, pleiteado pelo governo do presidente Bernardes.” (JOFFILY, 1985, p. 42)⁶⁷.

A missão não era governamental, mas tinha entre seus membros diversas pessoas próximas ao governo inglês, a começar pelo chefe da missão, Edwin S. Montagu, ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra; um dos membros da referida missão era Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, homem já experiente em projetos imobiliários de colonização organizadas no Sudão.

Esse empresário inglês incursionou pelas terras paulistas e do Norte do Paraná, com o objetivo de avaliar a rentabilidade de possíveis investimentos na região. A experiência do cultivo de algodão em terras brasileiras, empreendida por um grupo de empresários ingleses, inclusive Lord Lovat, indicou o início da organização do que viria a constituir-se no projeto imobiliário realizado em terras paranaenses. A citação a seguir da CMNP (1956), apresenta, de forma concisa, os desdobramentos iniciais ligados à atuação desse grupo de capitalistas ingleses.

⁶⁶ BUESCU, Mircea. A Missão Inglesa de 1924. *Rev. de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, ano 21, n. 82: 173-186, ab/jun, 1984. p. 180.

⁶⁷ JOFFILY, José L. *Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. p. 42.

“Outro de seus interesses [sic] imediatos era a possibilidade do cultivo do algodão em grande escala. Os primeiros frutos de sua visita ao Brasil foram o lançamento, no mesmo ano, da “Brazil Plantations Syndicate, que adquiriu duas fazendas e fez [sic] a sua primeira plantação antes do fim daquele [sic] ano. A história dessa campanha não foi um sucesso completo. O plantio do algodão num período de preços baixos, com sementes deterioradas, as únicas então disponíveis, e numa época de alta no preço do cultivo, produziu resultados decepcionantes; mas por outro lado, a aquisição sensata das terras, que valorizaram consideravelmente, compensou as perdas.”⁶⁸

Incentivado por essa experiência, o grupo reforça o interesse em criar um projeto imobiliário de grande dimensão próxima à região cafeeira, sendo que o vizinho estado do Paraná dispunha de muitas terras que se enquadravam dentro dos objetivos desses empresários.

Para a efetivação do projeto de colonização, foi necessário um aumento de capital da Brazil Plantations Syndicate, de 200 mil para 750 mil libras esterlinas, o que motivou a liquidação dessa empresa e a formação da Paraná Plantations Company, procurando levantar um fundo maior para constituir a empresa. (CMNP, 1975, p. 56-57)⁶⁹.

Após essa etapa, desenrolada em Londres, foi constituída, em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em São Paulo, cujo objetivo era especificamente a exploração e colonização das terras norte paranaenses.

Essa negociação causou polêmica na época, porque o valor pago ao Estado para a aquisição das terras foi baixo. Enquanto em 1918, o preço da terra, por hectare, em Ourinhos, era de 123\$000, a extensa área de terra-roxa, no Norte do Paraná, foi vendida para a Companhia por 8\$000 a hectare. (JOFFILY, 1985, p 89-90)⁷⁰.

Essa situação favorável para a compra das terras ocorreu, segundo a Companhia, porque “(...) manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso de Camargo, cuja decidida colaboração muito influenciou para a êxito da transação.” (CMNP, 1975, p. 59)⁷¹.

⁶⁸ CMNP. *op. cit.* 1975, p. 1.

⁶⁹ *Id. Ibid.*, 1975. p. 56-57.

⁷⁰ JOFFILY, José L. *op. cit.*, 1985. p. 89-90.

⁷¹ *Id. Ibid.*, 1975, p. 59.

Esse apoio do governo teve desdobramentos futuros, como pode ser observado nessas informações destacadas por Hoff (1991), em que se indica o estreitamento das relações econômicas com capitalistas ingleses, após a venda das terras:

“Em maio de 1926, o governo do Paraná conseguiu um empréstimo de bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para resgate da dívida do Estado e para a construção do porto de Paranaguá. Em abril de 1928, o Presidente Affonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez a presidência do estado, vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá aos ingleses. Joffily tem um acréscimo a esta informação: Por coincidência aquele governante, em 1928, tomou-se proprietário da área onde hoje está situado o bairro Londrinense Jardim Shangri-la.”⁷²

O investimento feito para a construção do Porto de Paranaguá, através de empréstimo junto ao sistema financeiro inglês, era algo benéfico para os planos da Companhia, a longo prazo, pois criaria a possibilidade de escoamento, via um porto paranaense, das safras produzidas em terras vendidas pela empresa.

Essa área encontrava-se, até a década de 1930, recoberta pela mata nativa na sua maior parte. No entanto, isso não significa a completa ausência de atividades econômicas e núcleos habitacionais nesse período, na área adquirida. Aliás, já existiam conflitos pela posse de terras e ação de empresas colonizadoras nacionais e internacionais. Deve ser mencionada, ainda, a iniciativa do governo do estado na ocupação do Norte do Paraná, o qual também contribuiu diretamente para a fundação de alguns municípios, como por exemplo Paranavaí. É imensa a dimensão territorial que o projeto imobiliário da Companhia Colonizadora ocupou no norte paranaense, destacando-se junto a todos os empreendimentos de colonização acionados por outras empresas particulares.

A situação legal das terras em posse da CTNP merece especial atenção, pois, de acordo com Lopes⁷³ (1982), a maior parte da área adquirida não é qualificada como concessão, ao contrário da situação da maioria das Companhias

⁷² HOFF, Sandino. *O movimento da produção de excedentes numa região pioneira*. Maringá: UEM, 1983. p. 33.

⁷³ LOPES, Ana Yara Dania. *op. cit.*, 1982. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais, USP. p. 84 e 109.

colonizadoras, o que implicaria numa interferência maior por parte do Estado na condução do processo de ocupação da área concedida. As terras foram compradas pela Companhia diretamente do governo, não caracterizando concessão.

Infere-se, a partir disso, o grau de autonomia que a CTNP dispunha em “seu território”, tornando mais expressiva a sua política de ocupação, restringindo as ingerências estatais, a não ser pelas exigências expressas na legislação federal vigente, isentando-se de apresentar seus planos para aprovação e não tendo que se sujeitar à fiscalização dos seus serviços. (LOPES, 1982, p. 111)⁷⁴.

Ainda tratando sobre a liberdade de ação das empresas de colonização com caráter privado, Hoff (1983) escreve sobre a considerável autonomia que o governo paranaense possuía para negociar e outorgar vantagens para as empresas colonizadoras.

“O Estado promovia, fazia executar, mas, não criava o capital estatal para a execução. Deixava a iniciativa a grupos particulares, que faziam da colonização uma forma do acúmulo de capital. O Estado, porém, tendo recebido pela Constituição de 1891, a incumbência de coordenar o domínio das terras devolutas, passou a estabelecer leis próprias que regulavam a demarcação, a aquisição e a legitimação dessas terras. O Estado, não mais a Federação, assumia o controle político da repartição das terras. Desta forma, o Estado do Paraná colaborou com as companhias particulares não concedendo diretamente o capital, mas, vendendo-lhes as terras devolutas a baixo preço com a carência de 12 anos para efetuar o pagamento total.”⁷⁵

A CTNP chegou a pagar, em determinadas situações, até três vezes pela terra adquirida ao governo do Paraná, às Companhias Colonizadoras brasileiras e aos posseiros. Assim procedendo, os títulos de compra da CTNP não eram contestados, sendo essa garantia de segurança ao comprador uma das estratégias de propaganda para a venda das terras. Inclusive, o *slogan* utilizado pela empresa, na divulgação de seu empreendimento, era: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná.”

⁷⁴ LOPES, Ana Yara Dania. *op. cit.*, 1982. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais, USP. p. 111.

⁷⁵ HOFF, Sandino. *op. cit.*, 1983. p. 96.

Mais do que uma estratégia de propaganda, tratava-se de um procedimento visando garantir **maior valorização de suas terras**. As terras vizinhas às da Companhia, cuja colonização foi gerenciada pelo Estado e que se encontravam mais sujeitas a litígio, eram adquiridas por preços inferiores. É o que se constata pelo seguinte depoimento (colhido de um pioneiro - morador em Cianorte), em que Cioffi (1995) retrata uma comparação entre os preços das terras vendidas pelo governo do Paraná e pela CMNP:

“Terras de mesmo padrão de qualidade, as da Companhia bem mais caras, mas inúmeras pessoas interessadas em comprar terras, preferiam pagar três a quatro vezes mais por uma terra vendida pela Companhia do que uma vendida pelo Estado, exatamente, para evitar essas violências, porque elas sabiam que poderiam comprar mais barato do Estado, mas acabariam chegando lá e encontrando um terceiro ou um primeiro já estabelecido ali, com título ou sem título.”⁷⁶

Uma publicação da CMNP⁷⁷ (1956) que, entre outras questões, procurava justificar o baixo preço pago ao governo do Paraná pelas terras adquiridas pela então CTNP, qualificava a distância dos grandes centros, o isolamento e a possibilidade de comprar terras em litígio como as causas do preço baixo. O quadro negativo, descrito anteriormente, deveria ser revertido para as terras adquiridas pela Companhia, para que a seu projeto fosse apresentado como promissor.

O plano básico de colonização da área rural da Companhia consistia na divisão das terras em zonas, onde se efetuava a demarcação dos lotes dessas terras, abriam-se picadas e estradas e negociava-se a venda.

A preocupação com a circulação de pessoas e mercadorias, objetivando garantir o sucesso do empreendimento de colonização, foi uma constante desde as primeiras iniciativas da CTNP.

Visando atender essa necessidade, a Paraná Plantations, além da CTNP, tinha uma outra subsidiária brasileira no mercado, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, inicialmente formada por fazendeiros paulistas, cujas ações foram compradas em 1928, quando os trilhos encontravam-se como última parada em Cambará, situada na fronteira com São Paulo. Essa Companhia

⁷⁶ CIOFFI, Helena. *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros*. Maringá: Gráfica Ideal, 1995. p. 76.

⁷⁷ CNMP. *op. cit.*, 1956. p. 3.

ferroviária, possibilitando a comunicação ferroviária com as áreas recém colonizadas pela empresa, garantia aos compradores o escoamento da produção agrícola, valorizando ainda mais as terras vendidas. Assim, as duas subsidiárias britânicas completavam-se em seus propósitos empresariais.

Sobre isso, Monbeig (1984) afirma:

“A Companhia de Terras do Norte do Paraná (...) não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos.”⁷⁸

É evidente o cuidado da empresa em organizar o seu empreendimento imobiliário, tendo como base a expansão da malha ferroviária através da área comprada. Assim fazendo, facilitava a comunicação, evitando o isolamento das pessoas interessadas em comprar um lote de terra, e reduzia o tempo de transporte das mercadorias, o que resultava numa maior eficiência econômica para a região.

Após a compra da Companhia ferroviária, a continuidade da construção da ferrovia se deu imediatamente e em 1932 os trilhos chegavam a cidade de Jataí, situada às margens do Rio Tibagi e porta de entrada para as terras adquiridas pela CTNP.

À medida que avançava o projeto de ocupação das terras da CTNP e erguiam-se as cidades, a ferrovia cortava o norte paranaense. Assim, em 1935, o trem chegava a Londrina, e em 1943 a Apucarana. Quando os trilhos alcançam Maringá, em 1954, a Companhia Ferroviária já pertencia ao Governo Federal (Em 1944, o Governo Federal havia comprado a Estrada-de-ferro São Paulo-Paraná da CTNP).

No período cafeeiro, a população rural era numerosa e superava a população urbana, em razão da pequena divisão do trabalho existente na época, conforme já pôde ser verificado antes com dados relativos à área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Com o processo de modernização agrícola e aprofundamento das relações capitalistas no campo, há uma

⁷⁸ MOMBEIG, Pierre. *op. cit.*, 1984. p. 230.

transformação na distribuição espacial da população e uma maior divisão do trabalho. As causas da mobilidade espacial da população são atribuídas à inviabilidade da permanência no campo de muitos pequenos proprietários que venderam suas terras, além dos arrendatários, parceiros e trabalhadores permanentes que saíram do campo, este grupo é que provocou a inversão do local de residência da população na região.

Com a erradicação dos cafeeiros houve maior diversificação de culturas na região Norte do Paraná. As lavouras temporárias passaram a predominar sobre as lavouras permanentes, destacando-se soja, trigo, algodão e cana-de-açúcar. A pecuária apareceu como uma atividade significativa no Norte Novíssimo, onde o solo é, em grande parte arenoso e, portanto, não tão favorável à prática da agricultura.

A partir de meados da década de oitenta, houve uma diversificação mais intensa, visando atender aos estímulos do mercado, incentivos do Estado e das agroindústrias regionais, especialmente daquelas atreladas às cooperativas. Esta diversificação pôde conter o volume de imigração, ou seja, viabilizou a permanência de alguns pequenos produtores no campo, assim, passaram a fazer parte da paisagem rural regional plantios de: laranja (destinada às agroindústrias produtoras de sucos); stévia (produção totalmente voltada à indústria de adoçantes), amoreiras (destinadas à sericultura, estimulada também pelas agroindústrias), uvas (fruticultura de mesa), mandioca (voltadas para a produção de farinha, fécula e polvilho), legumes e verduras (parte produzida com utilização de estufas e voltada ao abastecimento de feiras e os Ceasas regionais de Maringá e Londrina).

Houve redução da mão-de-obra familiar, dos parceiros e dos empregados permanentes, junto com o aumento dos empregados temporários. Considerando todas as categorias, houve uma diminuição do pessoal ocupado na produção agropecuária, já que grande parte das tarefas passou a ser realizada com o auxílio de máquinas agrícolas. As razões para estas mudanças estão assinaladas por Leão:

“A crescente subordinação da agricultura à indústria em termos nacionais e a constituição de um mercado nacional de mão-de-obra explicam as transformações no campo paranaense. O crescente consumo de máquinas, equipamentos e insumos industriais elevam rapidamente a produtividade do trabalho utilizado, reduzindo, assim, a quantidade de trabalho necessária por volume de produção e área utilizada; esse processo reduz o número de agentes produtivos.”⁷⁹

As considerações anteriores sobre os pequenos produtores e trabalhadores rurais explicam a mudança na distribuição da população, a qual concentrada anteriormente no campo passou a se concentrar nas cidades.

Tomando por referência o município de Maringá, pode-se observar numericamente tais fatos através da TABELA 03:

TABELA 03 – Maringá – População Rural/Urba/Totál – 1950 a 2000

Ano	Pop. Rural	%	Pop. Urbana	%	Pop. Total
1950	31.318	81,16	7.270	18,84	38.588
1960	56.539	54,30	47.592	45,70	104.131
1970	21.274	17,53	100.100	82,47	121.374
1980	7.550	4,49	160.689	95,51	168.239
1991	6.198	2,58	233.937	97,42	240.135
2000*	4.673	1,62	283.792	98,38	288.465

Tabela atualizada de acordo com o Censo 2000, IBGE.

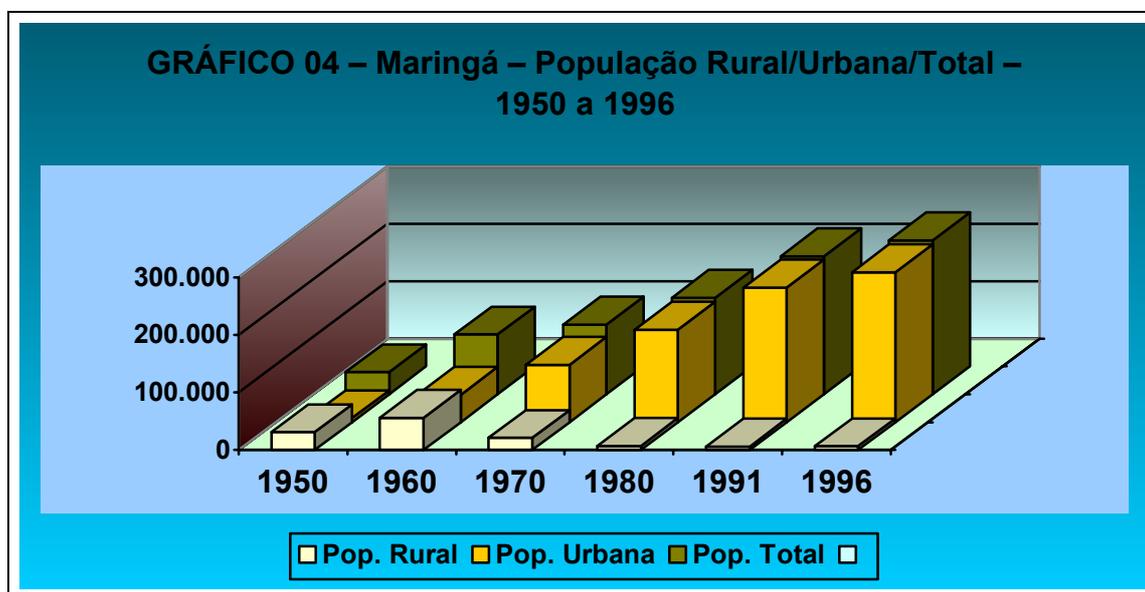
Adaptado de: MARINGÁ, Prefeitura Municipal. *Perfil de Maringá*, p. 57.

Nas décadas de 50 e 60, que se referem ao período cafeeiro, observa-se uma população rural crescente, situação que se altera, bruscamente, na década de 70, quando há uma redução de mais de 60% desta população. Em contrapartida, entre as décadas de 60 e 70, a população urbana cresceu mais que 120%. Verifica-se nas décadas subseqüentes a intensificação dessa mesma tendência, sendo que no último ano citado – 1996 – a população urbana estava muito próxima da população total.

Através do gráfico a seguir (GRÁFICO 04), pode-se visualizar melhor toda essa dinâmica ocorrida com o município de Maringá, considerando-se o fato de que este fenômeno se repetiu nos demais municípios da região, embora com

⁷⁹ LEÃO, I. Z. C. C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: Iparde, 1989. p. 47.

maior intensidade diferenciada, pois Maringá apresenta um índice de urbanização maior do que os outros municípios.



FONTE: IBGE, 1996.
Org.: VERCEZI, J. T.

Em razão das mudanças ocorridas na distribuição da população, antes predominantemente rural e agora predominantemente urbana, Moro⁸⁰ (1991), lembra que há uma transformação do *Habitat* rural a paisagem rural: era repleta de habitações, apresentando grande densidade e articulação. Com os novos fatos o campo tornou-se isolado, rarefeito e desarticulado. O campo deixou de ser o lugar de moradia não só para aqueles grupos que dele foram excluídos, como também dos médios e grandes proprietários que passaram a morar na cidade. A propriedade agrícola passou a ser tratada como uma empresa, administrada da cidade, que, conforme Santos, tornou-se o “(...) ‘locus’ da regulação do que se faz no campo”.

Na época de predomínio econômico do café, os estabelecimentos agropecuários eram quase auto-suficientes, já que grande parte das necessidades de consumo eram superadas através de atividades produtivas, desenvolvidas nos mesmos (MORO, 1991, p, 344)⁸¹. Os poucos produtos, não

⁸⁰ MORO, Dalton A. *op. cit.*, 1991. p. 340.

⁸¹ *Id. Ibid.*, 1991. p. 344..

provenientes do trabalho agrícola, eram adquiridos numa venda⁸² rural próxima. Nesse período as relações cidade-campo eram simples e limitadas.

Com a agricultura moderna, estas relações tornam-se amplas e complexas, pois os estabelecimentos agropecuários deixam de ser auto-suficientes e os agricultores tornam-se dependentes do comércio urbano. As vendas rurais, bem como os patrimônios rurais (pequeninos núcleos urbanos que sediavam as *vendas*, a igreja e outros) praticamente desapareceram da paisagem rural, com o esvaziamento populacional do campo. Os trabalhadores que antes moravam no seu local de trabalho, ou seja, no estabelecimento agropecuário, ao transferirem-se para a cidade, precisam deslocar-se diariamente para o campo, para realizarem tarefas esporádicas (bóia-frias).

A agricultura passou a depender mais de relações mercantis e financeiras por causa do crédito agrícola e comercialização dos produtos. Assim, o produtor intensificou suas relações com os Bancos e com as Cooperativas Agropecuárias. Paradoxalmente, à medida que se reduziu a população rural, ampliaram-se as relações entre o campo e a cidade. Nesse novo quadro, os agricultores passaram a provocar, para a satisfação de suas necessidades, um aumento no consumo consultivo e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, o consumo produtivo rural.

⁸² Estabelecimento comercial de pequeno porte localizada na área agrícola.

Capítulo IV

METROPOLIZAÇÃO

4.1 – Metropolização no Brasil

A ocupação do espaço urbano brasileiro sofre os efeitos de um processo de intensa urbanização, baseado na concentração demográfica e econômica. A expansão física das cidades deu origem à periferização e, em alguns casos, à conurbação, intensificando as relações intermunicipais e expondo o fenômeno regional.

A dinâmica desses espaços rebate em uma estrutura institucional anacrônica, resultando em crescentes dificuldades em administrar o atendimento e demandas resultantes da complexidade dos fluxos e funções urbanas. Esse problema se agrava quando origem e destino de bens e pessoas desrespeitam limites político-administrativos e, portanto, níveis de competências institucionais locais, passando a exigir o esforço e a decisão conjunta de municipalidade.

A gestão do espaço regional se impõe e depara com relações intermunicipais diversas, complexas, heterogêneas, complementares, dependentes e destituídas de respaldo legal e administrativo compatível às peculiaridades de sua dinâmica.

A necessidade de repensar e propor instrumentos e mecanismos adequados a gestão regional obteve disposições favoráveis a partir da Constituição Federal de 1988. No entanto, pouco se avançou na regulamentação e efetivação de seus dispositivos, sendo ainda incipiente o debate sobre seu significado e conteúdo.

A Constituição de 1988 deu o primeiro passo no sentido da aproximação de dispositivos legais ao fenômeno regional. Era

responsabilidade da União, de institucionalizar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões para integrarem a organização, o planejamento e a gestão de funções públicas de interesse comum. Sem romper a estrutura vigente, mantém e até reforça a autonomia municipal, mas deflagra a possibilidade do exercício integrado da ação pública.

Esse primeiro passo demonstra a intenção de facilitar a articulação entre estados e municípios e entre os próprios municípios, tomando por base os aspectos comuns de uma determinada área regional para proceder à integração preconizada pela Lei.

A institucionalização dessas unidades, tendo como base uma finalidade objetiva, pode trazer resultados eficazes, mas pode também levar ao risco, em casos extremos, de se reinterpretar conceitos, na busca de propiciar importância tanto a regiões quanto a municípios para os quais se pretenda a denominação de "metropolitanos"; interesse este decorrente dos critérios utilizados para o direcionamento de recursos financeiros, os quais, por motivos diversos, sempre privilegiaram municípios de regiões metropolitanas, especialmente o pólo.

O conceito de microrregião é utilizado pelo IBGE, sendo extensivo a todo o território nacional, regionalizado com base na organização de espaços homogêneos definidos como forma de organização da produção. Esse conceito serviu como parâmetro à delimitação das Regiões Metropolitanas, as quais, na maioria dos casos, coincidiram com as microrregiões homogêneas polarizadas diretamente pela capital do Estado.

É na aglomeração urbana que é possível representar comutação diária entre as cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único.

Tal fenômeno é entendido, quase sempre, como sendo concreto, isto é, expresso pela continuidade de manchas urbanas. Todavia, relações sócioeconômicas complementares entre municípios também podem indicar aglomerados urbanos, independentemente de uma unicidade físico-territorial.

Quando a aglomeração urbana compreende uma vasta área urbana que transcende os limites do município, pode ser qualificada como uma área metropolitana, exercendo polarização direta sobre um espaço regional que transcende aquele nível de comutação diária. A delimitação formal dessa região a adjetiva como metropolitana. Se a aglomeração compreende cidades de menor porte, passa a polarizar uma unidade regional que se ajusta perfeitamente ao conceito de microrregião. No entanto, os termos constitucionais oficializam aglomerações urbanas como entidades regionais, ao lado de regiões metropolitanas e microrregiões, uma apropriação conceitual polêmica, que fragiliza sua aplicabilidade.

A concepção hierárquica das três unidades regionais, bem como uma base conceitual similar, prevaleceram nos textos de leis, talvez em razão das várias iniciativas feitas na busca de parâmetros comuns nacionais que norteassem as ações sociais e refutassem critérios meramente físicos, reservando a possibilidade de conceitos dinâmicos, como a mutabilidade da ordem social e espacial.

É preciso enfatizar que a transferência aos estados da prerrogativa de criação de unidades regionais, antes uma atribuição da União, não significa a obrigatoriedade da institucionalização dos três tipos de unidade regional por todos os estados brasileiros. No entanto, o que se tem observado é uma intenção generalizada em reproduzir integral e hierarquicamente a disposição constitucional.

A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização, isto é, concentração demográfica nas principais áreas metropolitanas do país. Isso significa que as grandes cidades crescem significativamente. Assim, quando somamos a população das nove principais cidades do país – São Paulo, Rio de Janeiro Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém – juntamente com as cidades que pertencem às suas respectivas áreas metropolitanas, verificamos que em 1950 elas possuíam cerca de 18% da população

nacional; em 1970, cerca de 25%; e em 1991, cerca de 30% da população do Brasil.

Com a expansão dessas grandes cidades, e com os processos de conurbação que nelas freqüentemente ocorrem, certos problemas urbanos – como os transportes, água, esgotos, uso do solo, etc. – não devem mais ser tratados isoladamente em cada cidade vizinha, mas em conjunto. Daí surgiu a definição de áreas metropolitanas: "Um conjunto de municípios contíguos e integrados sócio-economicamente comuns". Definidas por duas leis, em 1974 e 1975, existem no Brasil em número de nove, que são: São Paulo e mais 36 municípios; Rio de Janeiro e mais 14 municípios; Belo Horizonte e mais 13 municípios; Recife e mais 8 municípios; Porto Alegre e mais 13 municípios; Salvador e mais 7 municípios; Fortaleza e mais 4 municípios; Curitiba e mais 13 municípios; e Belém, juntamente com Ananindeuá.

Assim, cada uma dessas nove áreas metropolitanas possui um planejamento integrado de seu desenvolvimento urbano, que é elaborado por um conselho deliberativo, nomeado pelo governo de cada Estado, auxiliado por um conselho consultivo, formado por representantes de cada município integrante da região metropolitana. Procura-se gerir os problemas em conjunto da área metropolitana, e que anteriormente eram individualizados a cada prefeitura do município.

De acordo com a realidade político-institucional brasileira, ficou definido pelos técnicos que a "região metropolitana consiste numa realidade urbano-regional que se estende por um espaço geográfico dentro do qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais, contíguas ou superpostas entre si – segundo o nível de competência seja local ou regional – formando uma mesma comunidade socioeconômica”.

Para anteprojetos em discussão no primeiro trimestre de 1972, elaborados, respectivamente, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério do Interior e pelo ministério do Planejamento e Coordenação Geral seriam elementos dele caracterizadores, destacados por Pontes:

*I - número de 800.000 habitantes, certificado pelo IBGE;
II - mobilidade populacional permanente, dentro da região;
III - serviços públicos de interesse comum ou necessidade de seu estabelecimento.*

*I - existência, no território considerado, de uma metrópole de importância;
II - Ocorrência de aglomeração urbana constituída pela área edificada de um núcleo principal e por outras áreas, edificadas, pertencentes a unidades distintas, mas àquelas vinculadas pela interação de suas funções sócioeconômicas;
III - população urbana e suburbana, conjunta, superior a 1% da população do país, da qual, pelo menos 0,5% no núcleo metropolitano principal.*

*I - serviços básicos comuns a realizar;
II - aglomeração urbana que se estenda a mais de um dos municípios - seja por contiguidade da área edificada, seja pela integração das atividades urbanas;
III - população urbana e suburbana, conjunta, igual ou superior a 800.000 habitantes, dos quais pelo menos 500.000 no município-núcleo.⁸³*

Os originários anteprojetos do Ministério da Justiça e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, elaborados ainda ao tempo da vigência da Constituição de 1967, indicados respectivamente, por Pontes os seguintes requisitos como essenciais, àquela caracterização:

*"a) território; compreendido em mais de uma entidade político-administrativa;
b) importância econômica e social macrorregional;
c) predominância de setores de atividades econômicas secundárias e terciárias;
d) centro de cultura e de serviços de apoio financeiro de macrorregiões;
f) continuidade urbana;
g) mobilidade populacional permanente dentro da área;
h) serviços públicos e de infraestrutura de interesse comum ou necessidade de seu estabelecimento*

*a) constituir uma aglomeração urbana que se estenda a mais de um município, por contiguidade de área edificada, admitidas descontinuidades nessa área edificada, decorrentes de acidentes físicos;
b) apresentar a característica prevista na alínea "a" admitidas na área edificada descontinuidade de uma outra natureza, desde que verificada a integração referida na alínea "c";
c) conter uma população urbana igual ou superior a 300.000 habitantes, dos quais pelo menos 150.000 na cidade principal;
d) acusar integração traduzida em fluxos cotidianos de mão-de-obra.⁸⁴*

⁸³ PONTES, Beatriz Maria Soares. *Regiões metropolitanas e cidades médias na concepção do Estado Brasileiro* – Capítulo 9. s.n.t. p. 405

⁸⁴ *Id. Ibid.*, s.n.t. p. 406

Assim, em sentido amplo, Pontes conceituou região metropolitana como sendo

"o conjunto territorial intensamente urbanizado, com marcante densidade demográfica, que se constitui um pólo de atividade econômica, apresentando uma estrutura própria definida por funções provadas e fluxos peculiares, formando, em razão disso, uma mesma comunidade sócioeconômica em que as necessidades específicas somente podem ser, de modo satisfatório, atendidas através de funções governamentais coordenada e planejadamente exercitadas. Para o caso brasileiro, admite-se que será ela o conjunto, com tais características, implantando sobre uma porção territorial dentro da qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais, contíguas e superpostas entre si - Estados e Municípios."⁸⁵

A Lei Complementar n. 14 de 8 de junho de 1973, estabeleceu, então, as regiões metropolitanas das oito cidades já citadas, menos Rio de Janeiro. A Lei Complementar nº 20, de primeiro de julho de 1974 estabeleceu a do Rio de Janeiro.

O núcleo metropolitano continua a deter a preferência sobre o sistema de localizações, como se depreende, sendo tal fato evidenciado pela implantação das sedes das grandes empresas industriais e das cabeças de holdings e conglomerados na região metropolitana. Além disso, as operações feitas através de transações, que orientam os processos de produção e distribuição por meio de controles cada vez mais remotos, atuam no sentido de aumentar a participação relativa do setor quaternário no processo produtivo. Este setor tem na metrópole a melhor localização para exercer suas funções de controle e comando.

De acordo com a tecnoburocracia estatal, nem o estudo histórico, nem as observações referentes às diversificações de indústrias ou de atividades, e nem o exame dos aspectos formais da estrutura metropolitana explicarão a dinâmica do seu crescimento, qual seja o papel das metrópoles no sistema urbano-regional do País e no desenvolvimento econômico em geral.

Para a fusão do conceito abstrato e setorial de pólo com aquele geográfico e intersetorial de centro, o fundamental consiste na análise das ligações dos efeitos de repercussão "para frente" e "para trás", e sua expressão espacial. Aqui, cumpre ressaltar aquelas ligações que, no processo atual de

⁸⁵ PONTES, Beatriz Maria Soares. *op. cit.* s.n.t. p. 406

organização intra e interfirmas, favorecem a adoção mais rápida de conjuntos sucessivos de inovações. Através de tais ligações serão caracterizadas e diferenciadas as diversas metrópoles do país. Observar-se-ão as repercussões de algumas atividades sobre outras no seu interior, bem como as interdependências estabelecidas com os espaços extremos e os graus de solidariedade resultantes. Aliás, são estas interdependências, no pensamento da tecnoburocracia estatal, que dão origem à estruturação regional.

De conformidade com o pensamento dos técnicos do governo, cada espaço ou cidade se definirá segundo as relações que estabelecer como repercussão da metropolização. O esquema geral dos referidos técnicos mostra que, no início da difusão de uma inovação, os adotantes potenciais naqueles centros já tiveram a oportunidade de se decidir pela inovação e é, portanto, nas pequenas cidades, onde ela chega ao fim, com um acréscimo maior de adotantes. A fase intermediária pertence às cidades médias. Por outro lado, em determinadas situações de economia dual, as inovações podem acentuar a primazia do principal centro urbano, sem irradiação para o interior. No entanto, se considerada uma sucessão de inovações, à semelhança de ciclos, como por exemplo, o processo de industrialização, ver-se-ia que a acentuação da primazia corresponde à fase inicial; na fase final, a industrialização alcançaria as pequenas cidades, enquanto na fase intermediária seriam afetadas as cidades médias, tendendo ao modelo urbano de "ordenação por tamanho".

Atentando a semelhante perspectiva não foi pois, sem razão, que a política de desenvolvimento urbano enfatizou a necessidade de se explicitar o significado dos centros urbanos de médio porte no âmbito da estratégia de desenvolvimento urbano.

O conceito que caracteriza a cidade média é relativo em dois planos; em relação às ligações que a cidade estabelece no sistema mundial e que se traduzem nas suas atividades e aspectos qualitativos de sua população e quanto à dimensão geral do sistema nacional em que se encontra. Na medida em que cresce a população do país, suas metrópoles e o sistema urbano em geral se alteram, inclusive, como não poderia deixar de ser, seus escalões intermediários de cidades. A conseqüência daquele crescimento será a multiplicação de níveis

intermediários. Assim, definir-se-ão cidades médias as quais, alcançando determinadas economias de escala, estabelecerão vínculos mais estreitos com o setor urbano-industrial, distinguindo-se daquelas que permanecerão fundamentalmente como lugares centrais de regiões agrícolas.

A posição geográfica das cidades médias em relação às metrópoles, têm grande significação para os fenômenos de desconcentração a partir da metrópole. Tal desconcentração pode não se traduzir em dispersão propriamente, mas na formação de concentrações secundárias cujo número decresce a partir do núcleo principal. O exame de diferença entre os benefícios e os custos sociais-totais e marginais de implantação de unidades produtivas e seu confronto com a metrópole indicarão o sentido econômico destas cidades médias.

As cidades médias correspondem a centros de dois tipos:

a) centro de "crescimento" de caráter induzido, que atendem à necessidades de economia nacional, nos quais se desenvolveram ainda mecanismos de desenvolvimento regional. As atividades de exportação não deixam maior soma de recursos à população;

b) centro de "desenvolvimento", na medida que estabelecem maiores relações entre seus setores de atividades nacionais e de atividades voltadas para as demandas regionais e locais.

c) na condição de lugares centrais médios de regiões agrícolas, prevalece a importância da densidade de fluxos para definir hierarquias das cidades e o padrão de distribuição espacial dos centros segue o modelo hexagonal da centralidade. Todavia, na medida em que as cidades médias (ou pequenas) passam a constituir um anel externo à região metropolitana, um eixo de desenvolvimento, ou uma região urbana, como conseqüência do processo da industrialização, passam a prevalecer à importância do capital acumulado. Assim sendo, nestes padrões de organização espacial, as hierarquias definidas pela centralidade tendem a desaparecer, da mesma forma que a geometria hexagonal. Alcançando dimensões absolutas maiores, as cidades do escalão intermediário passam a fornecer corpos de organização mais complexos em sua evolução para se tornarem metrópoles regionais.

Acreditamos, portanto, que os espaços metropolitanos se constituem, no Brasil contemporâneo, em reais "campo de energia" econômica, social, cultural e política, atuando de forma desigual e articulada enquanto: elos privilegiados de introjeção e vinculação da realidade brasileira às principais transformações que ocorrem no plano internacional; contexto de reforço e ampliação das forças que redefinem, quotidianamente, a totalidade do espaço brasileiro; mediação indispensável entre as tendências gerais e as especificidades dos "momentos" regional e local.

Constituindo-se em espaços fortemente contrastantes com relação à totalidade da formação econômica-social brasileira, contrastantes entre si e internamente plenos de contradições, as metrópoles amoldam e reatualizam inclusive a percepção social de suas múltiplas facetas: percepção interna, apropriada e produzida diferencialmente pelos diversos segmentos sociais de sua população; percepção externa, reinterpretada através de expectativas incorporadas nacionalmente – impacto este agilizado pela expansão crescente dos meios de comunicação de massa.

As extremas dificuldades inerentes à seleção do espaço metropolitano como campo de reflexão e produção intelectual podem ser melhor apreendidas quando observamos as articulações entre sua face interna e sua face externa.

No plano mais imediato de sua materialidade, as áreas metropolitanas se apresentam atualmente, na realidade brasileira, como grandes massas historicamente construídas. Essas grandes massas se constituem em grandes centrais produtoras e consumidoras não só de mercadorias como também de idéias e processos sociais. Seu espaço interno expressa conflitos de interesse cuja compreensão muitas vezes extravasa a referência local.

O desdobramento da reflexão exige, assim, a descoberta de elos (processos) que articulem: a caracterização crescente das metrópoles como epicentros da realidade brasileira; os limites impostos pelo passado (resistências) e o ritmo de transformação produzido por necessidades de forças econômicas e sociais que extravasam de seus espaços específicos; a caracterização de sua dinâmica interna, não só material (recursos e equipamentos), mas também social, cultural e política.

O hermetismo dos problemas cotidianos, das angústias individuais, das esperanças em grupos, das vontades coletivas, dos desejos parcamente manifestados permanece, em grande parte, inexpugnável. Esse forte enigma é por vezes arranhado por todos nós, estudiosos do urbano: favelas, periferias, classe média, planos, violência, renda urbana;

O panorama corrente das práticas de conhecimento aparece como inusitadamente limitador quando olhamos de perto as atuais condições de reflexão da cidade, em choque e em contraste com a sua dinâmica, seu movimento contínuo. Interrupções/obstruções existiram e continuam existindo ao nível da reflexão, da instrumentalização teórica e empírica, do intercâmbio dos resultados das informações e dos raciocínios produzidos.

Com estas observações procuramos expressar a preocupação com a reflexão atual, isto é, chamar a atenção para processos que muitas vezes isolam e fragmentam o campo de questões que, conjuntamente, caracterizam o pensamento brasileiro voltado para a compreensão das áreas urbano-metropolitanas.

Um veio de reflexão interdisciplinar pode ser claramente identificado na possível reapropriação crítica da tradição geográfica da busca das diferenças, mesmo no interior de generalizações conceituais. Portanto, a articulação teórica entre espaço metropolitano capitalista e movimento social urbano torna-se mais complexa e mais rica na medida em que é fortalecido o raciocínio da desigualdade e o raciocínio dos contrastes. As deduções políticas calcadas nas similitudes entre manifestações sociais neste ou naquele espaço tornam-se, necessariamente, menos rápidas em sua projeção enquanto canais de avaliação dos princípios estruturais e conjunturais da realidade brasileira atual.

O espaço se fratura e se integra, virtualmente, no mesmo movimento analítico. Fratura-se pela compreensão, novamente, das desigualdades sociais, e integra-se pela recuperação da totalidade na medida da existência de uma lógica única concreta.

4.2 – Metropolização no Paraná

A atual Constituição do Estado do Paraná em seu Capítulo III, Artigo 21, dispõe sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento, a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil na gestão regional.

Dispõe, também, em conformidade à Constituição Federal, que a lei que instituir o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, estabeleça diretrizes, objetivos e metas da administração pública e orçamentos de forma regionalizada.

O Artigo 141 remete a que uma Lei defina o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento equilibrado do Estado prevendo a compatibilização com os planos regionais e municipais para a definição de prioridades regionais.

No Artigo 26 do Capítulo III, referente às unidades regionais, dispõe quanto à criação por Lei Complementar de mecanismos de compensação financeira para Municípios que sofreram perda ou diminuição de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional.

Dessa forma, fica institucionalizada a figura da região na ação do setor público. No Paraná, o planejamento regional não constitui prática da administração pública, e mesmo as Regiões Administrativas criadas pelo Decreto 2441 de 18 de fevereiro de 1988, não foram implementadas.

Consoante ao respaldo institucional, o espaço do Estado do Paraná cada vez mais se configura a partir de relações entre cidades que atuam como pólo de atração a outras de menor porte ou de reduzida estrutura funcional. A intensidade da urbanização e a concentração peculiares ao capitalismo diversificam e adensam as atividades e a ocupação do espaço de determinadas áreas, extrapolam limites administrativos municipais, criando um complexo quadro de relações sociais, econômicas e institucionais.

Assim, o ritmo de desenvolvimento altera a natureza e a magnitude dos problemas de áreas que não se restringem a uma única cidade e exigem a adequação das instituições, para que soluções sejam viabilizadas.

Questões que há até bem pouco tempo admitiam tratamento localizado, por serem passíveis de solução no âmbito de um município, tornam-se comuns a um espaço regional, demandando a articulação interinstitucional para sua efetivação. A regionalização do território do Estado e sua assimilação pelas estruturas de poder, assim como por entidades e organizações da sociedade, visa a enviar ações que incidam exclusivamente sobre municípios, atomizando e muitas vezes enfraquecendo os efeitos das inversões de recursos; visa também evitar que se proponham medidas homogêneas para realidades diferenciadas do território.

Evitar esses extremos, onde ora se erra pela falta de uma compreensão mais global, ora pelo excesso generalizante, é um dos objetivos da regionalização.

Visa, ainda, à eliminação de desequilíbrios entre os municípios no que diz respeito à capacidade de valorizar seus próprios recursos e potenciais e a minimizar problemas de qualidade de vida enfrentados pelas populações. Pretende-se obter com a regionalização uma estrutura básica capaz de propiciar o desenvolvimento equilibrado entre os municípios paranaenses.

Territórios municipais dizem respeito a limites político-administrativos, porém fenômenos de diversas ordens vão além desses limites, sobrepujando-os; compreender as áreas de abrangência desses fenômenos significa delinear espaços com os mesmos problemas e os mesmos potenciais.

Agrupar os municípios num determinado espaço, isto é, regionalizá-los, significa, também, tipificá-los pelos papéis que desempenham no espaço onde estão inseridos.

No caso do conceito de região metropolitana, procurou-se considerar a máxima complexidade das relações urbanas representadas no grande número de funções, polarização intensa de um município sobre outros municípios e complementariedade de funções, provocando movimentos pendulares consideráveis.

A partir dessa primeira preocupação, considerou-se a existência ou tendência de mancha urbana contínua para mais de um município, o que implica uma ação intermunicipal conjunta no tratamento das questões do uso do solo, e

na indicação de que os problemas dessa "grande cidade" já não se restringem aos limites territoriais de um município.

Curitiba, na década de 70, apresentou um processo de crescimento singular em nível nacional. É nesse período que grandes áreas de municípios contíguos são perifêrizadas, configurando não apenas uma mancha urbana única mas, principalmente, um conjunto altamente agregador de atividades com representação marcante no Estado e em parcelas dos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

Nesse período, quando se confirma uma população para Curitiba de pouco mais de 1.000.000 de habitantes, a área de influência dessa capital se sobrepõe àquela de Londrina e Florianópolis.

Assim, percebe-se que a hierarquia funcional das cidades foi fundamental para a formulação desse conceito e dos demais.

No caso do conceito de aglomeração urbana, considerou-se como fundamental o aspecto físico-territorial de agrupamentos de municípios que apresentem ou tendam a apresentar manchas de ocupação contínua. Menos exigente é o conceito quanto ao nível de importância na distribuição de bens e serviços.

No caso do conceito de microrregião, inseriu-se a idéia de estruturas urbanas simples, com uma relativa complexidade limitada aos limites municipais. Pressupõe a polarização exercida por um município, mas limitada aos contornos de um espaço homogêneo quanto às suas características, seus potenciais e problemas.

A abrangência da polarização sintetiza e diferencia os conceitos: apenas a região metropolitana polariza significativamente grande parcela do Estado, alcançando além dos limites estaduais; na aglomeração urbana pode extrapolar os limites regionais, mas encerra-se na área administrativa do Estado; as microrregiões polarizam seu próprio espaço regional.

Os requisitos estipulados para classificação dos agrupamentos de municípios em um dos três tipos de unidade regional não excluem a dinamicidade a que esse espaço está sujeito. Novos municípios podem ser agregados à unidade; uma microrregião pode transformar-se em uma aglomeração urbana, ou esta em uma região metropolitana. Outros grupos de municípios podem vir a constituir-se numa aglomeração urbana e microrregiões podem ser redesenhadas segundo novas estruturas regionais e/ou municipais.

Tal preocupação é decorrente da incontestável dinâmica urbana e regional, do acelerado processo de urbanização paranaense e de seus novos arranjos espaciais, econômicos e sociais. Decorre ainda da difícil operacionalidade percebida, ao longo dos anos, na gestão das Regiões Metropolitanas Brasileiras, definidas em caráter inalterável, conforme a Lei Federal 14/73.

O objetivo principal foi conceituar as funções públicas de interesse comum de forma abrangente, assegurando plasticidade em sua definição. Nesse sentido este Projeto de Lei avança com relação à Lei Federal 14/73 que definia em seu artigo 5º os então chamados serviços comuns de interesse metropolitano. A rigidez do elenco fez com que esse artigo se tornasse o mais contestado da referida Lei.

Procura-se assim, assegurar que cada unidade regional defina seu rol de funções públicas de interesse comum a partir de suas especificidades, balizado nas considerações da Lei.

Podem ser consideradas funções públicas de interesse comum não apenas aquelas que extrapolam competência de um único município, mas também aquelas que incidem em um município e geram efeitos sobre outros, ou localizem-se em um município e recebam os impactos gerados em outros (como a contaminação de uma área de manancial).

Além desses, podem ser considerados exemplos de funções públicas de interesse comum a disciplina do uso do solo urbano e rural; a aplicação de estímulos ao desenvolvimento econômico e social; e a preservação ambiental e do patrimônio, dentre outros.

A gestão das unidades regionais deverá conter o máximo de representatividades dos agentes atuantes direta ou indiretamente em seu espaço territorial. Seu órgão gestor ou câmara técnica deverá permitir uma composição democrática e representativa dos segmentos da sociedade.

Resguardou-se a possibilidade de agrupamentos municipais adotarem modos diversos de gestão dentro de uma mesma unidade regional. São exemplos os municípios imediatamente periféricos por Curitiba que, certamente, por constituírem um conjunto com complexidade de relações mais intensa que os demais, deverão merecer tratamento diferenciado que

leve em consideração seus fenômenos de dependência imediata e cotidiana com a cidade pólo.

Insistiu-se na necessidade de adequação de políticas e diretrizes locais com aquelas relativas ao espaço maior de inserção, ou seja, ações setoriais deverão vincular-se, igualmente, às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

A universalidade na representatividade implicará não apenas uma relação hierárquica entre esses três níveis (estadual, regional, local), mas, ao contrário, um conjunto de relações integradas.

Capítulo V

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

5.1 – As Tentativas de Gestão Territorial Integrada

O plano urbanístico básico estabelecido para Maringá, previa a localização de bairros determinando-lhes as funções, bem como os edifícios públicos municipais, estaduais e federais tiveram a sua localização prevista no centro da cidade.

Mas o crescimento das cidades apresenta dois aspectos, segundo Derruau (1969)

“O primeiro é espacial, e, segundo Pierre George, formal; trata de averiguar como vem se desenvolvendo a cidade, etapa por etapa, em seu emplazamento, e de que forma suas construções refletem este crescimento. O segundo aspecto é funcional, trata de averiguar que sucessão de funções e de adaptações as novas circunstâncias históricas tem originado a cidade atual.”⁸⁶

Se aplicarmos, em Maringá, o aspecto formal enunciado por Max Derruau, notamos que ele varia de bairro para bairro, aqui conhecido como zonas. As casas diferem, segundo as localizações e o poder aquisitivo das pessoas, pois cada zona tem características próprias como analisaremos no decorrer do trabalho.

É bom salientar que o aspecto funcional e o formal do crescimento das cidades estão ligados aos aspectos demográficos, pois a função irá fixar uma população para a qual a cidade tem de atender as suas necessidades.

Ainda segundo Derruau (1969)

⁸⁶ DERRUAU, Max. *Tratado de geografia humana*. Barcelona: Vicens – Vives, 1969. p. 578.

“O estudo dos bairros das cidades é as vezes funcional e social, o exame dos perímetros industriais e os centros de comércio maior, de comércio menor, das zonas administrativas e dos bairros de residência individual e de residência coletiva; uns e outros classificados de acordo com sua categoria social.”⁸⁷

Em Maringá, o planejamento inicial sofreu modificações, apesar de apresentar um zoneamento bem definido e ter suas funções determinadas. Antes de comentarmos sobre como essas zonas se apresentam na atualidade, tentaremos recuperar alguns pontos relativos ao início da sua ocupação urbana.

O “Maringá Velho” foi o começo de tudo. Localizado hoje no setor Oeste da cidade correspondia, na época, a mais ou menos seis quadras da Planta Geral das zonas 5 e 6 do projeto inicial, elaborado pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

O crescimento deu-se no sentido Oeste-Leste, preenchendo depois os vazios no sentido Norte-Sul. Esta zona está num ponto mais elevado da cidade e os primeiros pioneiros ali se estabeleceram, observando-se até hoje prédios antigos, ruas estreitas, características estas conservadas. Ali se concentraram várias máquinas de beneficiamento, transformando-se num centro atacadista.

Deu-se então um crescimento espontâneo, que vem a interferir no espaço urbano, pois o aglomerado inicial começou a evoluir, aparecendo outros centros comerciais, em toda a extensão da Avenida Brasil, via principal da cidade, no sentido Oeste-Leste e as funções do núcleo inicial já não supriam a demanda da população.

Esse núcleo influiu tanto na ocupação do espaço como na estrutura urbana. O período áureo do crescimento de Maringá se deu entre os anos de 1953 a 1963. Mesmo assim o projeto e a posição territorial inicial foram mantidos.

A Companhia Colonizadora, na época, adotou uma política de vendas, que favoreceu a existência de vazios urbanos, principalmente em alguns loteamentos do plano inicial, visando a valorização futura deles.

O traçado original da cidade era linear, notando-se um crescimento ao sul da zona férrea. A presença da ferrovia fez com que o desenvolvimento se

⁸⁷ DERRUAU, Max. *op. cit.*, p. 584.

desse em outra direção, privilegiando a orientação Leste-Oeste. Somente entre os anos de 1961 a 1965 é que surgiram o Jardim Alvorada - Zona 24 e a Vila Morangueira - Zona 23.

Outro fator a ser analisado, é a presença, na época, da pista do Aeroporto, que determinou uma paralisação no crescimento da cidade, na sua porção Leste.

Nos dias atuais, uma vez que não foi elaborado um planejamento contínuo, essas zonas assim se caracterizam:

Zona 1 - Desde o início destinada a servir como centro da cidade e ao comércio. O crescimento aí é vertical centralizando edifícios de escritórios, residências, estabelecimentos bancários e outros serviços que atendem tanto a população local, como a regional.

Existe ainda o comércio desenvolvido ao longo das principais avenidas e no centro dos bairros, para atender a população nele localizada.

Zona 2 - Situado no setor Sul da cidade, ocupado por uma população de elevado nível, sendo considerado um bairro de elite.

Zona 3 – também conhecida como Vila Operária, foi destinada a abrigar uma população de menor poder aquisitivo. Os operários, pessoas vindas da zona rural e aqueles que não tinham condições de adquirir datas localizadas no centro da cidade.

A Zona 3 estava ligada à zona Industrial.

Zona 4 - No início de seu loteamento, o objetivo era uma classe de padrão médio, mas pela sua localização próximo ao centro e áreas verdes, atraiu famílias de maior poder aquisitivo.

Zona 5 - Por estar numa das áreas mais elevadas da cidade, atraiu famílias de renda elevada e hoje é considerado bairro de elite, tendo superado a zona 2, inclusive nas edificações.

Zona 6 – Área ligada à zona reservada aos Armazéns Gerais, abriga uma população com funções diversas, entre as quais, aqueles ligados aos quadros profissionais de armazenagens.

Zona 7 – Área ocupada por famílias de médios e baixos rendimentos, empregados do comércio. Nas suas avenidas houve a possibilidade de se

estabelecer pequenos comércios e também a Universidade.

Zona 8 – Devido a sua localização próxima a pista do Aeroporto, atraiu famílias de alto poder aquisitivo. É interessante observar, que essas famílias localizaram-se ao redor da artéria principal, embora na época o aeroporto fosse muito movimentado. Hoje, notamos, que nas demais ruas e avenidas, as residências demonstram que ali residem pessoas de médio poder aquisitivo/

Zona Industrial – (ZI-1 e ZI-2) – Hoje a área está saturada e o poder Público Municipal criou o novo Distrito Industrial ao longo da rodovia que liga Maringá a Campo Mourão-Umuarama, fundamentado nos dados que envolvem parâmetros de avaliação da qualidade do meio ambiente. Essas áreas são responsáveis pelo crescimento periférico, pois as indústrias ficam mais próximas dos eixos de circulação e as residências mais afastadas desses eixos.

Estudos iniciais da urbanização do centro da cidade, levou a prefeitura a dar incentivos às indústrias instaladas na Avenida Mauá, para que se fixem no novo parque industrial.

Para este local também serão transferidas as bases de petróleo e o pátio ferroviário. Essa mudança das companhias de derivados de petróleo atende a um antigo problema da cidade, uma vez que, muitas casas estão correndo sério perigo por se encontrarem a poucos metros dos reservatórios de combustível.

Zona de Armazéns - No passado ocupada por máquinas de beneficiamento, principalmente o café. No planejamento da cidade foram reservadas as áreas próximas ao pátio da Estação Ferroviária.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, ao planejar a cidade, procurou dotá-la de terrenos urbanos com áreas maiores para as zonas residenciais e menores para as comerciais. Não podemos esquecer que o seu formato e tamanho muitas vezes estavam condicionados à conformação do terreno e ao próprio traçado da cidade.

A Companhia com o objetivo de um povoamento rápido e eficiente que abrangesse todo o perímetro urbano reservado à cidade, não de forma integral, foi abrindo as diversas zonas, mesmo as mais distantes do centro.

Na área central e nas residenciais melhor localizadas, houve uma seleção dos compradores, que possuíam maiores recursos. As áreas mais

distantes foram ocupadas por uma população de renda inferior, pois a valorização não foi grande.

Atualmente, verifica-se que os novos contingentes populacionais estão espalhados pela periferia do sítio urbano, nos bairros menos favorecidos.

Nota-se que a classificação funcional dos bairros é muito delicada devido ao número muito elevado dos espaços correspondentes às distintas funções.

Ainda em Derruau⁸⁸ (1969), encontramos a afirmação de que: “(...) é preciso dirigir o crescimento, criando espaços verdes, bairros industriais, escolas e cemitérios”. Maringá teve o privilégio de ser planejada, com reservas de áreas para grandes praças, logradouros públicos e veio a se tornar uma das cidades mais bem dotadas de áreas verdes do país. É necessário que a população esteja sempre atenta e pressione o Poder Público Municipal, no sentido de sua conservação e ampliação.

A expansão inadequada do sítio urbano, apresentando muitos problemas de ordem urbanística, poderia ser evitada se o plano inicial fosse seguido sem interrupções.

O comércio imobiliário especulativo também foi responsável pelo desrespeito ao planejamento inicial, uma vez que, a explosão demográfica foi maior, e a cidade não estava preparada para absorver todo esse contingente. Loteamentos esparsos apareceram, sem infra-estrutura e ocupados por uma população de baixa renda.

O plano urbanístico básico restringe-se aquelas zonas numeradas, em muito extravasadas. A expansão areolar da cidade pode ser periodizada em três momentos, pelo que podemos observar da análise do crescimento espacial da cidade de Maringá.

O primeiro momento restringe-se à ocupação do próprio plano urbanístico básico, aberto, quase que totalmente até 1953 e comercializado pela Companhia Melhoramentos até 1963. Esta política imobiliária, visando a especulação, que foi também executada em outras cidades pelos loteadores,

⁸⁸ DERRUAU, Max. *op. cit.*, 1969. p. 591.

consistia na abertura total, com o desmatamento e o arruamento de todo o futuro perímetro urbano, sendo os lotes vendidos em quadras intercaladas e, mesmo na mesma quadra, os lotes não eram todos comercializados. Assim a cidade expandiu-se na primeira fase, até 1953 em área, e na fase seguinte, 1953-1963 ganhou densidade, com a paulatina comercialização e ocupação dos lotes e quadras intercalares.

O uso do espaço urbano, nos indica uma segunda fase da expansão areolar da cidade, para Sudoeste e para Nordeste, ao longo do eixo divisor de águas - Pirapó-Ivaí, onde se instala o principal eixo de circulação rodo-ferroviário. Esta expansão chegou a induzir a conurbação, com o núcleo urbano de Sarandi (rodovia BR-376, em direção a Apucarana). As cidades de Paiçandu (rodovia PR-323, em direção a Cianorte) de Mandaguaçu (rodovia BR-376, em direção a Paranavaí), também apresentam-se funcionalmente integradas ao ritmo de Maringá que a sua interligação espacial parece-nos muito provável em futuro bem próximo. O mesmo se apresenta para o caso de Marialva, a pouco mais de 15 quilômetros de Maringá, pela rodovia BR-376, em direção Sudoeste, além do Município de Sarandi.

A década compreendida entre 1973 e 1982 foi marcada por profundas transformações sócio-econômicas em toda região Norte-Noroeste do Estado do Paraná, com marcantes repercussões na estrutura e na dinâmica urbana de Maringá. Não nos cabe aqui analisar as causas da evolução do capitalismo financeiro na atividade agrícola da região, que conduziu à mecanização, à concentração fundiária e à substituição da cultura cafeeira pelas lavouras anuais, produtoras de grãos para exportação. Também não nos cumpre analisar o papel do evento natural, representado pela geada de 1975, na erradicação da cafeicultura. Estes acontecimentos têm sido objeto de análises aprofundadas e desembocam na urbanização de expressiva parcela da população rural e mesmo da população residente em núcleos urbanos de menor expressão, que sobreviviam do apoio ao pequeno produtor conforme se verifica em Alegre e Moro (1986).

“As pequenas cidades da região, muitas ainda em fase de implantação, dinâmicas com florescentes centros pioneiros, movimentados pelo acesso contínuo dos moradores do campo, praticamente morrem. A paisagem até há pouco marcada pela presença do café, mostra agora o predomínio da soja associada ao trigo e, em lugar do trabalhador, a máquina. Essa nova paisagem chega a ser atraente e a soja é, de fato, uma cultura muito importante para o país. O trigo também. Mas essa paisagem é desoladora pela ausência do elemento mais importante que é o homem.”⁸⁹

Movida pela pressão demográfica, identificamos uma terceira fase na expansão urbana de Maringá; esta marcada pelas transformações funcionais e estruturais. Instalam-se as grandes indústrias beneficiadoras da soja, substituindo as “máquinas” e “cerealistas” que cuidavam da limpeza do café. A vocação comercial de Maringá se avanta, e implanta-se expressivo centro atacadista voltado à comercialização de insumos modernos exigidos pela agricultura da região.

O crescimento físico da malha urbana, nesta fase, associa-se à implantação de um parque industrial pesado, ligado ao eixo rodo-ferroviário (setor Oeste-Sudoeste) e à construção dos conjuntos habitacionais, estes geralmente situados em áreas distantes do centro, com espaços intersticiais vazios, voltados à especulação imobiliária. Nesta fase, em função da pressão demográfica e comercial, a Zona 1 (central) e seus arredores passam por uma revalorização, com a expansão espacial da função comercial e prestadora de serviços do centro, notadamente os serviços na área de saúde. Conseqüentemente, são construídos nestas áreas, um elevado número de prédios de apartamentos e de escritórios; além de que muitas casas residenciais passam a ser ocupadas com clínicas e escritórios.

A antiga zona cerealista, localizada nas imediações da rua Guarani e Avenida Parigot de Souza, próximo à ferrovia, onde localizavam-se as máquinas de beneficiamento de café, perdeu sua função, apresentando-se, neste período, como um espaço degradado, mas que paulatinamente voltou a ser ocupado com atividades que demandam amplos espaços cobertos, como depósitos atacadistas

⁸⁹ ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Áureo. *A Mobilidade da população nas Antigas Áreas Cafeiras do Norte do Paraná*. Boletim de Geografia, Maringá, 1986. p. 39.

e de supermercados, fábricas de móveis e instalações industriais, além de depósitos para as companhias transportadoras (ônibus e caminhões).

Até 1982, parece-nos que a tendência da substituição das funções continua, notadamente a partir do centro para a periferia, ao longo das grandes avenidas, com a expansão dos serviços e das pequenas indústrias (Avenidas Brasil, Colombo, São Paulo, Paraná, Morangueira, Pedro Taques, Luiz Teixeira Mendes, Mandacaru, Cerro Azul, das Indústrias, Perimetral, Tuiuti, Guaipó e Mauá, dentre as mais significativas), conforme se confirma no uso atual do espaço urbano. Por outro lado, verifica-se que a função industrial mais representativa acompanhou a orientação inicial, seguindo o grande eixo rodoferroviário; notadamente em direção a Apucarana, Paranavaí e Umuarama-Campo Mourão.

Em suma a estruturação da cidade de Maringá foi, inicialmente, imposta pela companhia colonizadora, visando a obtenção do lucro máximo na comercialização dos lotes urbanos. Quando a conjuntura sócio-econômica regional passa por profundas transformações, nos meados da década de 1970, ocorre a substituição das funções da cidade e esta se reestrutura para melhor atendê-las. Então a Companhia Melhoramentos perde o controle imobiliário do espaço urbano, cabendo a particulares o benefício dos loteamentos periféricos, auxiliados pela política habitacional do Governo Federal através da implantação dos conjuntos habitacionais.

5.1.1 – Metronor

Antes da instalação do Subprojeto do Aglomerado Urbano Londrina-Maringá, a área do Aglomerado já foi objeto de estudos do Paraná, sobretudo quando empreendeu esforços juntamente com a SUDESUL, através do convênio 28/77, firmado a 5/12/77, objetivando a elaboração do documento denominado “Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. A partir dessa data, com levantamento, pesquisas e estudos, visando um esforço conjunto entre os municípios envolvidos e instituições regionais, foi iniciada a elaboração de diretrizes para o

desenvolvimento Urbano-Regional, tomando o projeto o nome de “METRONOR” – Metrópole Linear Norte do Paraná.

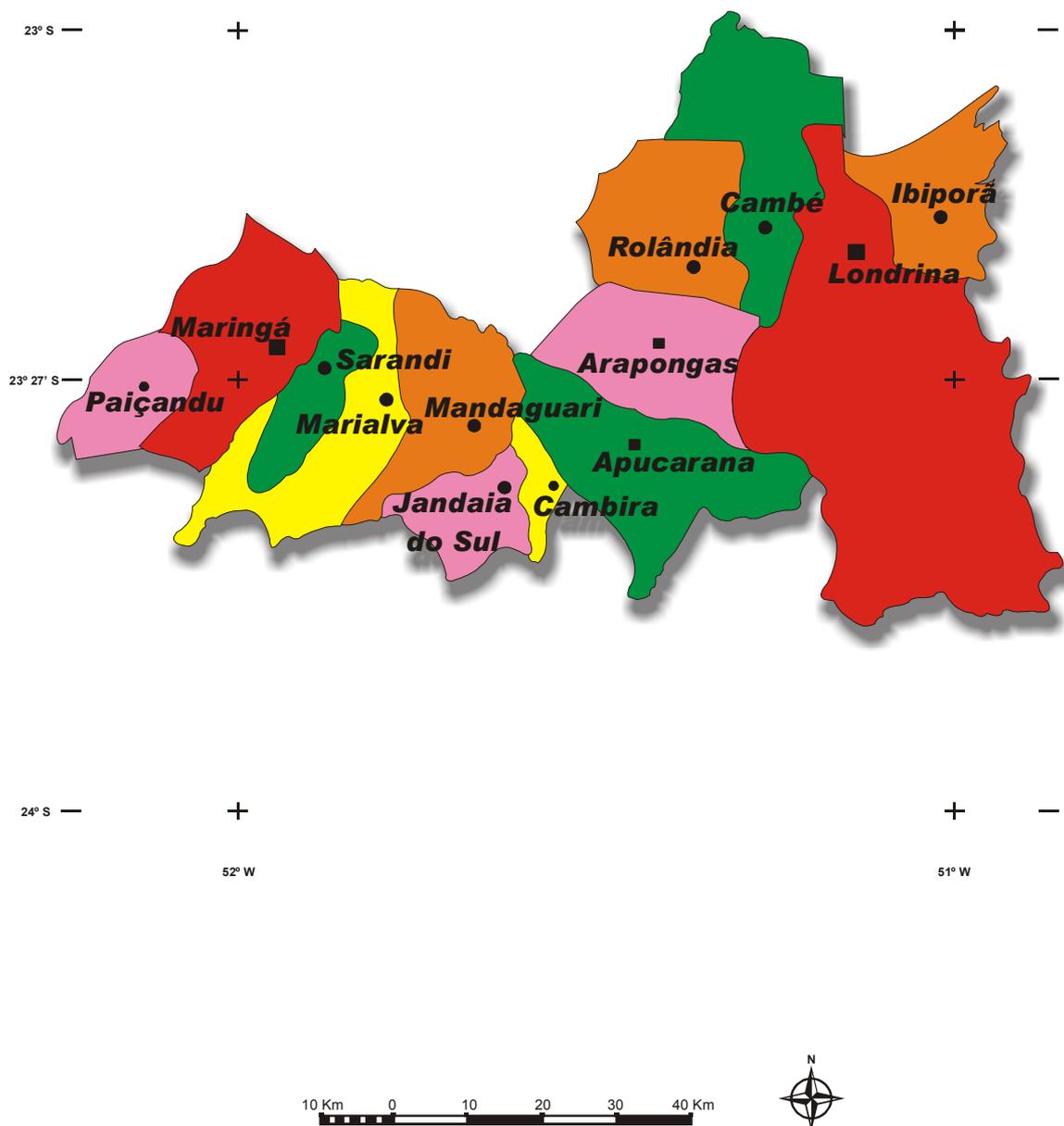
Os municípios que compõem este Eixo são: Ibitiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá e Paiçandú (MAPA 05). A grande parte desses municípios possui maior distribuição da população na área urbana do que a média estadual.

De acordo com o Plano do Eixo Londrina-Maringá, os municípios de Londrina, Maringá, Apucarana, Araçongas e Jandaia do Sul, possuem mais de 50% de sua população na área urbana. Maringá, por exemplo, é o município que apresenta maior concentração da população na área urbana, com mais de 80% do total, apresentando também a maior densidade demográfica, isto é, 238,46 km². De um modo geral, observa-se que existe uma certa uniformidade no Eixo Londrina-Maringá, quanto ao tamanho da população e densidade demográfica. Esses aspectos vão fluir diretamente na própria organização espacial da região.

O Eixo se alonga por aproximadamente 120 km sendo uma unidade relativamente homogênea no Estado, apresentando características peculiares a um esboço de áreas urbanas que se interligam, cuja presença se faz sentir nitidamente pelos seguintes aspectos:

- possui um dos maiores fluxos de veículos do Estado, caracterizando-se em alguns trechos como um dos mais intensos em termos nacionais;
- os municípios mais importantes do Norte do Paraná e com melhor equipamento urbano do Estado (Londrina-Maringá) localizam-se no Eixo. São centros urbanos, com expressivas funções regionais (oferta de bens e serviços), sendo que estão aí localizados duas Universidades do interior do Estado, cujas áreas de influência educacional abrangem toda a região, extravasando-se mesmo além do Norte do Paraná;
- o quadro físico do Eixo apresenta-se com certa uniformidade, facilitando a sua integração em termos de produção, comercialização e escoamento;
- a localização das cidades do Eixo foi planejada pela CTNP, que foi responsável pela venda dos lotes urbanos e regionais.

MAPA 5 - METRÓPOLE LINEAR NORTE DO PARANÁ - METRONOR



Fonte: Plano do Eixo Londrina - Maringá (Vol. I, 1979) - Secretaria de estado e Meio Ambiente - 1996
Org.: Vercezi, J. T.

O METRONOR em seu aglomerado urbano, possui algumas singularidades em relação a outras áreas do sub-sistema urbano paranaense. Desde a sua gênese, possui formas de organização econômica e social, processo de urbanização, bem como o caráter polarizador que a área apresenta. Localizado na porção setentrional do Estado, o Eixo Londrina-Maringá, possui características próprias de formação e evolução. Por localizar-se na porção mais fértil e central do Norte do Paraná, traz benefícios e conseqüências sócio-econômicas possíveis de mensuração, quanto aos aspectos urbanos rurais.

As linhas mestras de ação do Projeto, isto é, a estratégia e as propostas, foram compatibilizadas com as propostas do processo de planejamento da região. O projeto partiu do levantamento das características gerais do aglomerado, quanto aos aspectos de sua formação, evolução, potencialidades e problemas atuais, sobretudo da área urbana.

Os dados estatísticos utilizados têm como fonte os órgãos oficiais, pesquisas desenvolvidas sobre o Aglomerado e o norte do Paraná pelas universidades da região, como também contatos e entrevistas realizadas junto às comunidades.

Quanto às estratégias de ação, foram levadas em consideração os seguintes aspectos:

- processo de desenvolvimento local e regional, não se limitando aos critérios de aplicação dos recursos do Projeto Especial – CPM;
- as reivindicações da comunidade e da Administração municipal, como também os problemas detectados pelos integrantes da equipe que elaborou o documento;
- as diretrizes de ação do Governo do Estado;
- a viabilidade das ações políticas a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, cujos efeitos poderiam trazer benefícios a uma ampla camada da população, sobretudo de baixa renda;
- a compatibilização das diretrizes e dos programas dos órgãos federais, estaduais, locais e as aspirações da comunidade, mobilizando-a para um objetivo comum: o bem estar da população, através da implantação de vários projetos ou a criação de pontos de ativação na comunidade, objetivando o melhoramento da qualidade de vida no Aglomerado.

Diagnosticados vários problemas urbanos no Aglomerado, foi indicado estudo específico nas seguintes áreas:

- Quanto à infra-estrutura, no que se refere à habitação, disposição final e provável aproveitamento do lixo e transporte ferroviário.

- Quanto ao apoio às atividades produtivas, verificou-se a necessidade de aprofundar as pesquisas realizadas pelas Universidades de Maringá e Londrina, quanto à viabilidade técnico-financeira das oportunidades industriais indicadas pelos estudos.

- Quanto ao aspecto social é premente que se façam estudos aprofundados sobre a questão de emprego e atividades do setor informal.

Uma outra questão que envolve aspectos espaciais é a que se refere ao meio ambiente na sua mais ampla acepção.

A questão do macro-zoneamento do Aglomerado é uma das preocupações fundamentais para o bom ordenamento do espaço urbano regional e definição do seu uso. Atrelado a esse aspecto, surge a necessidade de uma forma de administração ou controle conjunto dos recursos naturais, quanto a sua preservação e sua utilização.

Na área do Aglomerado situam-se importantes centros urbanos, com expressivas funções regionais (ofertas de bens e serviços), sendo que estão aí localizados dois pólos econômicos de grande significância no Paraná (Londrina e Maringá), os quais detêm importante papel regional no norte do Estado, além de contar com áreas de influência que abrangem parte de Estados vizinhos (sul de Mato Grosso do Sul e sul-sudoeste de São Paulo).

Desta forma, Londrina e Maringá assumem o comando regional, necessitando para tanto se equipar melhor não só na sua infra-estrutura urbana, como também na melhor distribuição de serviços.

O METRONOR poderia ter gerado um desenvolvimento maior não só para Londrina e Maringá, mas para todos os municípios envolvidos em seu eixo, pois a potencialização da área diante dos incentivos governamentais poderiam ser amplos e vantajosos para toda a estrutura que pudesse vir a ser criada neste eixo.

5.1.2 – Metroplan

Este item constitui-se basicamente de uma descrição preliminar da dinâmica da região METROPLAN e contém uma explicação prévia a respeito das características deste espaço que determinaram a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu – METROPLAN (MAPA 6).

Procura-se, também, explicitar os objetivos pelos quais foi criado o Consórcio, e a partir daí, as intenções que determinaram a elaboração do presente plano, bem como explorar as possibilidades de um provável aperfeiçoamento do METROPLAN.

O crescimento econômico de Maringá tem se revelado mais dinâmico, sobre bases mais modernas e com crescentes ganhos de produtividade, se comparado as demais cidades de porte semelhante no contexto paranaense, especialmente no contexto do Norte-Noroeste do Estado.

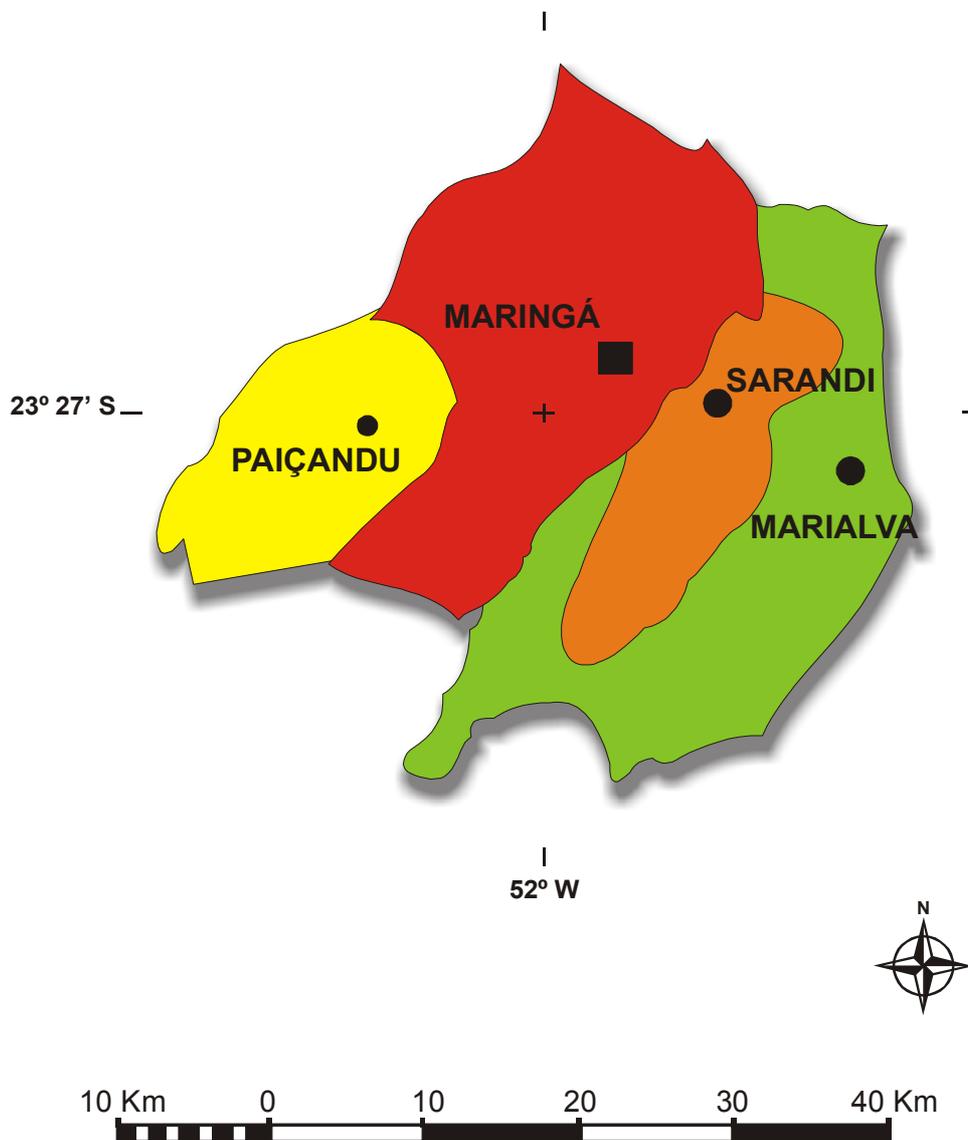
Isto é bastante significativo, pois trata-se de um crescimento expressivo – a participação do valor adicionado de Maringá no do Paraná ampliou-se em quase 50% no correr dos anos 80. Isto no âmbito de uma economia estadual que vem crescendo a taxas substancialmente superiores às da economia brasileira: nos mesmos anos 80, marcados por crises e recessão, o Paraná tem o seu PIB crescendo a uma taxa quase duas vezes superior à do Brasil.

Observados os investimentos recentes em andamento e planejados no setor de agroindústria, quer em Maringá, quer na sua região polarizada, ao que tudo indica aquela dinâmica deve se repetir nos próximos anos.

Tal tendência encontra, parcialmente, sua explicação na peculiar forma de evolução das atividades econômicas da área do METROPLAN e de sua região polarizada.

Com o café, cultura de alta taxa de absorção de mão de obra, as atividades urbanas típicas eram as de fornecimento de insumos e de bens de consumo para a produção cafeeira e para o atendimento às necessidades da população nela envolvida. O perfil da economia urbana da região era então marcado por comércio intenso e de porte expressivo, porém, com indústrias de baixo grau de agregação de valor e com poucos desdobramentos.

MAPA 6 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO DE MARINGÁ, MARIALVA, SARANDI E PAIÇANDU - METROPLAN



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá - Secretaria de estado e Meio Ambiente - 1996
Org.: Vercezi, J.T.

Na fase de substituição da economia cafeeira, tem-se um período de relativa estagnação, quando principalmente a pecuária extensiva passa a ocupar expressivas áreas do Noroeste – regiões de Paranavaí e Cianorte – reduzindo substancialmente as demandas sobre os setores de comércio e serviços.

Concomitantemente verificavam-se, então, os estágios preliminares da implantação do cultivo da soja, quando o seu processamento ainda se dava fora da região e era majoritária a exportação de grãos. Por fim, com o choque do petróleo, vem se completar o conjunto de alterações da base econômica com o surgimento do pró-álcool, que incentivou o cultivo de expressivas áreas com cana-de-açúcar.

Tais alterações esvaziam o campo, concentrando populações migrantes nas periferias dos grandes centros urbanos. Este fenômeno provocou um dos mais notáveis movimentos migratórios da história do país: a região polarizada por Maringá apresentou um saldo migratório líquido negativo estimado em 840.000 habitantes na década de 70. O que veio em muito a debilitar as bases da economia urbana da região, calcada em atividades comerciais.

Nas bases destas alterações estavam, porém, delineados os processos de mudança definidores das condições que atualmente se verificam na estrutura produtiva da região. Foram o ponto de partida de um processo de diversificação, integração e verticalização da produção. Assim, a área do futuro METROPLAN, passa a ser sede de uma indústria cada vez mais voltada a produtos finais.

No decorrer destas transformações, consolida-se o METROPLAN como pólo regional, as populações urbanas de Maringá e Paiçandu, por exemplo, crescem, respectivamente, 59,32% e 221,94% entre 70 e 80. Em 1990 estimava-se que a população urbana do aglomerado perfazia um total de 291.000 habitantes. 83% da população urbana da área imediatamente polarizada por Maringá e 27% daquela da macrorregião de Maringá⁹⁰.

Também se altera substancialmente a forma de interação entre Maringá e a macrorregião por ela polarizada, uma vez que muda a pauta de produtos desta mesma região, bem como o padrão de processamento destes

⁹⁰ Macrorregião de Maringá: área composta pelas regiões polarizadas por Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí e Umuarama.

mesmos produtos. Nestas circunstâncias Maringá, embora ainda mantenha sua função original de grande fornecedor de insumos para a agropecuária e de bens de consumo para a população de sua área polarizada, passa a assumir a função de importante pólo agro-industrial, complementar e integrado com as economias de sua região de influência.

Hoje o conjunto das atividades econômicas que se articula a partir de Maringá é bastante expressivo, sua abrangência certamente ultrapassa o território paranaense, principalmente no que concerne ao setor atacadista, e alguns segmentos da agroindústria em especial carne, fiação de seda e processamento de soja.

As escalas atualmente alcançadas pelo METROPLAN, deverão implicar em alterações nas suas formas de interação com os sub-polos regionais de sua órbita – Campo Mourão, Paranavaí, Cianorte e Umuarama – esta interação, decorrente da sofisticação e complexificação crescentes dos serviços urbanos típicos das grandes cidades, certamente está sendo reproposta em outros níveis.

As conseqüências deste processo, do ponto de vista da organização territorial, se manifestam no extravasamento da urbanização incorporando cidades vizinhas, especialmente Paiçandu e Sarandi, superando em muito as previsões originais dos planos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Este crescimento, contudo, preservou algumas das peculiaridades dos projetos originais. Em muitos aspectos a proposta da “cidade jardim” ainda permanece, definindo com vigor e rara felicidade um padrão urbanístico ímpar no contexto brasileiro.

O acelerado crescimento do aglomerado urbano veio a gerar novas necessidades de infra-estrutura, serviços urbanos e de organização e gestão do território. Muitos são os conflitos oriundos deste processo, desde aqueles típicos da conurbação, que requerem uma nova e maior estruturação para atender aos maiores e mais complexos fluxos de mercadorias e pessoas que se estabelecem, como aqueles relacionados à promoção do ordenamento espacial das atividades neste novo contexto.

Também a concentração de atividades no aglomerado define uma nova

escala de urbanização, onde a diversificação do parque industrial e do aparato de prestação de serviços implica em um crescente potencial de conflitos, o que requer modificações nos padrões de estruturação urbana.

Por outro lado, como é usual no processo de urbanização recente da sociedade brasileira, o crescimento do aglomerado veio acompanhado de um forte movimento de periferização, principalmente para as parcelas menos favorecidas da população, introduzindo desigualdades de padrões de urbanização e expressivos “déficits” de oferta de serviços e infra-estrutura.

Este quadro de agudização das demandas sobre o setor público na região, vem a ocorrer num momento em que se verificam mudanças na distribuição das funções entre os três níveis de governo, decorrentes da nova ordem constitucional. Estas mudanças acarretaram uma maior parcela de responsabilidade para os municípios, como os processos de municipalização do ensino e dos serviços de saúde, por exemplo.

Como se vê, são muitas as exigências, e o atendimento implica na mobilização de vultuosos recursos e na capacitação para gestão de um novo e maior aparato de serviços públicos. Isto numa situação em que as possibilidades de ação do setor público se vêm limitadas pelas fortes restrições de captação de recursos oriundas da crise da dívida externa e do esgotamento do modelo de financiamento da ação estatal.

O acesso às fontes de financiamento depende fundamentalmente da coincidência de pontos de vista, tanto na identificação dos problemas quanto das potencialidades por parte do tomador, quanto na interpretação que delas faz o agente financeiro.

Quem fornece recursos, particularmente no caso dos bancos oficiais multilaterais ou governamentais, não é tão somente um fornecedor de dinheiro. Em geral, o empréstimo é feito mediante condições, como a demonstração da viabilidade e da relação custo/benefício, por exemplo, e, nestas condições estão embutidos diversos critérios e parâmetros, que nada mais são que uma manifestação da política que a instituição adota ou que é impelida a adotar.

O acesso e o diálogo eficaz com uma tal instituição implica necessariamente, então, na possibilidade de entrar em ressonância com as suas

expectativas, na medida em que, tal é a situação hoje, a posição do tomador é concorrencial – compete com muitos outros tomadores, e em condições de concorrência que nem sempre estão perfeitamente explicitadas.

Hoje, por exemplo, em se tratando do setor público, há uma aparente maior disposição para a concessão de empréstimos setoriais somente àqueles projetos com inequívoca viabilidade e que, por isso mesmo, sobrevivam sem subsídios.

Teoricamente, sempre foi assim. Mas fatores de ordem política tendiam a afrouxar os parâmetros e critérios. O rigor atual, porém, não se aplica apenas e somente por uma decisão saneadora ou racionalizante. Deve-se, sobretudo, às mudanças de largo espectro no quadro das relações sociais e econômicas no âmbito mundial que, entre outros aspectos, desenvolveu uma nova concepção acerca do significado e das finalidades da função do governo.

A crise do endividamento externo em muitos países do Terceiro Mundo, levou a uma drástica alteração dos padrões concorrenciais externos, inclusive nas já mencionadas fontes oficiais multilaterais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o BIRD (Banco Internacional para a Reestruturação e o Desenvolvimento).

Internamente, a dívida acumulada dos setores públicos e os problemas decorrentes da inflação têm influenciado as decisões de política nas áreas do orçamento fiscal e monetário, provocando, entre outros resultados, uma grande escassez de recursos nos agentes financeiros usuais, Caixa Econômica e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principalmente, isto para não falar na notória crise dos bancos estaduais de fomento.

Além disso, independentemente das conseqüências do endividamento e das medidas adotadas para a solução dos problemas daí decorrentes, o baixo nível de crescimento das atividades econômicas e as políticas de recessão, para combate à inflação, têm exercido forte impacto sobre os sistemas financeiros governamentais, com a acentuada redução da sua capacidade de financiamento, tanto da União como dos Estados.

As mudanças constitucionais vieram também alterar as relações intergovernamentais, entre outros aspectos, pela eliminação de margem

substancial de negociação das “transferências”. Estas mesmas mudanças tenderam, em princípio, a favorecer a instância municipal, mas ainda não foi possível perceber-se com clareza os seus efeitos. Ao que tudo indica, os ganhos proporcionais de receita não superaram a queda de arrecadação, por conta da redução do nível das atividades econômicas, e muito menos acompanharam a expansão dos gastos em setores não “diretamente” produtores de serviços e de equipamentos de infra-estrutura.

Ancorados na “crise da dívida externa”, os agentes credores além de revisarem seus critérios e parâmetros procurando imprimir maior racionalidade na negociação de eventuais novos empréstimos, têm também adotado outros critérios, sinalizando as pressões no sentido das grandes tendências em voga no quadro de relações internacionais.

Assim, as posições e os movimentos populares em defesa do meio ambiente, e do uso racional dos recursos naturais, passam a compor o referencial a partir do qual os agentes financeiros externos estabelecem as novas condições de financiamento.

Da mesma forma, as pressões no sentido da abertura dos mercados levam a uma combinação de exigência liberalizante. Visando a desregulamentação progressiva das relações de trocas inter-países, induzem a privatização de atividade produtivas sob controle governamental direto e, mesmo para o caso das funções próprias dos governos, cobram atitudes que são típicas da atividade empresarial: realismo na fixação dos preços (tarifas), rigoroso controle de custos e planos de investimentos cujo retorno financeiro possa estar assegurado independentemente de subsídios.

Para o setor público, de modo geral, o crédito vem acompanhado de pressões no sentido da redução do seu tamanho principalmente no que se refere ao emprego, e da modernização e racionalização das estruturas administrativas.

É neste contexto, enfim, que as expectativas de captação de recursos por parte dos Municípios têm que ser examinadas.

O METROPLAN, com seu programa de ação e seus instrumentos, foi à resposta que o conjunto de municípios do aglomerado propôs para o equacionamento das novas situações. Esta iniciativa, por certo inédita, pretendia

lançar as bases de um novo municipalismo, que se lançou à prática da autonomia municipal com responsabilidade e livre dos preconceitos do localismo que sempre obstaculizou a questão de regiões conurbadas, como tem evidenciado a história recente das regiões metropolitanas.

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu, cujo estatuto data de outubro de 1989, têm a forma jurídica de uma “Associação Civil” e se propõe a:

- representar os Municípios em assuntos de interesse comum;
- promover o planejamento do desenvolvimento regional, mediante os adequados mecanismos de consulta, estudos, execução e controle de atividades relevantes para a qualidade de vida e o desenvolvimento dos municípios consorciados;
- sugerir, desenvolver e executar serviços e atividades para o atendimento de interesses comuns.

Para a consecução de seus objetivos poderá o METROPLAN adquirir bens, firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza e prestar serviços.

A sua estrutura básica é constituída de um Conselho – órgão deliberativo – composto pelos Prefeitos Municipais, um Conselho Fiscal integrado por representantes dos municípios indicados pelas respectivas Câmaras Municipais e um Conselho Consultivo, onde tem assento representantes de entidades civis. Conta, também, o Consórcio, com uma Secretaria Executiva, unidade técnica encarregada da execução das diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo.

O METROPLAN foi a base sobre a qual se construíra um novo processo de planejamento regional, visando garantir o desenvolvimento da região, concretizar a “cidade do futuro” pelo resgate da “cidade jardim”, captar recursos públicos e privados para o suprimento das necessidades de infra-estrutura e serviços e implantação de novas atividades econômicas. Seria, enfim, o instrumento que garantiria o crescimento ordenado do aglomerado urbano. Foi o METROPLAN que mais contribuiu com as cidades de Marialva, Paiçandu e Sarandi por terem concretizado com este consórcio o seu Plano Diretor.

Numa visão mais detalhada, para solucionar os problemas advindos da conurbação e da tendência a metropolização, o METROPLAN deveria tratar aquele

espaço urbano como uma só cidade, buscando um novo e diferente modelo de gestão.

Para fazer face às demandas postas pela modernidade no que tange a padrões mais adequados de urbanização, potencializando as vantagens já existentes nos núcleos urbanos originais em termos de qualidade de ambiência urbana, o ente regional deverá ser um promotor do uso de novas e modernas tecnologias.

Deverá, também, caracterizar-se como um instrumento complementar na formulação do planejamento estratégico, não só dos Municípios consorciados mas também para a região polarizada constituindo-se um agente da coalizão de interesses na defesa de projetos de abrangência regional, na sua área de influência.

O destino principal dos produtos da Área do Consórcio – com ou sem processamento industrial – tende a ser, a nível nacional, os mercados do Sudeste brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Neste sentido, a alternativa de transporte hidroviário proporcionado pelo Sistema Paraná-Tietê tenderá a ser determinante para uma maior competitividade dos produtos do Consórcio em tais mercados.

Em relação aos mercados externos, o acesso principal existente é o Porto de Paranaguá. A perspectiva de acesso ferroviário aos Portos de Arica e Antofagasta no Pacífico, poderá proporcionar à região grande competitividade para seus produtos nos mercados do Japão, do Leste e Sudeste asiático e da costa oeste norte-americana.

Acompanhando a tendência internacional para a formação de blocos de nações integradas, o Brasil e a Argentina vêm liderando o processo de formação de um bloco sub-regional no Cone-Sul da América Latina. Estas iniciativas conduziram a formação de um mercado comum a partir de 1995, o MERCOSUL.

O Consórcio esteve geográfica e economicamente inserido no espaço onde a integração tende a ser mais intensa e possui mercados da América do Sul – o triângulo São Paulo - Rio - Belo Horizonte e a Região Metropolitana de Buenos Aires.

Por outro lado, a liberalização do comércio pela eliminação de barreiras alfandegárias entre os países do Cone Sul – como foi na Europa. Novas condições de competição surgirão e ocorrerão possibilidades de ganho ou perda de mercados, principalmente para produtos de pautas correntes – grãos e carnes,

por exemplo. Neste contexto, a região do Consórcio pode se beneficiar pelas possibilidades de acesso fácil e de baixo custo aos principais mercados.

5.1.3 – AMUSEP

Há mais de vinte anos os municípios da região deram os primeiros passos no sentido da união - integração de cidades que formam um dos pólos econômicos mais fortes do Paraná. Como entidade, porém, a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) começou a se consolidar a partir de maio de 1996, quando foi firmado convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, hoje de extrema importância para a implantação e ampliação da infra-estrutura de nossos municípios.

Congregando 29 municípios (MAPA 7), com mais de 600 mil habitantes, a microrregião 9 tem hoje na Amusep uma entidade que oferece estrutura de serviços elogiada em nível estadual. É considerada modelo de atuação, como se constata no que lhe cabe legalmente no Paraná Urbano, preparando projetos e aprovando investimentos.

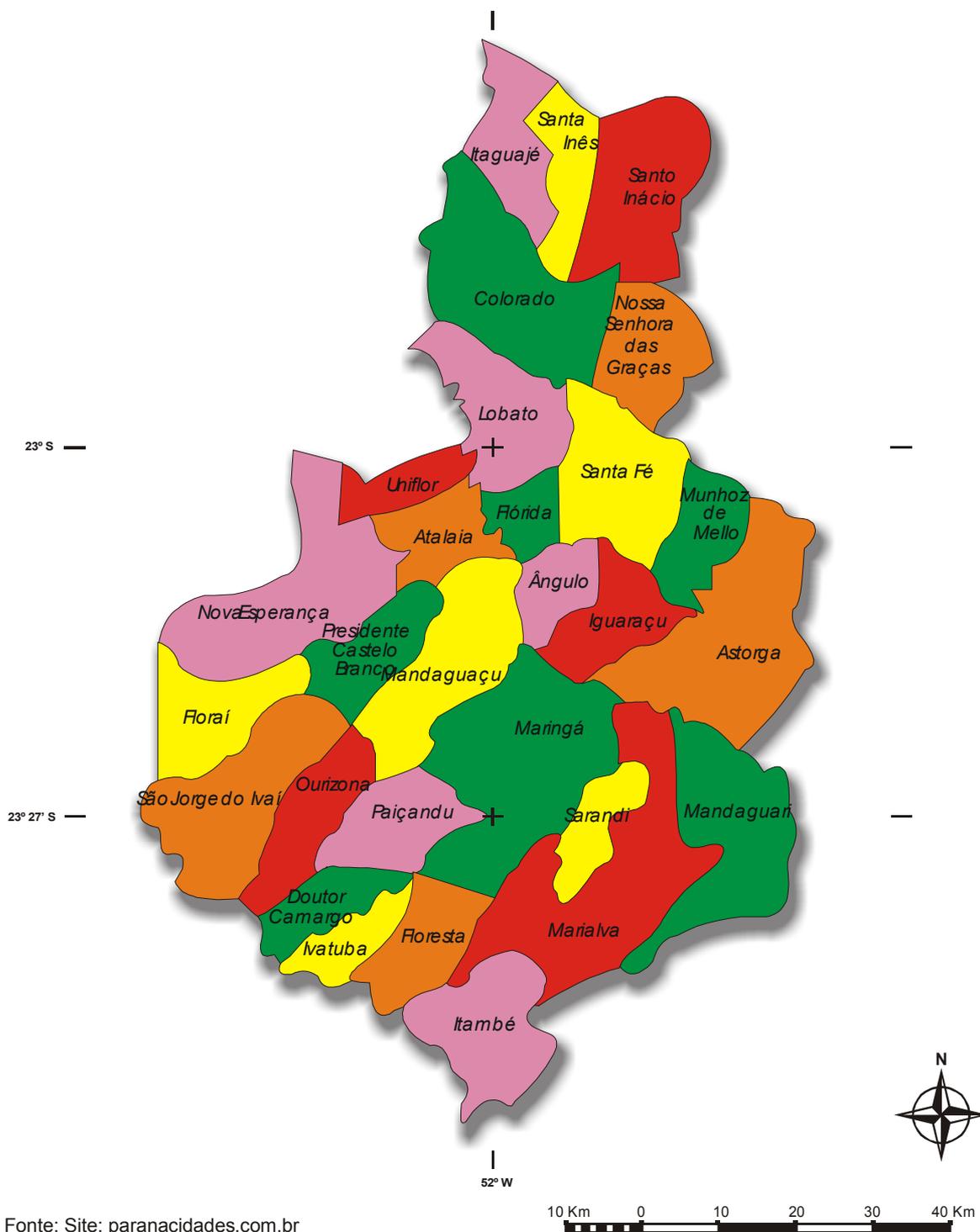
Para que pudesse cumprir o papel de representante de um importante conjunto de municípios, a associação teve a participação fundamental da SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

A partir do trabalho com a SEDU é que a Amusep passou a desempenhar de maneira mais eficiente as atividades que lhe são conferidas estatutariamente.

Renovada em seus propósitos, a Amusep continuará no caminho de seu fortalecimento e, conseqüentemente, de toda a região.

A Amusep é uma das três associações de municípios do Paraná consideradas "Classe A".

MAPA 7 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP



Fonte: Site: paranacidades.com.br
Org.: Vercezi, J. T.

Informações levantadas junto aos técnicos do Paranacidade e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, além de dados obtidos no Iparde, as associações de municípios do Estado receberam classificação de A a C, levando-se em conta sua performance no acompanhamento de obras realizadas pelo programa Paraná Urbano. A Amusep mereceu classificação "Classe A". Para o secretário executivo da entidade, a posição alcançada pela Amusep é reconhecidamente do trabalho que visa, em resumo, ampliar e fortalecer a capacidade administrativa dos 29 municípios da microrregião 9.

A Amusep realiza um trabalho de consultoria, assessoria, coordenação de planejamento do desenvolvimento urbano, municipal e regional, que tem como objetivo final o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelas 29 prefeituras que compõem a microrregião 9.

A entidade surgiu como Associação Regional dos Municípios de Maringá e Nova Esperança, em 29 de março de 1972. É desta época o primeiro registro do que viria a se transformar efetivamente na Amusep. A associação fundada em 72 teve como primeiro presidente o então prefeito Adriano José Valente, Antonio Tortato era o vice-presidente e Carlos José Anunciação o segundo vice-presidente. Em 1975 nasceu efetivamente a Amusep, mas a entidade só veio a ser oficializada em 1997. Durante este período ela existiu virtualmente. Hoje, é uma realidade.

Na associação foi implantado o Modelo de Gestão de Qualidade Total, destinado a oferecer melhores serviços aos municípios associados, e ao quadro funcional foram proporcionados alguns cursos de especialização e atualização, abrangendo temas como jardinagem e paisagismo, projetos e execução de pavimentos asfálticos, informática, arquitetura, elaboração de orçamento municipal e processos técnicos legislativos, em Curitiba, Maringá, Rio de Janeiro e São Paulo. Periodicamente há treinamento interno, onde são tratados assuntos de interesse da entidade, como exposição de relatórios de atividades.

A estrutura da associação inclui hoje um departamento de cerimonial, que atua na preparação de eventos, assembleias e reuniões. A entidade aumentou o espaço físico, adquiriu equipamentos, foi informatizada e possui condições de elaborar suas próprias artes gráficas.

O Serviço de Levantamento de Dados Estatísticos foi implantado na associação sob a coordenação do secretário executivo para fazer a identificação sócio-econômica e cultural dos municípios interessados. Dezesseis municípios já utilizaram o serviço. Os indicadores levantados são utilizados pelos prefeitos na orientação de prioridades, projetos e outros.

Composta por 29 municípios, a Amusep é formada pela Secretaria Executiva e Conselho Fiscal. A primeira diretoria (97) da entidade em sua nova fase foi presidida por Jairo Gianoto, integram a secretaria João Celso Martini (1º vice-presidente) e José Geronimo Benatti (2º vice-presidente). O Conselho Fiscal, composto por cinco conselheiros efetivos e cinco conselheiros suplentes.

Os objetivos básicos da Amusep são (atividade meio):

- promover o estudo da administração das prefeituras, sugerindo ou promovendo reformas administrativas através da reorganização dos serviços públicos municipais, especialmente com relação aos serviços fazendários e ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores municipais;

- estudar, orientar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a uniformização das atividades nessa área;

- oferecer assessoramento e orientação às câmaras municipais dos municípios associados para adoção de medidas legislativas que concorram para melhorar a administração municipal, com a finalidade de complementar o trabalho da associação;

- defender os interesses dos municípios e reivindicar em favor deles;

- estudar, orientar e promover, sugerindo no âmbito dos municípios associados, a adoção de estímulos fiscais e de outras ordens para a industrialização da região, com aproveitamento de recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra local;

- elaborar planos administrativos a partir de planos plurianuais dos municípios, compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos regionais, visando institucionalizar a continuidade dos mandatos efetivos;

- coordenar medidas para a implementação do planejamento local integrado da região.

Quanto aos objetivos atividades fins, são:

- orientar e estimular o bom uso e conservação dos recursos não-renováveis;
- estudar, propor e executar medidas, visando o incremento da produção agrícola, agropecuária e industrial da região;
- assessorar os municípios na elaboração de planos de eletrificação rural e urbana;
- promover e estimular sistemas de transportes e comunicações intermunicipais na região;
- estudar, elaborar e promover a elaboração de projetos de obras públicas, rodovias ou obras de arte quando solicitada pelas prefeituras, assessorando sua execução;
- cooperar com os municípios, sugerindo ou promovendo iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico das populações urbanas e rurais dos municípios associados;
- assessorar os prefeitos na elaboração e execução de projetos na área de educação, saúde pública, saneamento, assistência social e habitação;
- assistir aos municípios associados, no encaminhamento de seus interesses e na solução de problemas relacionados com os serviços urbanos, de abastecimento, de iluminação e sistemas de telefones etc.

É ainda objetivo da Amusep promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal com os governos federal e estadual por intermédio de seus órgãos visando:

- divulgar na região normas e exigências, dos órgãos públicos e de instituições de assistência técnica e financeira aos municípios;
- conjugar recursos técnicos e financeiros da União, Estado e municípios associados – mediante acordos, consórcios e convênios – para solução de problemas sócio-econômicos comuns;
- reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais especialmente nas áreas de educação, saúde e saneamento;
- estimular e promover o intercâmbio técnico e administrativo no plano intermunicipal, visando integrar os municípios associados;
- elaborar ou promover a elaboração de estudos e levantamentos de problemas e potencialidades da região que indiquem a prioridade de atendimento e/ou aproveitamento pelos poderes públicos;
- defender e reivindicar em favor de interesses econômicos e sociais da região.

O governo do Estado vem executando em parceria com as associações de municípios – a Amusep no caso da microrregião 9 – o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (Paraná Urbano), por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e com recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Amusep, que assume atribuições técnicas, cabe papel de importância estratégica e operacional, podendo inclusive aprovar projetos cujo orçamento seja igual ou inferior a R\$ 200 mil.

A região polarizada por Maringá, com um território físico de 6.565.174 metros quadrados, corresponde a pouco mais de 3% do território estadual, que tem área total de 198.156.000 metros quadrados. Caracterizada como Região Homogênea de Planejamento, abriga uma população residente de 578.621 habitantes, (segundo dados do IBGE de 96), o que corresponde a 6,44% do Estado.

Os técnicos da área de engenharia e arquitetura da Amusep elaboraram projetos também em outras áreas.

Foram executados projetos para reforma da creche em Mandaguaçu; para aproveitamento de fundo de vale em Floraí e Santo Inácio; para reforma de praça em Uniflor; para construção de praças em Flórida e Ângulo (Patrimônio de Valência); para construção do posto municipal do Uniflor; e para a escola da APAE em Floraí.

5.1.4 – A região metropolitana de Maringá

De acordo com o Projeto de Lei Complementar 253/98, que trata da instituição da Região Metropolitana de Maringá, constatou-se que há um processo configurado de metropolização no eixo Norte do Paraná desde os anos 70, tornando Maringá a terceira região de aglomeração de população urbana, com uma área de influência (econômica, social, cultural, serviços urbanos) que extrapola os limites da região instituída.

A Região Metropolitana de Maringá, localizada na Mesorregião Norte-Central Paranaense compõe-se de oito municípios. Sua população em 2000 era

de 473.897 habitantes, estando concentrada 60,87% no pólo regional. Na Região os municípios de Maringá e Sarandi apresentam densidade demográfica elevada, superando 500 habitantes/km². Paiçandu, na mesma mancha de ocupação contínua com os anteriores, também apresenta densidade elevada, de 158,59. Maringá é o terceiro maior município do Paraná, estando entre os quatro com população maior que 250 mil habitantes.

Maringá como município pólo, vem deslocando parte de seu potencial de atração migratória para os municípios vizinhos, visto que obtém um crescimento demográfico menor que estes, ocorrendo um fenômeno tipicamente metropolitano de conurbação, fato este não constatado em todos os municípios que fazem parte da região metropolitana.

De acordo com dados do IBGE, 1980 e 1991, Contagem Populacional IBGE, 1996, elaborou-se a tabela a seguir com o grau de urbanização e densidade demográfica da Região Metropolitana de Maringá.

TABELA 04 – População, Taxa Geométrica de Crescimento Anual, Grau de Urbanização e Densidade Demográfica – Região Metropolitana de Maringá

Município	População total 1980	População total 1991	População total 1996*	Grau de urbanização 1996	Densidade demográfica 1996
MARINGÁ	168.232	240.292	267.942	97,39	645,71
Municípios Contíguos					
PAIÇANDU	11.970	22.197	27.119	97,11	158,59
SARANDI	21.797	47.981	60.212	95,45	578,96
Municípios Contínuos					
ÂNGULO**	-	-	2.365	73,24	24,86
IGUARAÇU	6.517	5.691	3.404	80,05	20,51
MANDAGUAÇU	14.016	14.697	16.219	82,05	55,17
MANDAGUARI	24.475	28.086	28.537	73,59	84,93
MARIALVA	20.570	22.615	25.254	75,06	53,05
Total RM	267.587	381.569	431.322	93,40	201,2
Total Periferia	99.355	141.277	163.380	86,86	98,8
Total UP	7.629.392	8.448.713	9.003.804	77,88	41,6

FONTE: Censos Demográficos – IBGE, 1980 e 1991, Contagem Populacional – IBGE, 1996.

Municípios Integrantes da Região Metropolitana Instituída oficialmente pela Lei Estadual n. 83/98.

(*) População total reconstituída e taxa elaborada a partir da reconstituição da população com base territorial em 1996, elaboradas pelo IPARDES.

(**) Município criado depois de 1991 (Ângulo desmembrado de Iguaçu).

Org.: MOURA, Rosa.

É uma Região com elevado grau de urbanização de 93,40%, bastante condicionada por Maringá, cujo grau é de 97,39%. Nas últimas décadas vem

apresentando uma dinâmica que associa a horizontalidade da urbanização ao crescimento elevado dos municípios vizinhos ao pólo, reproduzindo o processo de periferização verificado na região metropolitana de Curitiba.

No âmbito mesorregional, destaca-se esta Região Metropolitana juntamente com a de Londrina, pela alta concentração de municípios crescendo mais que a média do Estado, alguns desde 1970 - Londrina, Maringá e Cambé, outros desde 1980 - Arapongas; Ibiporã, Paiçandu e Sarandi. Tal comportamento configurou um eixo de intensa urbanização a partir dos anos 70; com o elevado crescimento dos pólos e a periferização de sua ocupação em direção ao território de seus municípios vizinhos; iniciando-se em Londrina e reproduzindo-se posteriormente em Maringá, que incorporou Sarandi e Paiçandu.

A evolução da participação populacional entre os anos de 1950 à 2000, dos municípios que compõem a região metropolitana (TABELA 05).

TABELA 05 – Evolução da Participação Populacional dos Municípios em % na Região Metropolitana de Maringá – 1950 a 2000

	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Total da População da RMM	101.657	206.979	235.347	289.371	381.569	473.897
Município / %	%	%	%	%	%	%
Ângulo	0	0	0	0	0,6	0,6
Iguaraçu	0	7,6	4,2	2,3	0,9	0,8
Mandaguaçu	0	12,9	7,1	4,8	3,9	3,5
Paiçandu	0	0	5,1	4,1	5,8	6,5
Maringá	0	50,3	51,6	58,2	63	60,9
Sarandi	0	0	3,2	7,5	12,6	15,1
Marialva	0	17,3	15,9	14,6	5,9	6,1
Mandaguari	100	11,9	12,9	8,5	7,3	6,5
Total	100	100	100	100	100	100

FONTES: IBGE; * - Contagem
Org.: VERCEZI

O processo de ocupação do município de Maringá foi horizontal até e durante os anos 80, com o surgimento de periferias pobres, ampliação

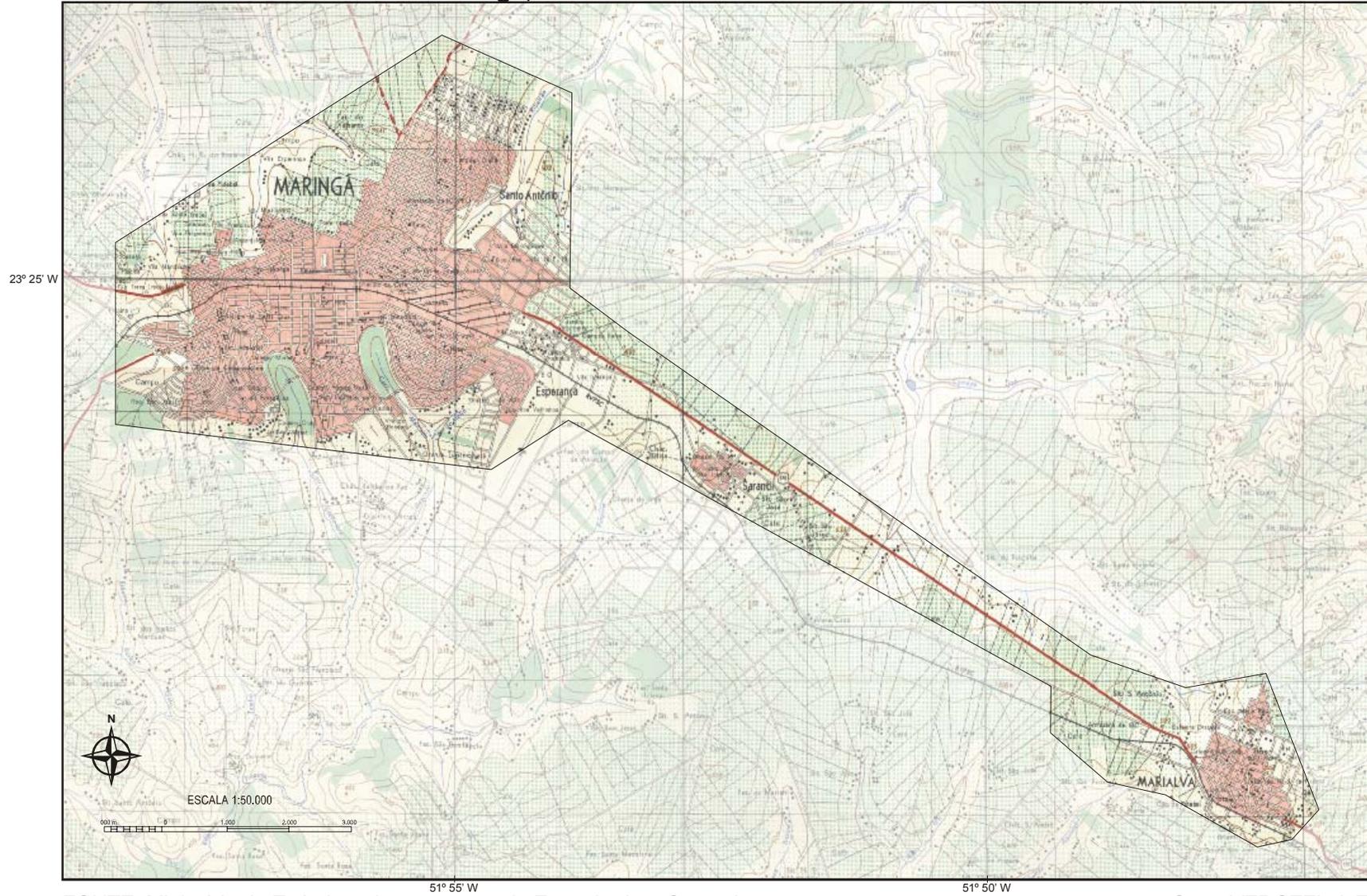
assustadora da área construída, e uma acelerada especulação imobiliária e fundiária viabilizada pelos loteadores clandestinos. Entre 1974 e 1983 a cidade apresentou uma expansão de 28,60 km², com a colocação de 87 novos loteamentos no mercado imobiliário. A ocupação ocorreu de forma praticamente uniforme nas áreas periféricas da cidade.

Segundo a Prefeitura Municipal de Maringá, entre 1984 e 1989 a expansão da malha urbana foi de 7,10 km² na continuidade da ocupação das zonas periféricas afastadas, porém com descontinuidade entre as áreas com direcionamento a sudoeste, principalmente naquelas próximas ao parque industrial e ao longo das principais vias de acesso. Muitos dos loteamentos aprovados nos anos 70 atenderam a interesses políticos e do capital imobiliário, sob critérios questionáveis, resultando em alguns dotados de infra-estrutura condizente e outros com ausência total.

A partir de 1980, acelerou-se o processo de verticalização, como uma nova postura ideológica da sociedade de consumo; e como resultado da acumulação de riquezas oriundas sobretudo da agroindústria. As leis nº 779/70; 853/71 viabilizavam condições para se levar a efeito edifícios de grande porte, fato esse que acabou pressionando o setor público na busca de recursos para dotação de infra-estrutura necessária.

A formação da aglomeração urbana de Maringá se intensificou nos anos 70, quando tem início o processo de periferização de Maringá sobre Sarandi, (MAPA 8) ainda enquanto um distrito do Município de Marialva. Consistiu no extravasamento da ocupação do pólo formando uma mancha única e muito densa, numa área ambientalmente crítica. O território de Sarandi é permeado por uma rede hidrográfica cujos fundos de vales tomaram-se o destino de uma concentração de ocupações por população de baixa renda, oriunda de Maringá e região. Maringá continua a crescer na direção leste (MAPA 09), sobre essa área, que, sob condições urbanas precárias, ainda tem seu solo pouco valorizado.

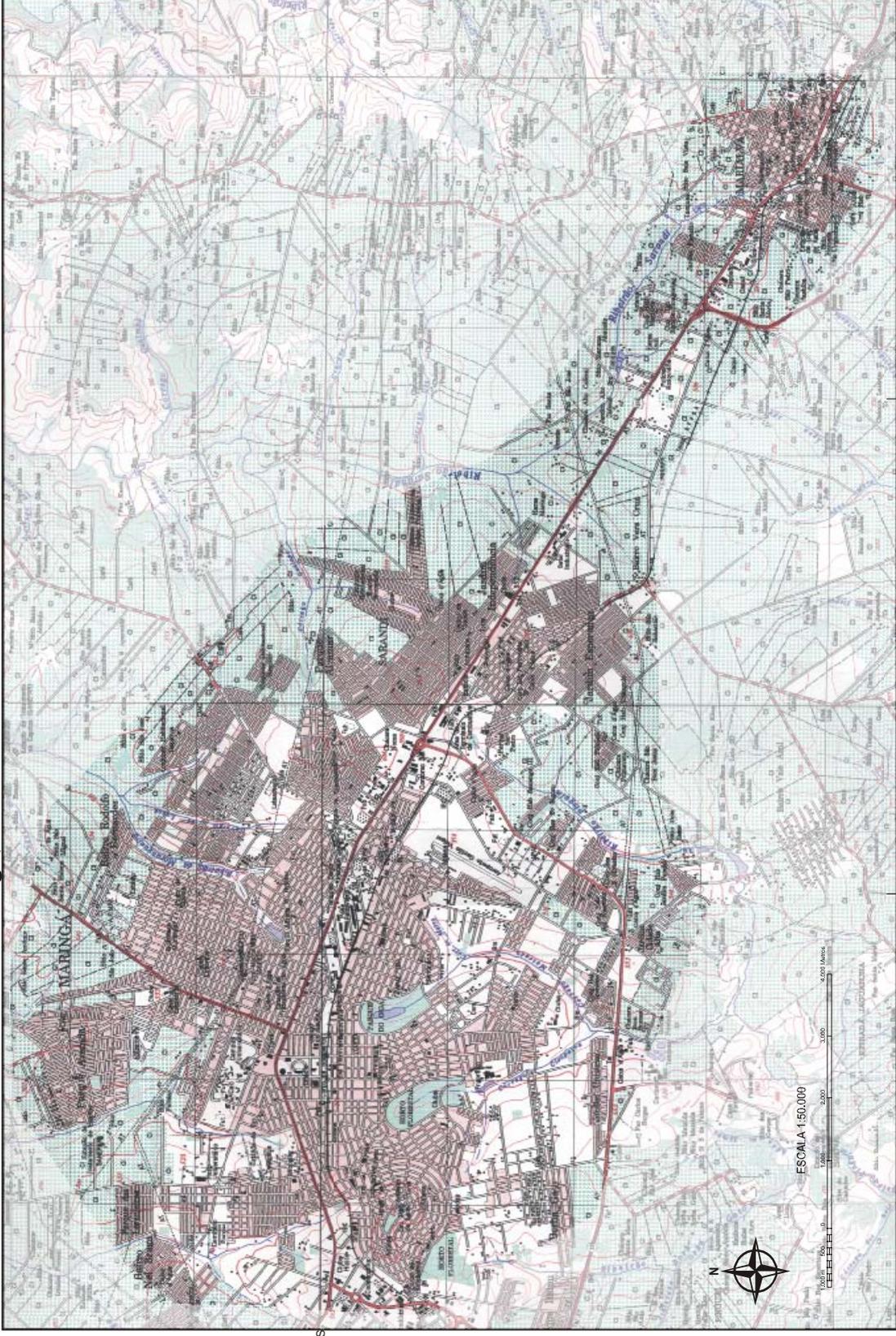
MAPA 08 - A Malha Urbana de Maringá, Sarandi e Marialva em 1970



FONTE: Ministério do Exército - departamento de Engenharia e Comunicações

Org.: VERCEZI, J. T.

MAPA 09 - A Malha Urbana de Maringá, Sarandi e Marialva em 2000



FONTE:: Ministério do Exército - departamento de Engenharia e Comunicações

Org.: VERCEZI, J. T.

A evolução da população dos municípios que compõem a região metropolitana de Maringá é constatada através de dados censitários fornecidos pelo IBGE relativos aos anos de 1950⁹¹ a 2000, convém salientar que os Municípios sofreram desmembramentos a partir de Mandaguari, sendo o mais recente o desmembramento de Iguaçu por Ângulo, conforme tabela 06⁹² e gráficos 05-12⁹³ a seguir:

TABELA 06 – População Rural e Urbana dos Municípios da RMM – 1950 a 2000

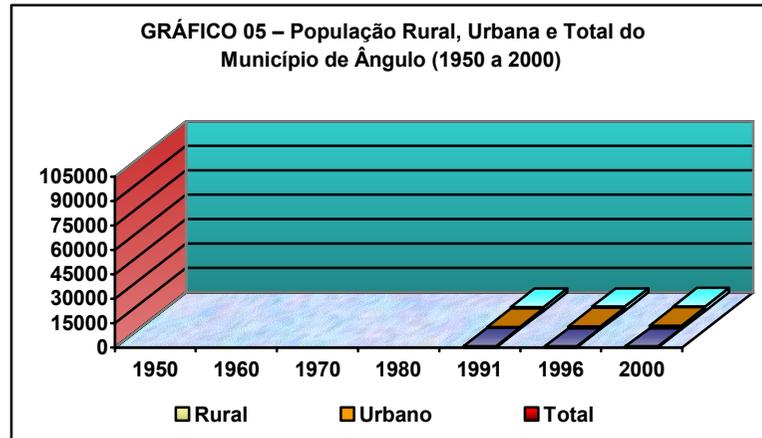
		1950	1960	1970	1980	1991	1996*	2000
Ângulo	Rural	-	-	-	-	854	705	689
	Urbano	-	-	-	-	1538	1930	2149
	Sub-total	-	-	-	-	2392	2635	2838
Iguaçu	Rural	-	13065	8144	4443	2491	500	783
	Urbano	-	2566	1711	2083	808	2904	2807
	Sub-total	-	15631	9855	6526	3299	3404	3590
Mandaguaçu	Rural	-	23405	12179	6857	3575	2911	2707
	Urbano	-	3316	4483	7164	11122	13308	14091
	Sub-total	-	26721	16662	14021	14697	16219	16798
Mandaguari	Rural	83266	16420	18949	9783	6836	7536	3105
	Urbano	18391	8210	11461	14696	21250	21001	28254
	Sub-total	101657	24630	30410	24479	28086	28537	31359
Marialva	Rural	-	30333	27922	11108	6448	6298	6633
	Urbano	-	5533	9574	31246	16177	18956	22095
	Sub-total	-	35866	37496	42354	22625	25254	28728
Maringá	Rural	-	56539	21274	7550	6213	6987	4673
	Urbano	-	47592	101000	160689	234079	260955	283792
	Sub-total	-	104131	121374	168239	240292	267942	288465
Paçandu	Rural	-	-	8637	3116	1200	784	1143
	Urbano	-	-	3406	8839	20997	26335	29584
	Sub-total	-	-	12093	11955	22197	27119	30727
Sarandi	Rural	-	3459	5370	2055	1773	2737	1924
	Urbano	-	-	2087	19742	46208	57475	69468
	Sub-total	-	3459	7457	21797	47981	60212	71392
	TOTAL	101657	210438	235347	289371	381569	431322	473897

FONTE: IBGE; * contagem
ORGANIZADOR: VERCEZI

⁹¹ Apenas o município de Mandaguari aparece com dados no censo de 1950, os demais surgiram após esse censo.

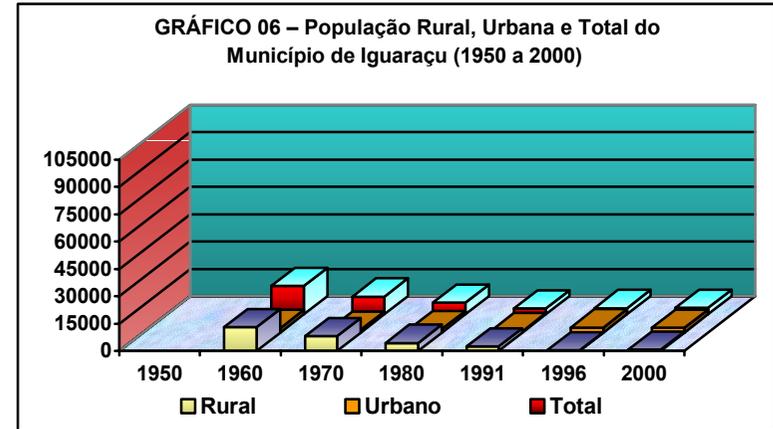
⁹² O município de Ângulo foi desmembrado de Iguaçu, provocando neste município uma queda significativa de população. Mandaguari também sofreu desmembramentos.

⁹³ Os gráficos 05,06,07,08,09,11,12 apresentam a escala de 105.000 e o gráfico 10 apresenta de 300.000.



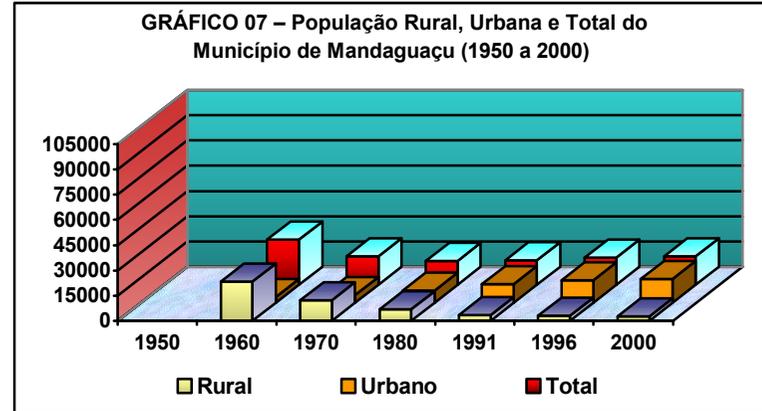
FONTE: IBGE

Org.: VERCEZI, J.T.



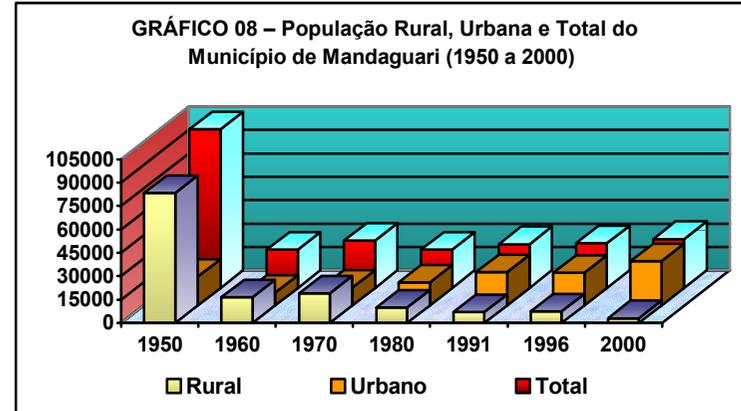
FONTE: IBGE

Org.: VERCEZI, J.T.



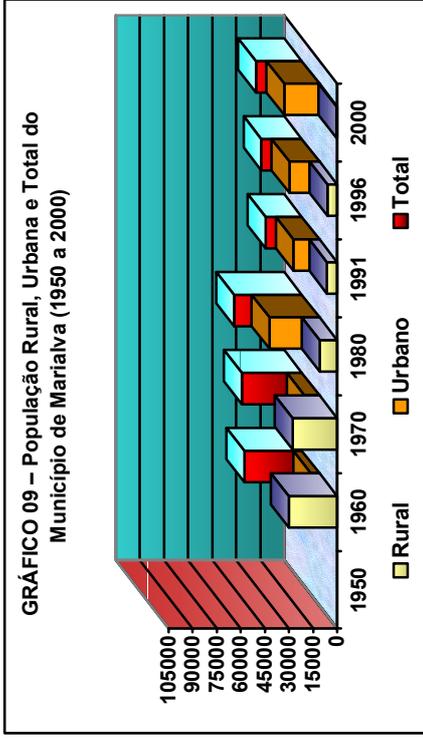
FONTE: IBGE

Org.: VERCEZI, J.T.

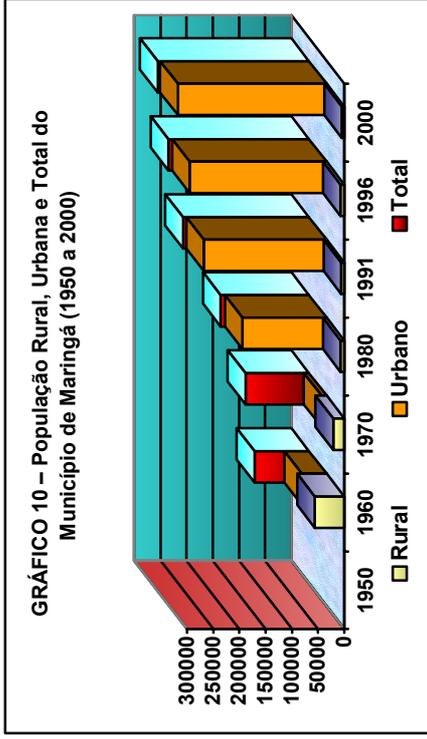


FONTE: IBGE

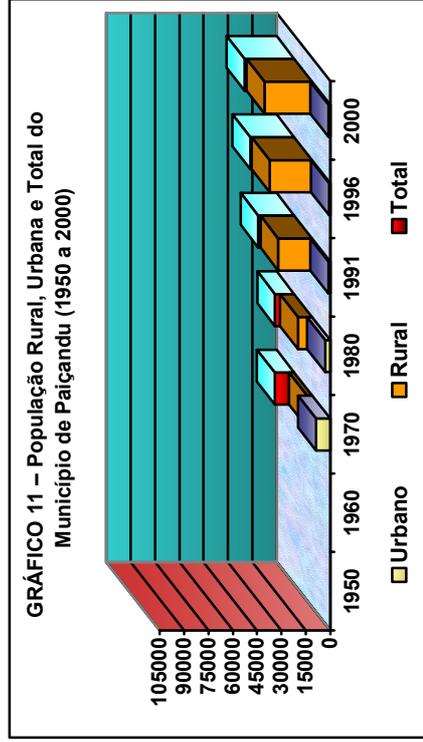
Org.: VERCEZI, J.T.



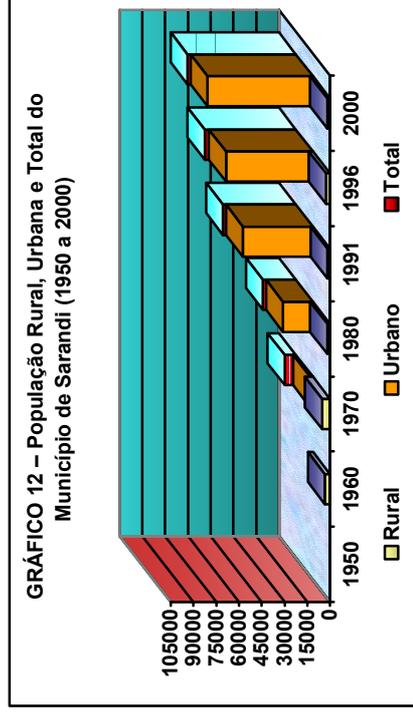
FONTE: IBGE
Org.: VERCEZI, J. T.



FONTE: IBGE
Org.: VERCEZI, J. T.



FONTE: IBGE
Org.: VERCEZI, J. T.



FONTE: IBGE
Org.: VERCEZI, J. T.

Paiçandu, um extravasamento mais recente na direção oeste, também conforma uma mancha de ocupação contínua. É tipicamente uma cidade “dormitório”, contendo extensas áreas para expansão do crescimento.

Em direção ao sul, Maringá tem limitantes topográficos assim como de infra-estruturas como a existência do anel viário e do aterro sanitário. Sua expansão em território próprio, vem ocorrendo para o norte do município na direção de Iguaraçu e Mandaguaçu. Nessas áreas não se verifica ainda o extravasamento da ocupação para além das fronteiras político-administrativas de Maringá.

Em direção a Marialva já ocorrem loteamentos que estão mais próximos aos limites de Maringá que à sede municipal daquele município, porém há mais atividades comerciais e industriais implantadas que propriamente moradias. Mandaguari, mais distante, como centro maior, exerce um intercâmbio com Maringá no papel de mercado absorvedor da força de trabalho de nível superior - um intercâmbio que se repete nos demais municípios da Região.

No contexto do processo de metropolização, Mendes⁹⁴ (1992), expõe que a verticalização já extrapolou os limites do perímetro urbano de Maringá. Os incorporadores imobiliários associados aos interesses de representantes do poder público e do poder econômico local e regional das cidades vizinhas estão investindo na verticalização de Marialva e já começam a ser estudados em Sarandi, com a construção de edifícios de pequeno e médio porte para atender a classe média.

Localizada em terras de excelente qualidade, a Região está entre as mais importantes áreas de produção agrícola do Estado, contribuindo no período 1992/94, com 1,83% do valor de produção das principais culturas paranaenses.

Sua base produtiva, fortemente agro-industrial, está associada a uma pauta de produtos bastante selecionados, na qual 90% do valor da produção do período 1992/96 tem origem no binômio soja/trigo, no milho e na cana-de-açúcar. Reproduzindo essa seletividade, Maringá responde por 1/3 desse valor, porém todos os demais municípios acompanham esse padrão, variando apenas enquanto maior especialização em grãos ou na cana, com exceção de

⁹⁴ MENDES, C. M. A verticalização, um dos reflexos do processo da metrópole em formação: Maringá, PR. Boletim de Geografia, UEM, ano 10. n 1 . dez. 1992, p. 58.

Mandaguari, onde a atividade cafeeira conservou maior importância.

Ao contrário da produção agrícola, fundamentalmente commoditizada; a produção animal tem uma importância interna à Região com nítida predominância de produtos de abastecimento urbano. Na média 1979/81, do valor da produção animal, o leite representa 53,01%, os ovos 30,17% e o frango 16,81%. Também é possível atribuir a Marialva e Mandaguari uma função mais especializada nessa oferta por apresentarem no período uma participação de 73,7%, distinguindo-os dos demais municípios.

No meio urbano, as atividades industriais mantêm estreita relação com a agricultura, pela predominância de unidades importantes na estrutura estadual ligada ao processamento de produtos agrícolas da Região.

A Região detém a maior capacidade de processamento de soja e refino de óleo do Estado, por empresas de grande porte, como a COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda., principalmente. Além de Maringá, que em 1996 responde por 2,18% do valor adicionado da indústria química, fundamentalmente de óleos vegetais, o único município da Região com participação mais significativa é Marialva, com 0,56%.

No gênero têxtil, Maringá e Mandaguari têm expressividade estadual dada pela fabricação de fios a partir do algodão e da seda, participando respectivamente com 8,26% e 3,05% do total do gênero.

As atividades tradicionais também reproduzem a concentração no pólo; porém tornam visível o envolvimento de alguns municípios do entorno na sua dinâmica, ainda que em proporções diminutas. De tal forma, Sarandi acompanha Maringá com participações no Estado bem mais próximas deste, nas indústrias de confecção, alimentos e mobiliário; Marialva, em confecção e alimentos; e Paiçandu, apenas em alimentos e mobiliário.

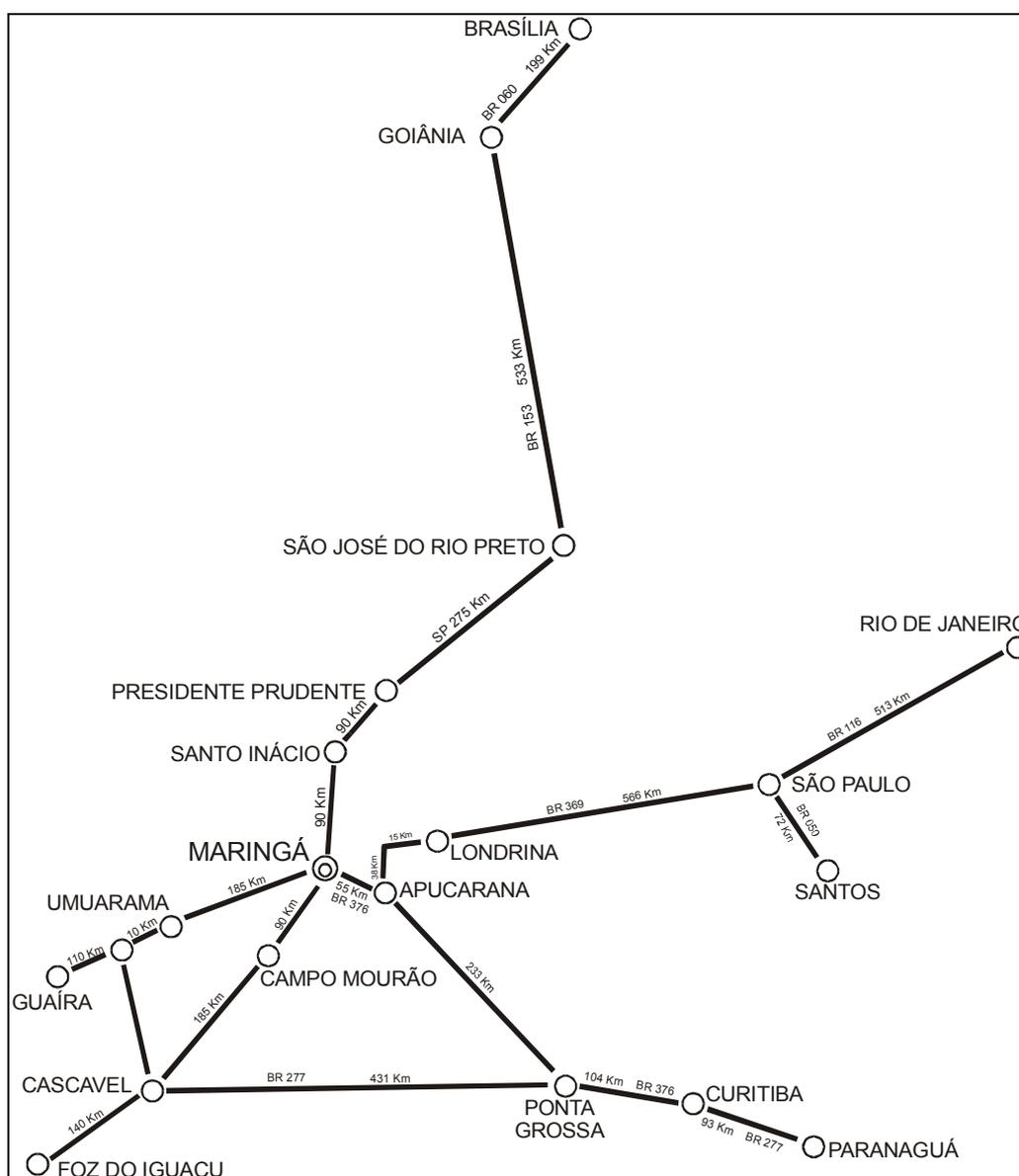
A participação regional em 1996 no total do Estado do gênero de confecções é 12,09% e 11,31% no têxtil, 9,85% no total do gênero mobiliário, 7,13% no de bebidas, 4,43% no de alimentos e 2,73% no de química.

A presença de segmentos da metal-mecânica é embrionária na Região e foge ao padrão de dominância do pólo, que é precedido por Mandaguari no gênero material elétrico e eletrônico, e por Sarandi, em material de transporte. A participação da Região no total do Estado supera 1 % apenas em comunicações.

A localização privilegiada no sistema rodoviário regional (FIGURA 1 e MAPA

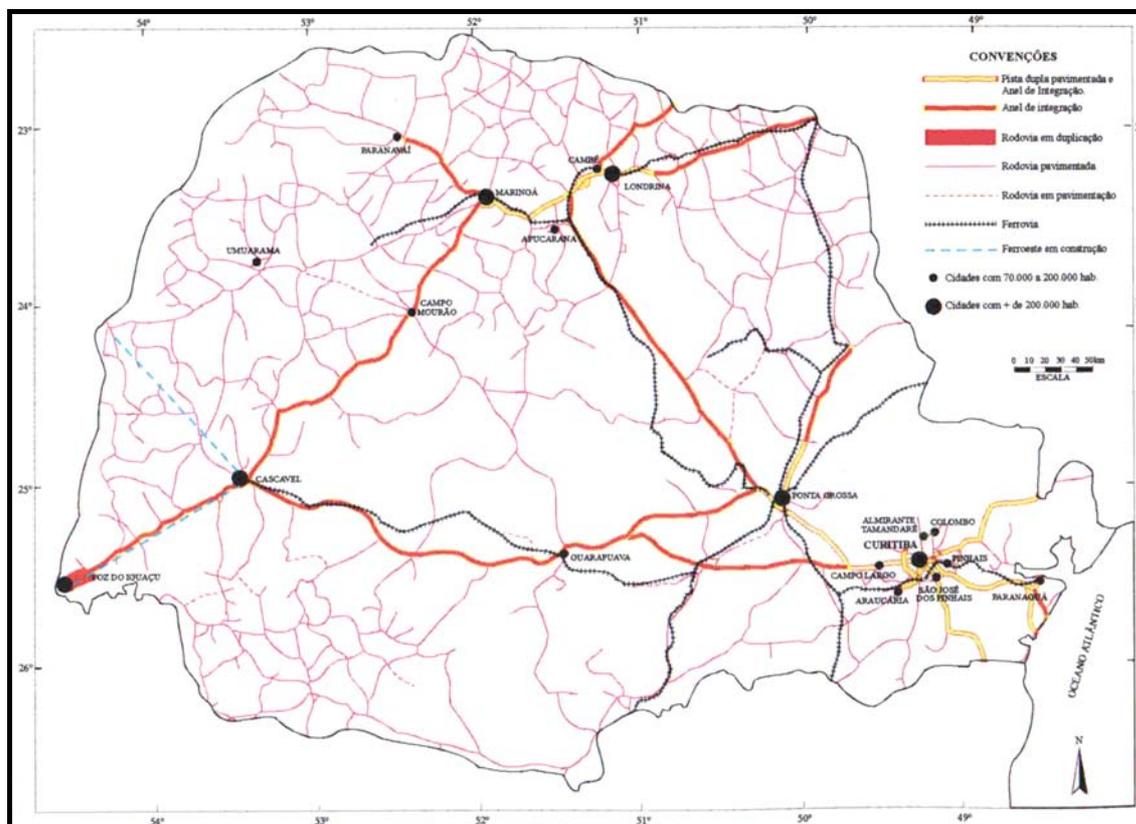
10), além de sua consolidação urbana anterior, o comércio varejista e em especial o atacadista fazem de Maringá um centro regional de significativa importância, com características tipicamente terciárias em termos econômicos. Sua acessibilidade, permitindo o escoamento da produção, a comercialização de mercadorias de forma mais intensa e a existência de uma infra-estrutura empresarial já bastante desenvolvida tornam Maringá extremamente atrativa. A cidade também é dotada de uma rede de

FIGURA 1 – Ligações Viárias com Maringá



FONTE: Prefeitura do Município de Maringá, 1999.
Adaptado por: VERCEZI

MAPA 10 – Paraná: Estrutura Viária – 1998



FONTE: Estado do Paraná, Secretaria dos Transportes, Mapa Rodoviário e Político, 1998.
Org.: Ângela Maria Endlich.

instituições de ensino e pesquisa, dentre os quais se destaca a Universidade Estadual de Maringá, uma das principais universidades do Estado.

No processo desenvolvimentista dos anos setenta, o governo estadual, com o objetivo de consolidar a cidade como centro polarizador da região noroeste e oeste do Estado, dotou-a de infra-estrutura e serviços que permitiram atender à região nas suas crescentes necessidades. Outros fatores emergentes, como o processo acelerado de modernização da agricultura do Paraná e o conseqüente fluxo migratório da população rural, trouxeram significativas mudanças estruturais que refletiram-se no espaço urbano.

Enquanto Maringá reproduzia o seu crescimento; Sarandi, Paiçandu e em menor grau Marialva caracterizavam-se nas últimas décadas como cidades fornecedoras de mão-de-obra não especializada. Na estrutura ocupacional,

obedecendo ao padrão, o pólo preenche com proporções bem superiores a todos os municípios da Região as ocupações correspondentes às funções mais complexas – ocupações administrativas (23,3%), técnicas (9,3%), de comércio de mercadorias (22,0%) e prestação de serviços sociais (11,1%). Em oposição, como particularidade dos municípios periféricos, Sarandi e Paiçandu, sobressaem-se em ocupações nos setores da construção civil e da prestação de serviços, típicas de municípios "dormitórios".

Assim, enquanto em Maringá 32,6% das ocupações estão em atividades administrativas e técnicas, nos municípios periféricos essa proporção cai para 7,2% em Paiçandu e 10,3% em Sarandi. As diferenças no outro extremo são mais marcantes. No setor da construção civil, Paiçandu ocupa 16,1% enquanto Maringá, apenas a metade. Essa estrutura ocupacional é claramente urbana apenas em Maringá, que registra 95,72% da PEA nessas atividades, e nos dois municípios contíguos; Sarandi e Paiçandu, que acompanham com proporções próximas, de 94,04% e 86,12% respectivamente. Nos demais municípios a importância das ocupações agropecuárias é bastante significativa, chegando a 52,5%, em Iguaçu, e 34,3% em Marialva.

A Região encontra-se com boa cobertura pela rede bancária, considerando que os municípios, exceto Iguaçu e Ângulo, têm mais que uma agência. O município de Maringá, confirmando sua posição de destaque dentre os demais: detém 67,35% das 49 agências da Região.

É nesse município que se localiza uma das principais empresas do Paraná, a COCAMAR, apontada pela Revista Exame em 1997 como uma das 500 maiores do Brasil. Atuando no ramo de comércio atacadista, essa Cooperativa emprega 2,95% dos trabalhadores operando um total de vendas de US\$ 304,0 milhões.

A Região Metropolitana de Maringá está inserida num eixo de intensa complexidade que se desenvolve a partir dos dois pólos mais importantes do interior do Estado - Londrina e Maringá- constituídos e consolidados no processo de ocupação da fronteira agrícola paranaense no ápice da expansão cafeeira. Ambos exercem influência sobre uma área que extrapola os limites da mesorregião Norte-Central e do próprio Estado. Servidos por uma densa rede

viária, cresceram reforçando relações em direções distintas: Londrina, centro de comando e sede da companhia colonizadora, e primeiro núcleo por ela criado, polariza diretamente além de seus arredores, porções a leste, além de, até mesmo, Maringá; e Maringá, segunda cidade do plano urbanístico da colonização, polariza mais a noroeste e centro-ocidental, posicionando-se como pólo mais interiorano.

Idealizada no âmbito do projeto de colonização levado a efeito pela Companhia de Terras do Norte do Paraná - mais tarde, Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná - Maringá desenvolve-se como parte do planejamento de uma rede de cidades interligadas por uma estrutura viária composta de ferrovia e rodovias, integrada aos grandes centros do país. Esse projeto concretizou a construção de núcleos populacionais ao longo da ferrovia, mantendo regularidade na distância entre eles, qual seja, cidades principais distando 100 km e pequenos núcleos, distando 10 ou 15 km. A fundação dessas cidades obedeceu a ordem: Londrina (1934), Maringá (1947) que até hoje mantém as características de seu planejamento inicial, Cianorte (1953) e Umuarama (1955). Estes centros foram concebidos como prestadores de serviços e os demais núcleos, voltados ao abastecimento da população rural. Esse projeto deu origem a todo o conjunto de centros, que hoje configura esse complexo urbano.

Com nível de centralidade muito forte e tipo urbano de grande dimensão, é identificada na escala de urbanização da rede urbana brasileira como um Centro Subregional. Segundo a análise de *clusfe*⁹⁵, sua Região tem uma estrutura hierárquica fortemente fixada no pólo, que integra o grupo D. Seguem em hierarquia decrescente Sarandi e Mandaguari, no grupo C e Marialva e Paiçandu, no grupo B. Todos esses municípios estão na base da escala de centralidade, que atinge o nível médio para fraco apenas em Mandaguari.

A Região caracteriza-se pela continuidade de um processo de urbanização, reforçando a periferação dos pólos e qualificando-se com expressivas contradições. Tomando a renda média familiar per capita, a média municipal na Região sofre um desnível de três vezes entre o maior (1,86 salários

⁹⁵ Análise de agrupamento desenvolvida pela UNICAMP/NESUR, que agrupa municípios homogêneos em quatro categorias diferenciadas conforme as peculiaridades das grandes regiões brasileiras, distinguindo os pertencentes às regiões metropolitanas instituídas antes de 1991. O grupo compreende a população até 16.718 habitantes; o B, de 16.767 a 27.504; o C, de 27.684 a 76.592; e o D, de 75.968 a 390.100.

mínimos, em Maringá) e o menor valor (0,67, em Iguaraçu). Os que compõem contigüidade de mancha com o pólo também apresentam valores baixos: 0,76 em Paiçandu e 0,82 em Sarandi. Nesses mesmos municípios encontram-se as maiores proporções de chefes de domicílios com renda de até dois salários mínimos, sendo 62,61%, em Paiçandu, 59,16%, em Sarandi e 61,58%, em Iguaraçu. Maringá apresenta a menor proporção da Região, de 32,48%.

A mesma disparidade ocorre com relação ao número médio de anos de estudo da população maior que 25 anos. Maringá destaca-se com 5,6 anos, seguida por Marialva e Mandaguari, com 4,2 e 4,4, respectivamente. Os demais municípios não completam a média de quatro anos e Sarandi e Paiçandu, apresentam as menores médias da Região, 3,6 e 3,5. A proximidade dos centros de maior porte de modo geral abre a perspectiva de maior acesso da população à renda e instrução. O fato da ocupação dessa periferia ter se intensificado muito recentemente, talvez explique seu desempenho inferior até mesmo de municípios mais voltados à prática agrícola.

Paradoxalmente, estes municípios apresentam o coeficiente de mortalidade infantil muito próximo ao de Maringá que é de 30,86 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos. Comparada com outras regiões paranaenses, esta vem apresentando um melhor desempenho ao longo dos anos.

A associação desse desempenho à qualidade do saneamento básico demonstra outro paradoxo: enquanto a proporção de domicílios ligados à rede de água é bastante elevada em todos os municípios, ultrapassando os 95%, a rede de esgotos inexistente, com exceção de Maringá e Marialva, que possuem uma cobertura de pouco mais que 30% dos domicílios. O uso das fossas sépticas, quando ocorre, representa um aumento mínimo no esgotamento sanitário não atingindo 5% dos domicílios que fazem seu uso.

Como a água, a energia elétrica se estende na quase totalidade dos domicílios, estando a menor proporção em Mandaguari, com 96,6% de cobertura.

Estes indicadores compõem índices bastante diferenciados entre os municípios da Região, ressaltando maior abrangência na infra-estrutura urbana oferecida por Maringá.

Os bens de consumo traduzem com mais clareza uma hierarquia social

entre os municípios da Região, na qual o pólo confirma a condição mais seletiva e os municípios contíguos, uma condição excludente não apenas em relação ao pólo como também aos demais municípios. Esses, de modo geral, estão próximos ao comportamento do pólo em todos os indicadores. É em Maringá que estão as maiores proporções de domicílios com bens como telefone, automóvel, geladeira, televisor colorido, *freezer*, máquina de lavar e aspirador de pó. Apenas as proporções de domicílios com rádio e televisor preto e branco são maiores em Marialva e Sarandi, respectivamente, confirmando o elevado padrão de consumo do pólo, que é também o município com a maior renda per capita da Região.

A Região Metropolitana de Maringá, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 83, de 17 de julho de 1998 (ANEXO 1), compõe-se em grande parte dos municípios limítrofes ao pólo. Esta Lei dispôs sobre os seus limites, a criação e competência dos conselhos Consultivo e Deliberativo, integrados por representantes dos municípios porém com predominância do Governador do Estado e do Prefeito de Maringá na escolha dos membros e representação da sociedade civil apenas no segundo; os serviços comuns de interesse metropolitano, incluindo dentre esses o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; o saneamento básico; o uso do solo metropolitano; os transportes e sistema viário; e o aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

A periferização de Maringá trouxe para cada uma das cidades do aglomerado, exigências quanto à organização e gestão do espaço, bem como novas necessidades de infra-estrutura e serviços urbanos. Considerando-se essa realidade, foi estruturado o Consórcio Inter-Municipal METROPLAN, um antecedente importante da sensibilização dos municípios da Região Metropolitana de Maringá para uma gestão articulada, seguramente inspirado nos objetivos de iniciativa anterior, a Metrópole Linear do Norte do Paraná-METRONOR, que integrava os municípios da Região, além dos demais desse complexo urbano.

Criado em Lei Municipal de 20/10/1989, autorizada pelos quatro municípios integrantes, Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi, o METROPLAN visava ações conjuntas em diversas áreas, com o objetivo de unificar o controle do processo de planejamento metropolitano, possibilitar o gerenciamento racional

dos problemas comuns à região e fomentar o desenvolvimento econômico. O primeiro passo desse Consórcio com a assessoria técnica do IBAM, foi a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento metropolitano, que reuniu um importante conjunto de informações sobre a região, dando origem a várias leis municipais e planos específicos para cada município do Consórcio.

Guardava intenções de evoluir na proposta de criação de uma região metropolitana, dentro das premissas de um novo municipalismo, no qual a administração deixa de lado soluções individuais para buscar a integração e cooperação diante de um objetivo comum de desenvolvimento econômico e social.

Suas atividades foram financiadas pelos próprios municípios, porém com uma cota superior de Maringá, cujo prefeito de então foi o principal idealizador.

Ancorado no Plano realizado, o METROPLAN agenciou financiamentos federais, como aqueles para ligações viárias, programas de fundos de vales e dragagem, habitação popular, além do hospital regional reorientado para o Hospital Universitário de Maringá.

O forte vínculo entre o Plano e os gestores da época acabou se tornando um limitante para a sua continuidade. As novas administrações eleitas, de oposição, não deram prosseguimento, nem ao Plano nem ao Consórcio. O METROPLAN foi praticamente extinto em 1992, após a sucessão do Prefeito Ricardo Barros, na Prefeitura Municipal de Maringá.

Entretanto, a articulação Inter-Municipal idealizada na METRONOR e concretizada no METROPLAN permitiu o reconhecimento da dimensão regional por parte dos administradores locais e da própria sociedade.

Capítulo VI

ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA “REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ”

6.1 – Sicredi Metropolitano – Unindo Forças na RMM

Diante da crescente necessidade nos últimos anos de implantar programas no plano econômico e social voltados para a geração de empregos e atração de investimentos, experiências recentes vão surgindo como proposta de coesão de setores significativos da economia da região maringaense, pois apesar da produtividade entre as empresa, elas não visam mais vultuosos lucros, buscando sim, uma adequação relevante quanto às estratégias de produção e comercialização de seus produtos, almejando uma padronização da produção para angariar capitais que venham contribuir para uma ampliação do mercado consumidor e assim sobrepor-se a possíveis concorrentes.

Esse gerenciamento da produção esboçado em uma organização espacial refletiu em uma soma de forças, alicerçando na região de Maringá a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções da Região Metropolitana de Maringá – SICREDI Metropolitano.

Esta cooperativa foi constituída em 14 de junho de 1999, fundamentada no artigo 11, da lei nº 5764 de 16/12/71, tendo como bases legais o Programa de Autogestão celebrado entre a OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, em convênio com a Cooperativa Central de Crédito do Paraná – SICREDI.

A área de ação da Cooperativa tomou como base os municípios que foram inseridos na instituída Região Metropolitana de Maringá: Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Paiçandu, Sarandi, e a cidade sede que é Maringá, totalizando 1034 cooperados.

A proposta da cooperativa gerou os seguintes objetivos:

a) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

b) incentivar a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

c) fomentar a busca permanente de soluções através de atuação integrada no segmento, colocando em prática os instrumentos de engenharia financeira que contribuam para alavancar e modernizar o modelo de crédito urbano;

d) assegurar a complementação de prestação de serviços comuns ao segmento e crédito cooperativo, através da filiação à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO PARANÁ – SICREDI CENTRAL-PR e da ação e participação no Sistema Integrado de Crédito Cooperativo do Paraná – SICREDI-PR;

e) buscar a obtenção de fontes alternativas de recursos, obedecidos a legislação pertinente, este Estatuto e as normas internas do SICREDI-PR.

Neste sentido, busca-se com esta criação a integração, tanto horizontal como vertical, com o propósito de administrar em conjunto, os recursos financeiros gerados pela atividade destes associados.

Surge assim, mais um revelador⁹⁶ de que não há um simples fato isolado de buscar a integração de espaços afins, mas adicionando outras demandas de outros segmentos, vai-se em etapas, galgando novas relações com afinidades próprias dentro da reorganização socioeconômica e espacial da aglomeração urbana de Maringá e os municípios que permutam produtos e serviços diariamente.

⁹⁶ A empresa não forneceu dados com o número de associados de cada município.

6.2 – Centralização ou Descentralização – Como Pensar o Serviço Médico-Hospitalar na RMM

As interpretações das diferenças socioeconômicas entre as diversas aglomerações urbanas envolvidas no objeto em questão, remete a uma funcionalidade conjuntural de trocas e ao mesmo tempo de particularização dos papéis, pois diferentes segmentos acabam por caracterizar o perfil de cada espaço e a sua função específica em relação aos demais.

As relações sociais estabelecidas por Maringá, decorrem de sua criação, pois tornou-se uma cidade pólo que exerce significativa influência nos municípios vizinhos. Em decorrência de seu “peso demográfico” e sua força política e econômica, Maringá apresenta uma sistemática urbana que possibilita justapor gêneros diferenciados de funções.

Neste sentido busca-se engendrar uma argumentação diante das compartimentações que podem-se apresentar em um importante centro urbano, a questão da saúde e o volume de serviços que ela representa diante das demandas populacionais da região de Maringá.

A despeito da reflexão que nos permite esta questão, apresentamos aqui as palavras de Marques (1999) que alude ao âmago da estrutura na área de saúde.

“Maringá, projetada para se constituir como um centro urbano importante na região, cresceu sustentada por esse projeto político, tanto privado quanto público. A atuação, portanto, do Estado em diversas áreas, inclusive nas políticas de saúde, vai se dar, em um primeiro momento, limitada pelos interesses da iniciativa privada e, mais tarde, com uma intervenção centralizadora na tentativa de resolver os problemas de saúde que o próprio projeto colonizador criou.”⁹⁷

Estando a iniciativa privada fortemente atrelada à estruturação dos aparatos necessários ao atendimento da sociedade local, a mesma caracterizou-se essencialmente como privada e excludente até que o Estado viu-se ameaçado

⁹⁷ MARQUES, Maria C. C. A construção histórica da saúde em Maringá. In: Dias. Reginaldo B. (org.). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999.

por um perfil sanitário que colocaria em risco o projeto econômico de colonização estabelecido na região.

No período inicial da ocupação regional, os atendimentos médico-hospitalares mais complexos eram realizados em Mandaguari e Londrina, pois essas cidades já possuíam hospitais e outros serviços de saúde. Em 1945 e 1946 chegaram a Maringá os primeiros médicos, que também foram responsáveis pelos primeiros hospitais: Hospital Santa Cruz e Casa de Saúde e Maternidade Maringá. Nos anos subseqüentes instalaram-se as primeiras farmácias e os primeiros odontólogos.

Em 1954 foi criado o posto de saúde e, assim, foram estruturando-se campanhas de saneamento e vacinação. Não obstante, no ano de 1969, já havia uma estrutura de serviços particulares bem definida e foi neste ano que a Prefeitura Municipal de Maringá instalou a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Na década de 1970 a cidade apresentava uma das melhores atividades médico-hospitalares do Norte do Paraná.

Hoje, Maringá conta com 9 hospitais, sendo 8 deles da rede privada e 01 público. Além do que a prefeitura está estruturada com 21 unidades básicas e duas unidades mistas de postos de saúde.

Em diferentes localidades, pequenas, médias ou grandes existe a constante precariedade de uma significativa parcela da população, a qual é excluída da satisfação das necessidades mais básicas como saúde, educação e moradia, e é diante desse universo de flexibilidade que os setores imprescindíveis da sociedade vão criando uma trajetória de arranjos que procuram suprir a demanda estabelecida em setores como o da saúde.

Deste modo Maringá estabeleceu uma condição de supremacia diante dos municípios que lhe estão próximos no sentido de que a oferta de bens e serviços torna-se muito significativa quando se considera a oferta de aparatos assistenciais tanto do setor público quanto do privado, pois a própria demanda estabelece o desenvolvimento dos mesmos, criando um ciclo de consumo.

No entanto, é importante salientar que os próprios municípios que são polarizados por Maringá, também fornecem dentro de sua capacidade uma troca, troca no sentido de que proporcionalmente a sua população em algumas

situações oferece ociosidade da estrutura médico-hospitalar do município acabando por gerar disponibilidade e abertura para que pessoas do pólo ou de outros municípios venham usufruir da disponibilidade de vagas.

Fazendo referências a essa situação, percebe-se (TABELA 7) no período de 1 ano, que todos os municípios envolvidos neste objeto de estudo, com exceção do município de Ângulo⁹⁸, apresentaram internamentos. Os que apresentaram um menor número foram Mandaguaçu com 195 no total, e Iguaçu com 224 internamentos. Com exceção de Maringá, o município que apresentou um número maior foi o de Sarandi, com 2164 internamentos, seguido por Paiçandu com 1476 internamentos e Mandaguari com 1244 internamentos. O fato de Sarandi apresentar um saldo tão significativo é perfeitamente justificável pela excelente estrutura que oferece: 11 UTIs ,100 leitos , dos quais 25 são disponibilizados para o SUS. Se considerarmos a disponibilidade existente de outros leitos em outros municípios, é possível perceber que o fluxo torna-se maior quando consideramos a curta distância estabelecida entre o centro-médico de Maringá com Sarandi.

Os números de internamento de Maringá estão muito à frente dos demais municípios em questão, por vários motivos: a população do pólo é igual a 288.465 habitantes (Censo, 2000); a estrutura médico-hospitalar hoje está representada por 9 hospitais que oferecem à sociedade 1073 leitos de atendimentos, dos quais 676 são direcionados para o SUS e também que a Central de leitos do SUS, sediada em Maringá, além de atender a sua própria regional (15^a), atende também outras regionais do Paraná, envolvendo pacientes de dezenas de municípios, justificando os 3 341 internamentos elencados na tabela 7. Ademais, face à qualificação dos serviços médico-hospitalares, soma-se a forte centralidade exercida por Maringá.

⁹⁸ O município de Ângulo não apresentou índices de internamento porque não tem hospital.

TABELA 07 – Procedência e Direcionamento de Pacientes para Internamento Através da 15ª Regional de Saúde

		Municípios que internaram pacientes de outras cidades no período de maio de 2000 a abril de 2001						
		Iguaraçu	Mandaguari	Mandaguaçu	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi
Municípios que tiveram internamentos nos municípios da RMM	Ângulo	2	5	-	2	51	7	10
	Iguaraçu	-	9	-	-	54	10	9
	Mandaguari	-	-	1	9	226	7	48
	Mandaguaçu	-	18	-	3	192	15	23
	Marialva	-	44	1	-	184	23	267
	Maringá	208	492	94	514	-	783	1 458
	Paiçandu	1	26	41	3	494	-	47
	Sarandi	8	48	2	100	801	355	-
	Outros	5	602	56	25	3 341	276	302
	TOTAL	224	1 244	195	656	5 343	1 476	2 164

FONTE: 15ª Regional de Saúde de Maringá, 2001.
Org.: VERCEZI, J. T.

Referenciando os municípios da RMM, ganham destaque no número de internamentos pelo SUS, Sarandi com 801 casos e Paiçandu com 494 internamentos, Mandaguari fica em terceiro lugar com 226 casos, Mandaguaçu com 192 fica em quarto lugar, Marialva fica com 184 internamentos e em quinto lugar em relação aos demais. Com 54 internamentos fica Iguaraçu e 51 o município de Ângulo.

Convém salientar que a análise da tabela 7 poderá acarretar a seguinte indagação: se os municípios oferecem um determinado número de leitos, porque aparecem internamentos de pacientes do seu município nos demais e vice-versa? A resposta está na atuação da central de leitos que encaminha o paciente onde há disponibilidade de vagas para internamentos.

Dos 2164 internamentos feitos no Hospital Metropolitano de Sarandi, cerca de 67% são provenientes de Maringá, 12,3% de Marialva e 13,9% vieram de vários municípios que não compõem a instituída Região Metropolitana de Maringá, mas que estão sendo assistidos pela Central do SUS em Maringá. Os demais municípios apresentaram internamentos, porém com números menos significativos, sendo justificável pela presença de hospitais em seus próprios municípios, com exceção de Ângulo, conforme o esclarecido anterior.

O município de Paiçandu apresentou no período analisado 1476 internações, convém salientar que o número de vagas oferecido ao convênio é de 62 leitos. A estrutura do hospital São José é recente, foi inaugurado em 1998, trazendo ao município maior conforto e comodidade com um aparato médico-hospitalar mais atualizado e melhor estruturado. Antes da inauguração desse hospital, havia o Hospital Samaritano que encerrou suas atividades no mesmo período em que o atual hospital entrou em funcionamento.

O maior número de internamentos em Paiçandu, partiu de Maringá com 783 e Sarandi com 355 casos.

A distância apresentada no trajeto entre Maringá e Paiçandu é de 7 Km e Sarandi 9Km, contribuindo na agilidade de atendimentos entre esses municípios, que hoje apresentam uma significativa conurbação entre si.

Fazendo referência aos 1244 internamentos realizados em Mandaguari, é possível destacar uma maior descentralização dos municípios atendidos. Hoje o município conta com 3 hospitais, o Hospital Geral de Mandaguari que entrou em funcionamento em 1968 e atualmente disponibiliza 42 leitos, o Hospital Cristo Rei, fundado em 1960, que hoje oferece 44 leitos, dos quais 35 estão a disposição do SUS e ainda o Hospital Marina Brianez.⁹⁹

Dos municípios analisados na tabela 7, Mandaguari foi o que proporcionalmente ao número de internamentos apresentou a menor quantidade de pacientes vindos de Maringá, com 492 casos, tendo destaque o total de outros municípios que não integram a RMM, com 602 internamentos.

Com a oferta de aproximadamente 270 leitos disponibilizados na RMM com exceção de Maringá, Marialva apresentou, com seus dois hospitais, a Casa de Saúde e o Hospital São Pedro, um atendimento entre o ano 2000 e 2001 de 514 internamentos vindos de Maringá; Sarandi também apresentou uma certa significância nos atendimentos em Marialva, onde se registraram 100 internamentos. Torna-se possível evidenciar com estes dados que a coerência na proximidade entre esses municípios tornou-se relevante, pois os demais apresentaram uma pequena participação conforme retratado na tabela.

⁹⁹ O Hospital Marina Brianez não disponibilizou informações por julgar as mesmas como sendo restritas ao hospital.

A cidade de Iguaçu, praticamente disponibilizou os seus leitos do Hospital Menino Jesus, para os enfermos de Maringá, registrando 208 atendimentos, 8 pessoas de Sarandi internaram-se em Iguaçu e os demais municípios apresentaram baixa utilização dos serviços, quando não, como é o caso de Marialva, Madaguaçu e Mandaguari, não apresentaram nenhum internamento.

Através da análise e entendimento dessas relações estabelecidas pelo cotidiano influenciável das estruturas organizacionais do público e até mesmo do privado, destacamos as palavras de Santos (1996) quando refere-se às relações como possibilidades do meio ao qual se está inserido.

“A co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas estruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente.”¹⁰⁰

Com o perfil relatado anteriormente (TABELA 07), busca-se a compreensão das relações que vão se estabelecendo entre os municípios da RMM. Neste sentido, ainda referenciando a área de saúde como um dos instrumentos para averiguação das relações estabelecidas em uma possível Região Metropolitana, analisou-se a tabela 08 com a procedência de pacientes do Hospital Universitário de Maringá no período que englobam 9 meses, estabelecidos entre janeiro a setembro de 2001.

TABELA 08 – Procedência de Pacientes do Hospital Universitário de Maringá dos Municípios que Compõem a RMM – Janeiro a Setembro / 2001

Município	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Total Geral	
	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I	AA	I		%
Ângulo	2	2	4	2	5	-	4	-	8	1	8	1	5	2	9	-	4	1	58	0,5
Iguaçu	4	1	1	3	8	3	7	6	4	2	5	1	12	-	6	3	7	1	74	0,6
Mandaguaçu	15	2	12	5	36	5	25	5	26	3	25	5	32	5	31	5	28	2	267	2,2
Mandaguari	21	1	14	6	16	3	21	2	23	1	26	1	26	3	29	8	12	2	215	1,8
Marialva	7	1	13	1	22	3	13	4	23	6	20	3	21	5	19	3	21	-	185	1,6
Maringá	503	235	551	177	969	249	900	252	1018	225	943	235	1052	220	1132	203	685	207	9756	31,6
Paçandu	33	10	46	9	48	18	51	9	63	12	63	17	87	13	98	10	51	12	650	5,4
Sarandi	40	5	62	7	90	16	60	16	72	12	81	20	69	15	105	11	56	9	746	6,3
Total	625	257	703	210	1194	297	1081	294	1237	262	1171	283	1304	263	1429	243	864	234	11951	100

FONTE: Hospital Universitário Regional - Universidade Estadual de Maringá, 2001.
Org.: VERCEZI, J. T.

¹⁰⁰ SANTOS, Milton. A Natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção. 1996 p. 256

O Hospital Universitário - HU, fruto de uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá e a Prefeitura Municipal de Maringá, objetivou a criação de uma unidade hospitalar denominada Pronto Socorro com características de um hospital-escola que atualmente presta assistência à saúde de forma ininterrupta, prioritariamente às urgências e internações de curta permanência, decorrentes da procura espontânea e dos encaminhamentos da rede ambulatorial de Maringá e região. O HU disponibiliza hoje 74 leitos para internação.

Dos serviços prestados à sociedade, foram levantados dados referentes aos atendimentos ambulatoriais que são as consultas especializadas e as internações clínicas. Os atendimentos ambulatoriais somaram um total de 9.608 atendimentos, enquanto que as internações seguiram uma ordem de 2.343 casos, totalizando 11.951 registros no período. Os números de internamentos ao mês seguiram uma média de 260 ocorrências, sendo que o mês de março apresentou o maior número, com 297 casos. Os atendimentos ambulatoriais perfizeram uma média de 1.067 casos no período, tendo o mês de agosto destaque, pois apresentou 1.429 atendimentos.

Em relação ao total geral de atendimentos aos municípios que integram a RMM, Maringá apresentou 81,6% dos serviços prestados, o que equivaleria atender 3,3% da população maringaense que é 288.465 habitantes. Sarandi teve 6,2%, Paiçandu 5,4%, estes municípios apresentam índices mais significativos, quando considera-se a proximidade e a intensidade de relações que os mesmos estabelecem com Maringá e com o fluxo diário que se apresenta.

Mandaguaçu, por apresentar uma proximidade também significativa e por apresentar um número de trabalhadores bastante representativos na cidade de Maringá, estabeleceu uma porcentagem de 2,2%. Marialva e Mandaguari na proporção da sua população, não utilizaram consideravelmente os serviços do HU, estabelecendo 1,54% e 1,79%. Já os municípios de Ângulo e Iguaçu são os que estabeleceram a menor utilização dos serviços, apresentando 0,48% e 0,6%, respectivamente.

A porcentagem apresentada da participação dos municípios com exceção de Maringá na utilização do serviço médico-hospitalar do HU (TABELA

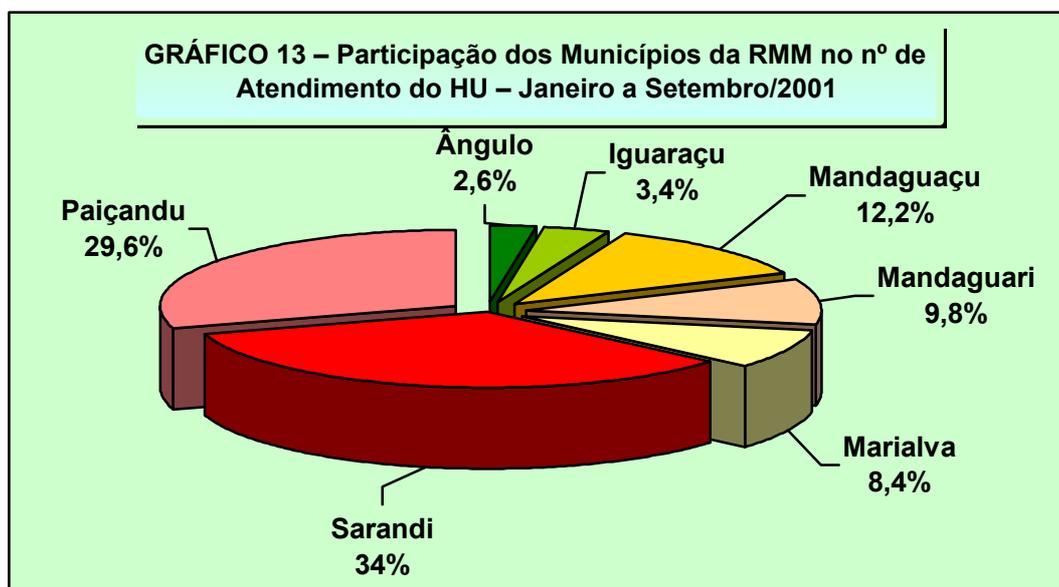
09 e GRÁFICO 13), permitiu fazer um atrelamento dos percentuais encontrados, ao distanciamento que cada município apresenta em relação à Maringá, quanto mais próximo, maior o percentual. Sarandi apresentou 33,9%, apresentando um maior fluxo de pacientes; Paçandu apresentou o segundo maior percentual, com 29,6%; Mandaguaçu apresentou o terceiro maior percentual em aproveitamento, principalmente nos atendimentos ambulatoriais com 230 consultas, perfazendo no total 12,16%.

TABELA 09 – Participação dos Municípios no Número de Atendimentos do HU – Janeiro a Setembro / 2001

Município	AA	I	Total (AA + I)	%
Ângulo	49	9	58	2,6
Iguaraçu	54	20	74	3,4
Mandaguaçu	230	37	267	12,2
Mandaguari	188	27	215	9,8
Marialva	159	26	185	8,4
Paçandu	540	110	650	29,6
Sarandi	635	111	746	34
Total	1855	340	2195	100

FONTE: Hospital Universitário Regional - UEM, 2001.

Org.: VERCEZI, J. T.



FONTE: Hospital Universitário / Universidade Estadual de Maringá, 2001.

Org.: VERCEZI, J. T.

A porcentagem de 9,8% foi apresentada por Mandaguari, retratando uma menor relação com Maringá, Marialva também teve fraca utilização dos serviços do HU. De todos os municípios, os que apresentaram menor fluxo e utilização dos serviços são Iguaraçu com 3,37% e Ângulo com 2,64%. Deve-se levar em consideração neste baixo percentual, a distância desses municípios em relação a Maringá e a inexpressiva população apresentada por eles.

Entre os dados analisados evidenciou-se a utilização do hospital mais para atendimentos ambulatoriais do que para internamentos, justificando que o número de casos mais sérios ou que exigem uma intervenção mais imediata foram menores.

Em busca de melhor compreender as relações estabelecidas entre esses municípios e assim averiguar a intensidade com que se estabelece o envolvimento entre eles, intencionalmente aborda-se o número de pacientes que são transferidos do HU para outras localidades da RMM, conforme dados apresentados na tabela 10.

**TABELA 10 – Pacientes Transferidos pelo Hospital Universitário Regional de Maringá para Internação em outros Hospitais – Janeiro a Setembro / 2001
Fora de Maringá**

Cidade	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%														
Iguaraçu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,9	1	0,7	2	1,2	1	0,8	-	-	5	0,4
Mandaguaiçu	-	-	1	0,7	2	1,3	-	-	-	-	-	-	2	1,2	1	0,8	-	-	6	0,5
Mandaguari	38	23,8	27	19,9	16	10,9	20	14,6	27	25,5	28	20,1	24	14,5	16	13,2	13	16,5	209	17,6
Marialva	17	10,6	10	7,4	11	7,5	24	17,5	3	2,8	32	23,0	28	16,9	20	16,5	11	13,9	156	13,1
Paiçandu	21	13,1	21	15,4	21	14,3	10	7,3	11	10,4	19	13,7	25	15,1	14	11,6	4	5,1	146	12,3
Sarandi	55	34,4	49	36,0	53	36,1	47	34,3	21	19,8	32	23,0	56	33,7	42	34,7	33	41,8	388	32,6
Outros	29	18,1	28	20,6	44	29,9	36	26,3	43	40,6	27	19,5	29	17,5	27	22,3	18	22,7	281	23,5
TOTAL	160	100	136	100	147	100	137	100	106	100	139	100	166	100	121	100	79	100	1191	100

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde de Maringá, Hospital Universitário, 2001.
Org.: VERCEZI, J. T.

É possível perceber que os redirecionamentos de alguns municípios não são recíprocos ao percentual encontrado dos pacientes que são atendidos pelo HU. A princípio, Ângulo não recebe transferências pois não tem hospital. Iguaraçu apresentou um percentual de 0,4% estabelecendo internações em

quatro meses, sendo que só no mês de julho internou pacientes. Mandaguaçu, apresentou 0,5% do total de transferências, dos sete meses analisados, só em quatro deles houve registros.

Ao considerar a reciprocidade nos percentuais, apenas Sarandi estabeleceu praticamente o mesmo patamar, apresentando 32,58% dos casos, evidenciando mais uma vez a forte relação estabelecida com Maringá.

Mandaguari, por ter um número significativo de leitos disponíveis mais recebe pacientes do que envia, apresentou o segundo maior percentual, 17,5% de pacientes que foram transferidos pelo HU.

Marialva, recebeu 13,1% dos pacientes do HU, ficando em terceiro lugar, já Paiçandu, município que ficou em segundo lugar nos internamentos do HU, só recebeu 12,26% dos pacientes transferidos pelo HU.

Na tabela 10, os 23,59% encontrados da soma dos outros municípios não devem ter valorização significativa, pois resultou da internação de muitos outros municípios que não fazem parte do objeto de estudo.

Além dos pacientes do HU, resgatou-se também dados do Núcleo Integrado de Saúde (NIS-III) de propriedade do município, (TABELA 11), que redirecionou pacientes para três município que integram a Região Metropolitana de Maringá, dentre os quais a cidade de Mandaguari foi a que acolheu um maior número de pacientes com 43,5% do total de encaminhamentos, Sarandi recebeu 29,56% e Paiçandu que só registrou casos equivalendo a 1,35%, os restantes 29,6% foram encaminhados para outros municípios da Região mas que não fazem parte da RMM. Do número de internamentos no período, o mês de agosto foi o que apresentou um maior número de encaminhamentos, totalizando 19,7%.

TABELA 11 – Pacientes Encaminhados pelo NIS III Zona Norte de Maringá Para Internação Ortopédica – Janeiro a Setembro / 2001 Fora de Maringá

Cidade	Hospital	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Total	
		Nº	%	Nº	%																
Sdi	Hospital Metropolitano	3	16,6	7	43,7	13	38,2	2	8,7	3	12,5	9	33,3	5	22,7	12	27,3	3	20	57	25,6
Mri	H. Geral	9	50,0	4	25,0	8	23,5	7	30,4	5	20,8	13	48,2	10	45,5	19	43,2	2	13,3	77	34,5
	H. Cristo Rei	-	-	1	6,3	-	-	2	8,7	10	41,7	-	-	-	-	1	2,1	6	40	20	8,9
Pdu	H. São José	1	5,6	-	-	2	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1,4
Outras	Outros	5	27,8	4	25,0	11	32,4	12	52,2	6	25	5	18,5	7	31,8	12	27,3	4	26,7	66	29,6
Total		18	100	16	100	34	100	23	100	24	100	27	100	22	100	44	100	15	100	223	100

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde de Maringá, 2001.
Org.: VERCEZI, J. T.

A particularidade resultante dos números analisados há pouco permite retratar a descentralização da saúde como forma de aliviar a estrutura médico-hospitalar via SUS, da cidade de Maringá, assim os municípios que dispõem de uma maior possibilidade de atendimento, acabam por “desafogar” o sistema, gerando satisfação à sociedade. Convém salientar que esses atendimentos realizados nos municípios polarizados por Maringá só são possíveis devido a ociosidade que em muito momentos se apresentam na estrutura médico-hospitalar do próprio local.

6.3 – CIDERMMA – A Mobilidade Funcional Refletida em um Consórcio

As configurações regionais e urbanas resultantes de processos evolutivos funcionais das aglomerações populacionais expressam fluxos de inúmeras naturezas. O foco que será esboçado seguirá a integração de espaços através dos fluxos relacionados principalmente à saúde, embora a proposta também atrele os transportes e o lixo urbano, buscando articular o planejamento e desenvolvimento regional.

Fazendo referências à essa questão, o IPEA (2000), coloca:

“... o entendimento do processo de formação dos centros urbanos e dos conjuntos que estes constituem, ao articularem as relações de produção, troca e de comunicação, propiciam, com isso, uma aproximação bastante detalhada da divisão de trabalho e das formas de organização da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de valioso instrumento para o planejamento, que objetiva tanto o incremento da acumulação, quanto a redução das disparidades resultantes dessa acumulação.”¹⁰¹

A materialização das relações começam a acontecer como forma de integração da RMM, na proposta constituída em 20 de outubro de 1989 entre os municípios de Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi como reflexo do extinto METROPLAN e foi desativada em janeiro de 1993 por questões meramente

¹⁰¹ IPEA –Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: sul. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000. p. 25.

políticas, pois as mudanças de governo municipal não permitiram a continuidade do projeto.

O consórcio ora firmado baseou-se nos termos do Artigo III da Constituição Estadual e do artigo 30 da Lei Orgânica dos Municípios, seguindo normas definidas no Estatuto (ANEXO 2), evidenciando a forma jurídica de uma Associação Civil sem fins lucrativos, a qual tem como área de atuação a unidade dos territórios dos municípios que o integram, não havendo limites intermunicipais diante da finalidade proposta, mas resguardando as autonomias municipais.

O consórcio (CIDERMMA) estabelece como finalidade:

*“I – representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assunto de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais;
II – promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade de vida e no desenvolvimento dos Municípios consorciados;
III – desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados pelo Conselho de município;”¹⁰²*

Passados praticamente quatro anos e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá – CIDERMMA foi ativado. Em julho de 1997, a ativação ocorreu com a integração de outros municípios que outrora não faziam parte, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Paiçandu, e Sarandi, assistindo a uma população, que naquele ano era de 431.175 habitantes, hoje, é de 473.897 habitantes.

Os primeiros serviços firmados foram direcionados para a reestruturação e adaptação do consórcio aos novos integrantes e assessoramento a algumas iniciativas, conforme relatório em anexo. Dentre as mais significativas atuações do consórcio está a aquisição de serviços de saúde para suprir as necessidades dos municípios consorciados para três meses, resultando em 2492 consultas especializadas e 894 exames especializados.

¹⁰² CIDERMMA. Estatuto. 1997. p.2

Com sede e foro na cidade de Maringá, o consórcio retrata atualmente a concretização de uma postura integrada no propósito de atender a sociedade quanto às suas necessidades básicas na área de saúde.

De 1998 ao ano 2000, o CIDERMMA contribuiu com atendimento médico-hospitalar em 58.803 pacientes no total, no qual deve-se considerar consultas, exames e cirurgias (TABELA 12).

Esses atendimentos que são repassados para a população, advêm de valores pagos pelas prefeituras todos os meses, se houver inadimplência por parte da prefeitura, a população daquele município não pode beneficiar-se com os serviços salvo se os demais municípios consorciados permitirem.

TABELA 12 – RMM – Atendimento pelo Cidermma na Área Médico-Hospitalar

Município	População	%	1 998	1 999	2 000	Total	%
Ângulo	2 838	0,60	274	368	196	838	1,43
Iguaraçu	3 590	0,75	272	365	854	1 491	2,54
Mandaguaçu	16 798	3,54	428	1 053	2 099	3 580	6,09
Mandaguari	31 359	6,62	260	335	248	843	1,43
Marialva	28 728	6,06	752	150	-	902	1,53
Maringá	288 465	60,88	6 493	12 505	16 053	35 051	59,60
Paiçandu	30 727	6,48	998	2 111	2 946	6 055	10,30
Sarandi	71 392	15,07	3 746	4 659	1 638	10 043	17,08
TOTAL	473 897	100	13 223	21 546	24 034	58 803	100

FONTE: CIDERMA, Demonstrativo de consultas, exames e cirurgias período 1998 a 2000- in loco. Org.: VERCEZI, J. T.

Dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá, o que apresentou maior utilização do consórcio foi Maringá com 59,6%, o índice é o mais elevado porque a população também é maior com 60,9% dos 473.897 habitantes. Entre os municípios que estabelecem relações com Maringá, o mais significativo foi Sarandi com 17,1 e logo em seguida Paiçandu com 10,3%, justamente esses dois municípios são os que apresentam um significativo grau de conurbação com Maringá. Mandaguaçu apresentou uma utilização de 6,1% do total, não representado uma significativa participação, pois sua população representa somente 3,6% da população total da RMM. Marialva e Mandaguari apresentam 1,5% e 1,4% respectivamente. Mandaguari representa 6,6% da população total do objeto de estudo e os percentuais baixos de utilização do consórcio são plenamente justificáveis pela

considerável autonomia que o município apresenta na área médico-hospital. Marialva apresentou uma baixa percentagem devido a ausência de dados em 2000.¹⁰³

Iguaraçu e Ângulo, apresentaram percentuais bem próximos um do outro 2,5% e 1,4%, números condizentes com a pequena população apresentada pelos municípios, estabelecendo uma fraca relação com a cidade pólo de Maringá, onde está situada a sede do consórcio e onde a maioria dos serviços são prestados.

Do período analisado é possível constatar que o número de serviços médico-hospitalares atendidos só tem aumentado a cada ano, possibilitando concluir que a eficácia do consórcio tem surtido efeitos positivos na relação que vem se estabelecendo dentro da RMM.

6.4 – Do Educacional para o Social – A Busca do Aprimoramento Pessoal como Instrumento da Produção

Da perspectiva social, o comportamento voltado à alfabetização e escolaridade em um âmbito bastante significativo reporta-se aos indicadores não muito positivos apresentados no trabalho Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Região Sul (2000), em que se constatou dentro do Norte-Central Paranaense, região a qual pertence Maringá e mais 78 municípios que:

*“A proporção de adultos alfabetizados, 83,88%, é comparativamente baixa, assim como a média de anos de estudo, 4,1 anos. Nesse caso, verifica-se também grande diferença entre os municípios, com extremos de 2,9 a 5,7 anos de estudo, favorecendo os pólos e principais centros”.*¹⁰⁴

O fato de os municípios que integram a instituída RMM apresentar um índice de escolaridade de 82,58% faz com que tenhamos uma dimensão quanto à

¹⁰³ Com a aproximação da mudança do governo municipal, houve um desentendimento político com o consórcio e conseqüentemente a prefeitura de Marialva não fez os pagamentos referentes ao período, impossibilitando a oferta de serviços do consórcio para a população marialvense.

¹⁰⁴ IPEA e Outros. op. cit. 2000. p. 102

valorização dos estudos um tanto colocado à margem dos objetivos norteadores da grande maioria da população em questão, pois esse índice poderia ser bem maior, se houvesse uma melhoria nas condições de vida da maioria da população.

Para que houvesse um relativo aprofundamento na discussão sobre a escolarização, buscou-se uma amostragem da participação de alunos que residem nos municípios polarizados por Maringá e que foram engajados na proposta de metropolização. Considerando as amostragens apresentadas na tabela 13 de alunos que estudam no ensino fundamental e médio do setor privado de Maringá¹⁰⁵, constatou-se que Marialva foi o município que apresentou perfil significativo na utilização desse serviço na cidade pólo de Maringá, com 48,4% do total de alunos do município, seguido por Mandaguaçu com 20,5% e Paiçandú com 15,2%. Com participação pouco expressiva, constatamos a cidade de Sarandi com 7,3%, Ângulo com 7,3%, Mandaguari com 1,3% e Iguaçu que não apresentou participação.

TABELA 13 – Amostra da Participação de Alunos que Estudam na Rede de Ensino Privado e que Residem nos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	Nº DE ALUNOS *	% DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL	% DO TOTAL
MARIALVA	28 728	73	0,254	48,4
MANDAGUARI	31 359	2	0,006	1,3
PAIÇANDU	30 727	23	0,074	15,2
MANDAGUAÇU	16 798	31	0,184	20,5
ÂNGULO	2 838	11	0,065	7,3
SARANDI	71 392	11	0,387	7,3
IGUAÇU	3 590	-	-	0,0
TOTAL	185 432	151	0,081	100

FONTE: Colégio Marista, Colégio Objetivo e Colégio Regina Mundi. Ano letivo de 2001.¹⁰⁶
Org.: VERCEZI, J. T.

¹⁰⁵ Foram coletados dados dos Colégios Marista, Regina Mundi e Objetivo. Quanto aos dados do Colégio Marista, há incertezas na fidelidade dos dados, pois os mesmos foram relacionados pela funcionária do colégio, alegando não poder disponibilizar o cadastro com a origem (cidades em que residem) dos alunos, sendo estes ínfimos se considerarmos o renome do Colégio não só em Maringá, mas em toda região e também o grande número de alunos que o mesmo possui. Nos Colégios Regina Mundi e Objetivo, foram fornecidos os cadastros dos alunos, favorecendo uma quantificação bastante fiel.

¹⁰⁶ Foram coletados dados de três instituições de ensino do setor privado, considerando desde a 5ª Série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

Convém esclarecer que existem outras escolas particulares em Maringá que podem congregam um outro perfil quanto ao número de alunos que fazem uso do ensino privado, vindos destas cidades. No município de Sarandi há uma população significativa, entretanto por apresentar características ainda bastante fortes de cidade dormitório, reflete na população de trabalhadores com renda relativamente baixa que não disponibilizam de capital a ser investido em educação, logo a grande maioria dos adolescentes utilizam-se dos serviços oferecidos pelo governo, no próprio município, quando não, abandonam os estudos prematuramente, pois a escolha entre trabalhar para sobreviver e estudar não tarda a chegar para uma grande parte de crianças e adolescentes.

Considerando que Maringá é a cidade pólo e que apresenta maiores oportunidades de serviços dos mais variados setores, é possível constatar que a proporção de pessoas escolarizadas é maior, apresentando 86% de pessoas que fizeram um considerável período de estudos, enquanto Mandaguari apresenta 81,38%, Marialva 80,76%. Sarandi 80,19 e os demais municípios que integram a instituída Região Metropolitana de Maringá apresentam índices abaixo de 80% de qualquer tempo de escolaridade, conforme tabela 14.

Considerando que a região Sul e Sudeste do Brasil, são regiões com nível de desenvolvimento bastante relevante se considerarmos as outras regiões do país, os níveis de escolarização da região de Maringá poderiam apresentar-se com uma positividade maior em relação aos índices apresentados no censo de 1991.

As reflexões que resultam da necessidade de entender o comportamento da polarização de Maringá na rede de ensino, reporta-se à tabela 15, com dados coletados em instituições públicas e privadas na cidade pólo de Maringá. Analisando as informações é possível constatar que dos municípios referenciados, os que apresentam maior significância na participação no ensino superior é a cidade de Sarandi com 27,1%, cidade esta que apresenta um perfil de jovens trabalhadores e que buscam galgar melhores condições de vida tendo como base um diploma de terceiro grau.

TABELA 14 – Amostra da participação de Alunos que Estudam na Rede de Ensino Privado e Estatal de Nível Superior e que Residem nos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá

Municípios	População total dos municípios	Participação Total		Instituição Privada		Instituição Estatal		% do total de alunos
		nº total de alunos	% do município	nº de alunos	%	nº de alunos	%	
Ângulo	2 838	13	0,458	4	30,8	9	69,2	0,7
Iguaraçu	3 590	23	0,640	6	26,1	17	73,9	1,2
Mandaguaçu	16 798	274	1,631	45	16,4	229	83,6	14,5
Mandaguari	31 359	336	1,071	77	22,9	259	77,1	17,8
Marialva	28 728	475	1,653	123	25,9	352	74,1	25,2
Paíçandu	30 727	254	0,826	54	21,3	200	78,7	13,5
Sarandi	71 392	510	0,714	54	10,6	456	89,4	27,1
TOTAL	185 432	1 885	1,016	363	19,3	1522	80,7	100

FONTE: Instituições de ensino superior privado (CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá e Faculdades Nobel) e estatal (UEM – Universidade Estadual de Maringá) de Maringá. Ano letivo de 2001.

Org.: VERCEZI, J. T.

Marialva apresenta um percentual de 25,2% o que pode ser justificado pela condição de vida de grande parte da população que busca uma formação superior, este percentual reflete a forma de pensar de uma cidade conservadora que prima pela valorização do estudo, independente se muitos irão utilizar o curso como forma de sustento ou simplesmente ser uma pessoa graduada.

Mandaguari perfaz 17,8%, convém ressaltar que este município tem uma instituição de ensino superior privada que além de propiciar à população local os serviços, também atrai centenas de pessoas de outros municípios que estão próximos. Ressalta-se ainda que do percentual apresentado 77,1% utilizam-se do ensino público da Universidade Estadual de Maringá.

Na cidade de Mandaguaçu apenas 1,631% da população estão cursando o ensino superior, o que retrata um percentual do município em relação aos demais da região de 14,5%, entretanto, por ser um município que apresenta características de baixa população, é perfeitamente compreensível o percentual apontado anteriormente.

Paíçandu, uma cidade que apresenta evidências de “dormitório” pois muitas pessoas têm seus afazeres diários no município de Maringá, saindo de Paíçandu pela manhã e só retornando no final dos seus compromissos, e por

estar praticamente conurbado com Maringá apresenta uma participação da população estudantil nas instituições analisadas com percentual de 0,0826%. Os números esboçam uma população pouco direcionada a conquistar estudos no grau superior. Dos municípios referenciados, Paiçandu elenca o quinto lugar dentre os sete municípios envolvidos com 13,5%.

Com uma participação pouco expressiva ficam os municípios de Ângulo e Iguaraçu, obedecendo respectivamente 0,7% e 1,2% no envolvimento de sua população estudantil ao nível de ensino superior proporcionalmente aos demais municípios que retratamos na questão.

No município de Iguaraçu o envolvimento ao nível de ensino superior é muito baixo, pois em relação aos dados colhidos, apenas 1,2% do total apresentado são do município, mas é importante lembrar que o município apresenta uma população de 3.590 habitantes, mesmo fazendo esta consideração, percebemos que em relação à tabela que reporta-se aos anos de estudo, o município apresenta na classificação de “15 anos ou mais” apenas 1,61% da população, o que nos leva a considerar que o perfil da população não é de pessoas que buscam um aprofundamento maior nos estudos.

No perfil do município de Ângulo apenas 0,458% da população estão freqüentando as instituições utilizadas na amostragem, dados estes que não diferem muito com a tabela 15 que evidencia uma proporção de pessoas que cursam o terceiro grau na ordem de 0,73%, confirmando que o município realmente além de não apresentar um perfil de continuidade nos estudos, assim como a cidade de Iguaraçu, também não estabelece nesta área pesquisada, uma relação maior com a cidade pólo de Maringá.

Os dados analisados evidenciam o fluxo do maior número de alunos para a Universidade Estadual de Maringá, pois é bastante significativo o custeamento do aluno pelo governo, por se tratar de um ensino público superior. Dos municípios referenciados o que apresentou maior número de universitários foi o município de Sarandi com 89,4%, em contrapartida o menor envolvimento foi da cidade de Ângulo com 69,2%. Deve-se considerar também, que a instituição desenvolve sua prática desde de 1967 o que contabiliza mais de três décadas e atualmente oferece a comunidade estudantil uma vasta possibilidade de cursos,

totalizando 32 só no campus de Maringá que a cada ano contribui para o engajamento de dois mil e quinhentos novos alunos.

As instituições particulares consideradas nesta pesquisa congregam cerca de uma década de existência, como é o caso da CESUMAR que foi criada em 1990, e atualmente oferece 22 cursos que totalizam 1.685 vagas ao ano. A FACULDADE NOBEL iniciou a primeira turma em 1999 e nos dias atuais oferece 3 cursos que totalizam 420 vagas ao ano, o que faz com que por si só apresentem um percentual bem menor de alunos e é claro não devemos ignorar que boa parte da população que está pleiteando um lugar nas faculdades e universidades não apresentam condições de custear os seus estudos em instituições que cobram pelos serviços oferecidos.

Nestes três últimos anos foram implantadas mais seis faculdades em Maringá e na região, fazendo com que novas relações e oportunidades surjam para a comunidade que ambiciona um aprimoramento, estabelecendo uma nova ordem organizacional do espaço. Nas palavras de Santos (1996) constata-se que

*“no período atual, a “organização” das “coisas” passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental”.*¹⁰⁷

Hoje, esta questão apresenta-se com maior significância e maior urgência, pois o aprimoramento pessoal diante das inovações é imprescindível para que o indivíduo não seja colocado à margem do sistema.

¹⁰⁷ SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 1 ed. São Paulo, 1996, p.182.

TABELA 15 – Nível de Escolarização da População dos Municípios Polarizados por Maringá

Município	ANOS DE ESTUDO														Total	%
	Sem instrução e menos de 1 ano	%	1 a 3 anos	%	4 a 7 anos	%	8 a 10 anos	%	11 a 14 anos	%	15 anos ou mais	%	Não determinado	%		
Ângulo	506	20,76	627	25,72	765	31,38	354	14,53	162	6,64	18	0,73	6	0,24	2438	100
Iguaçu	605	19,19	773	24,52	926	29,37	383	12,15	345	10,94	51	1,61	69	2,18	3152	100
Mandaguçu	3154	21,18	3740	25,12	4924	33,07	1486	9,98	1166	7,83	278	1,86	138	0,92	14886	100
Mandaguari	4797	18,09	5847	22,06	8824	33,28	3363	12,69	2804	10,57	739	2,78	142	0,53	26516	100
Marialva	4279	18,20	5251	22,34	8084	34,38	2957	12,58	2168	9,21	529	2,24	247	1,05	23515	100
Paiçandu	5142	20,70	6097	24,55	9222	37,13	2741	11,04	1311	5,27	124	0,49	204	0,82	24841	100
Sarandi	10380	18,85	13267	24,10	21162	38,45	6704	12,18	2843	5,17	165	0,29	530	0,96	55051	100
Total	28 863	19,19	35 602	23,68	53 907	35,85	17 988	11,96	10 799	7,18	1 904	1,26	1 336	0,88	150 399	100
Maringá	32 896	13,14	41 841	16,71	76 377	30,52	41 582	16,62	39 090	15,62	16 367	6,53	2 168	0,86	250 321	100
Total Geral	61 759	15,41	77 443	19,33	130 284	32,51	59 570	14,87	49 889	12,45	18 271	4,56	3 504	0,87	400 720	100

FONTE: IBGE, 1991.

Adaptado por: VERCEZI, J. T.

6.5 – O Fluxo de Veículos Associados ao Consumo em Maringá

Diante do crescimento apresentado por inúmeras cidades brasileiras, torna-se possível perceber que os traçados da maioria dessas cidades não foram projetados para os atuais fluxos, principalmente de veículos que ora se apresentam.

Nessa perspectiva, o crescimento e a concentração urbana intensifica-se de acordo com o desenvolvimento econômico gerado pelas ações e pelos fluxos de uma localidade, direcionando toda uma dinâmica regional para evolução sustentada principalmente dentro do setor terciário da economia, por meio da especialização de serviços.

Ambicionando evidenciar a importância desempenhada por Maringá, como cidade planejada, polarizadora e que foi instituída como uma região metropolitana, retrata-se aqui o fluxo de veículos em lugares que refletem uma estreita relação com uma estrutura capitalista dinamizadora. Como tal, referencia-se shoppings, grandes supermercados e áreas centrais que apresentam um número elevado de atividades comerciais.

Nessa perspectiva, os levantamentos foram pautados em três diferentes localidades da área urbana de Maringá: um trecho da Avenida Brasil, que segue desde a Praça 7 de Setembro até a Praça Rocha Pombo (MAPA 11) . Esse trajeto representa uma concentração intensa de estabelecimentos comerciais que oferecem uma gama variadíssima de serviços, exercendo uma atração relevante de consumidores potenciais, não só da população maringaense, mas de toda região.

Faz-se pertinente nesse momento referenciar uma breve consideração sobre a formulação clássica da teoria das localidades centrais, apresentada na obra *Região de Influências das Cidades* (1987), pois a mesma contribui para uma melhor compreensão da importância da centralidade em uma aglomeração urbana.

“Formulada por Christaller¹⁰⁸ na década de 1930, a teoria em questão considera o conjunto de centros de uma região ou país – cidades, vilas, povoados e estabelecimentos comerciais isolados na zona rural – em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residente. Estes centros são denominados localidades centrais e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham.”¹⁰⁹

Além da área central, analisou-se também o Shopping Maringá, que embora localizado fora da área central, exerce atrativos sobre consumidores, pois além de agregar ao local um grande hipermercado, o BIG, também oferece uma rede de lojas, praça de alimentação e centro de diversões; o outro referencial foi o Atacadão, um grande supermercado que atende no atacado e no varejo, oferecendo uma grande variedade de produtos e um alto atendimento à população maringaense e da região.

A diversidade oferecida pela principal avenida comercial de Maringá, a Avenida Brasil, justifica a investigação realizada no presente trabalho, pois de forma abrangente torna-se possível averiguar, embora em amostras, a procedência de grande parte dos consumidores presentes nas datas referidas na tabela 16.

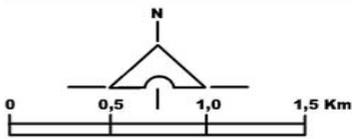
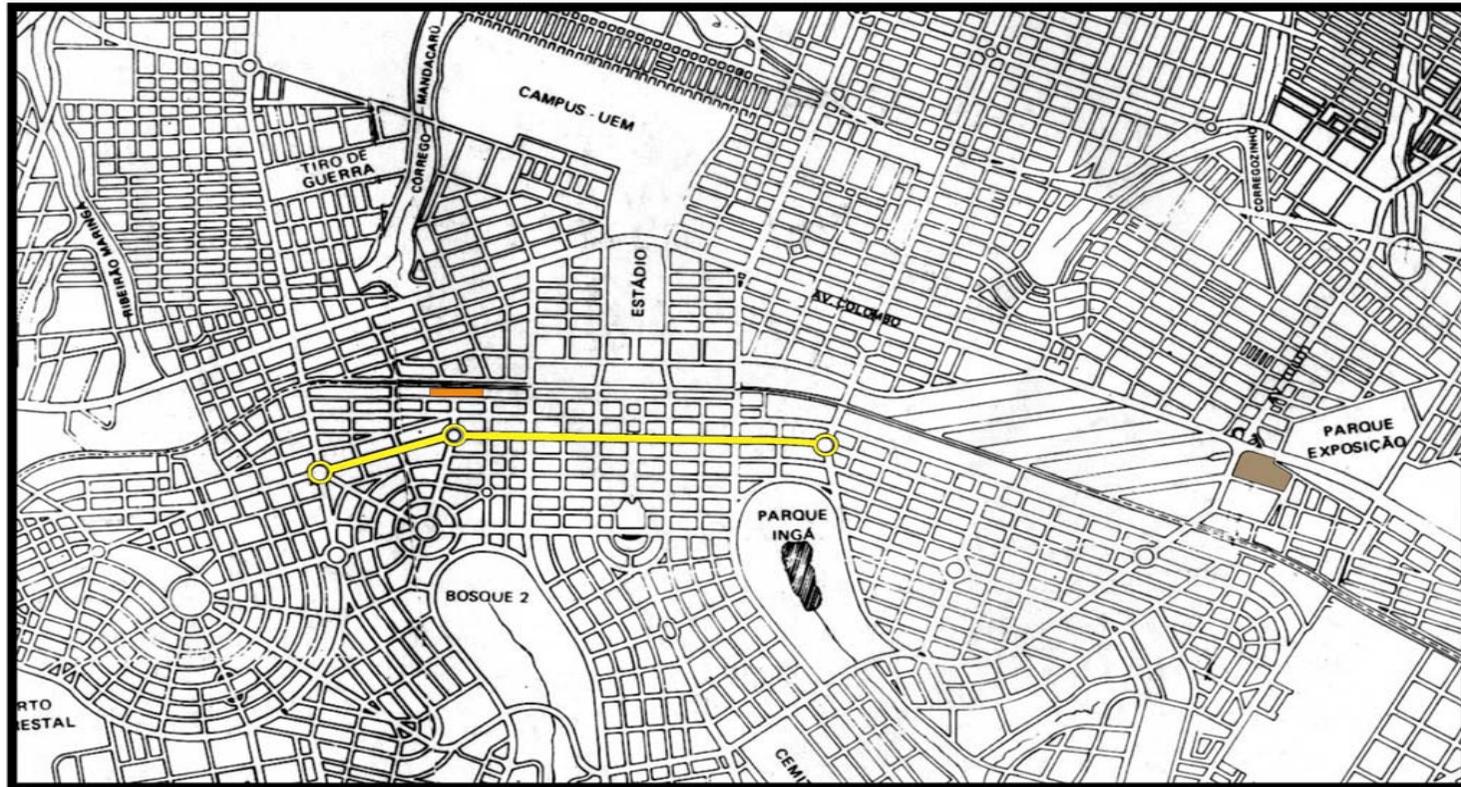
Buscou-se a identificação das placas dos veículos como fonte de informação devido à facilidade de abordagem dos mesmos. A segurança de que a maioria desses veículos tem como origem às localidades identificadas, é de que o Departamento de trânsito impôs, já há alguns anos, leis que exigem a rápida¹¹⁰ transferência dos documentos ao novo proprietário, contribuindo assim para uma margem mínima de erro.

¹⁰⁸ W, Christaller – *Central Places in Southern Germany*, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1966.

¹⁰⁹ IBGE. *Regiões de influências das cidades*. (revisão atualizada do estudo: divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas). Rio de Janeiro: IBGE-DGC, 1987. 212 p.

¹¹⁰ o novo proprietário do veículo tem o prazo de 30 dias para efetivar a transferência, considerando a data de autenticação da assinatura do antigo proprietário.

MAPA 11 – ÁREA PARCIAL DE MARINGÁ E PONTOS DE GRANDES FLUXOS DE VEÍCULOS



CIDADE DE MARINGÁ

LEGENDA

-  **Atacadão**
-  **Shopping Maringá**
-  **Trecho da Av. Brasil entre as Praças 7 de Setembro e Rocha Pombo**

Org.: VERCEZI, J. T

Buscou-se informações junto a ACIM – Associação Comercial e Industrial de Maringá, para constatar possíveis datas de maior fluxo de consumidores no comércio maringaense. Assim foram escolhidas datas aos sábados, com horários estabelecidos entre as 10 às 12 horas para levantar a procedência dos veículos através das placas dos carros.

O número averiguado totalizou 3041 placas de veículos, desse total, a grande maioria foi da própria cidade de Maringá, apresentando 2281 carros. Em relação aos municípios que compõem a RMM, com exceção da cidade de Maringá, os que apresentaram maior significância foi Sarandi com 41,9%, seguido de Marialva com 22,7% e Paiçandu com 11,2%. Dentre os municípios inseridos no objeto de estudo esses foram os que apresentaram maior relação com a cidade pólo.

Iguaraçu apresentou 3,3%, Mandaguari 2,5% e Ângulo 1,8%. Não convém desconsiderar nesta análise que conforme o número populacional do município, será maior ou menor a sua significância nos dados averiguados, embora isto não invalide o grau de relações estabelecidas entre esses municípios e a cidade pólo.

TABELA 16 – Procedência de Veículos na Av. Brasil – Centro (Trecho entre a Praça Rocha Pombo até a Praça 7 de Setembro)

Municípios	Qtde de veículos em 07/04/2001	Qtde de veículos em 05/05/2001	Qtde de veículos em 09/06/2001	Total	RMM %	Municípios polarizados por Maringá	
						Nº	%
Maringá	829	669	783	2 281	89,17		
Marialva	26	14	23	52	2,46	52	22,7
Mandaguari	-	5	2	7	0,28	7	2,5
Paiçandu	14	15	17	46	1,80	46	16,6
Mandaguaçu	12	8	11	31	1,22	31	11,2
Ângulo	2	2	1	5	0,19	5	1,8
Sarandi	37	38	41	116	4,53	116	41,9
Iguaraçu	2	3	4	9	0,35	9	3,3
Total	922	754	882	2 558	100	277	100

FONTE: In loco.

Org.: VERCEZI, J. T.

Além dos municípios que integram a RMM, obtiveram destaque as cidades de Nova Esperança com 8,5 e Floresta com 3,8% (GRÁFICO 14). Floresta é um município que também faz divisa com o município de Maringá, localizada a 25 Km de distância, apresentando 5.129 habitantes. Este município, curiosamente tem estabelecido uma significância superior, em relação aos municípios de Ângulo e Iguaraçu, e no entanto no momento da formulação da lei e instituição da RMM, o mesmo não foi inserido.

A observação desse fato contribui para que a “leitura” da criação da RMM tenha fortes indícios de ser uma questão em que pesou muito os interesses políticos estabelecidos no projeto.

Na tabela 17 foram considerados também outros municípios que não integram a RMM e constatados 444 veículos ao todo. A procedência desses veículos vem de dezenas de outras localidades, o que invalida o percentual de 58,4%. Curitiba e São Paulo apresentaram uma média de cinco veículos cada uma.

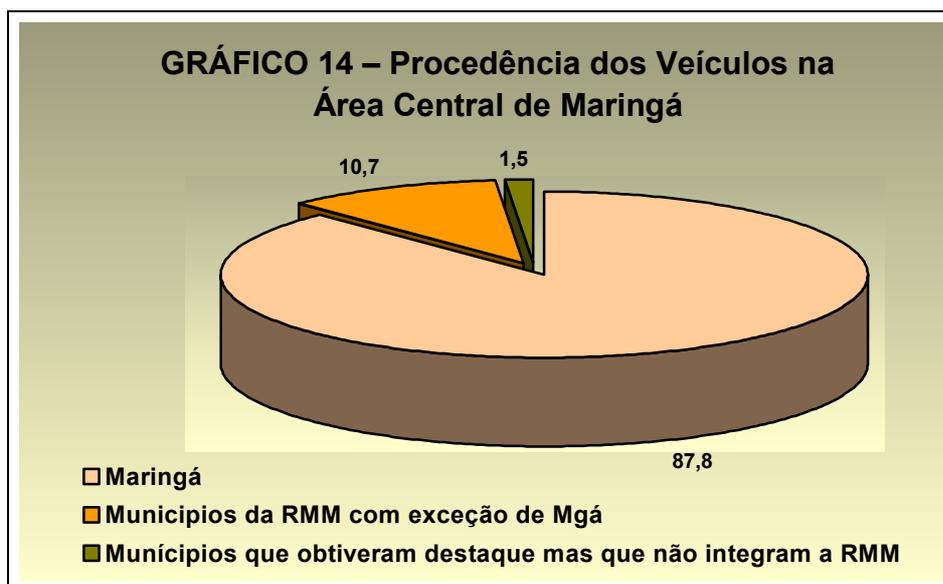
Em mais uma das averiguações, torna-se possível evidenciar a fortíssima relação que Sarandi e Paiçandu principalmente, apresentam com Maringá.

TABELA 17 – Amostragem por Placas de Veículos na Av. Brasil – Centro (Praça Rocha Pombo até a Praça 7 de Setembro) dos Municípios que Integram a Região Metropolitana de Maringá e Outros Municípios que Apresentaram Significativa Participação

Municípios	Qtde de veículos em 07/04	Qtde de veículos em 05/05	Qtde de veículos em 09/06	Total	%
Municípios que são polarizados por Maringá e que integram a RMM	93	85	99	277	36,4
Nova Esperança	12	7	8	27	3,6
Floresta	2	6	4	12	1,6
Outros	133	164	147	444	58,4
Total Geral	240	262	258	760	100

FONTE: in loco.

Org.: VERCEZI, J. T.



FONTE: in loco. Trajeto da Av. Brasil (da Praça Rocha Pombo até a Praça 7 de setembro)
Org. VERCEZI. J.T.

A grande importância das atividades terciárias, cujos processos e relações permitem agregar valores consideráveis à economia maringaense, tem em seu âmago a produção agroindustrial da região.

Dos consumidores que partem dos municípios próximos para virem consumir em Maringá, a grande maioria acaba por deixar na cidade pólo uma significativa parcela da economia regional.

O segmento dessa dinâmica pode ser resgatado nas amostras obtidas em dois grandes empreendimentos comerciais de Maringá. Os horários e as datas foram sugeridos pelas próprias empresas, por serem momentos de maior fluxo de clientes.

A procedência dos consumidores do Shopping Maringá (TABELA 18) realizada em três diferentes datas, 08 de setembro, 13 de outubro e 10 de novembro de 2001 com horário das 10 às 12 horas, através do levantamento das placas dos carros, permitiu constatar que em uma média de 350 carros por hora o município que apresentou maior relação de consumo foi Sarandi, apresentando 3,8% dos carros que adentraram no estacionamento. Marialva ficou em segundo lugar com 2,9%, Mandaguari com 0,9% e em quarto lugar, Paiçandu com 0,8%. Mandaguaçu apresentou uma participação menor e menos significativa, ficando com 0,5%, Ângulo

e Iguaçu apresentaram a mesma proporção 0,1% sendo pouco expressiva diante das demais localidades.

Torna-se necessário ressaltar que a área de influência de Maringá não se restringe aos municípios instituídos na RMM, neste sentido, constatou-se a presença de um número superior a 70 municípios não referenciados na questão. A totalidade dos mesmos apresentou uma participação de 14,4% do total. Convém lembrar que muitos desses veículos vêm de outras regiões e até mesmo de outros Estados.

TABELA 18 – Procedência dos Consumidores do Shopping Maringá (Big)

Município	08/set/2001	13/out/2001	10/nov/2001	Total	%
Ângulo	0	1	1	2	0,1
Iguaçu	1	1	0	2	0,1
Mandaguaçu	2	4	4	10	0,5
Mandaguari	4	6	9	19	0,9
Marialva	18	20	24	62	2,9
Maringá	442	611	574	1627	76,5
Paiçandu	3	7	6	16	0,8
Sarandi	21	31	29	81	3,8
Outros	67	124	116	307	14,4
Total	558	805	763	2126	100,0

FONTE: in loco.

Org.: VERCEZI, J. T.

Na análise da procedência da população que vem fazer compras no Atacadão (TABELA 19), foi possível constatar que a média de carros no período investigado foi de 214 carros por hora e a porcentagem maior de consumidores dos municípios da Região, ficou para Sarandi com 3,3%, Marialva ficou em segundo lugar com 2% e o terceiro lugar difere da classificação do Shopping Maringá, estando Paiçandu em terceiro com 2,1% e Mandaguari em quarto com 1,2%. Mandaguaçu apresentou uma participação 0,9%, Iguaçu ficou com 0,5% e Ângulo 0,2%. Os três últimos municípios retratados apresentaram a menor participação dentre os sete municípios referenciados.

TABELA 19 – Procedência dos Consumidores do Atacadão

Município	08/set/2001	13/out/2001	10/nov/2001	Total	%
Ângulo	0	1	1	2	0,2
Iguaraçu	1	2	3	6	0,5
Mandaguaçu	3	5	4	12	0,9
Mandaguari	4	7	4	15	1,2
Marialva	10	9	7	26	2,0
Maringá	287	320	302	909	70,7
Paiçandu	7	10	10	27	2,1
Sarandi	14	15	14	43	3,3
Outros	65	97	84	246	19,1
Total	391	466	429	1286	100,0

FONTE: in loco.

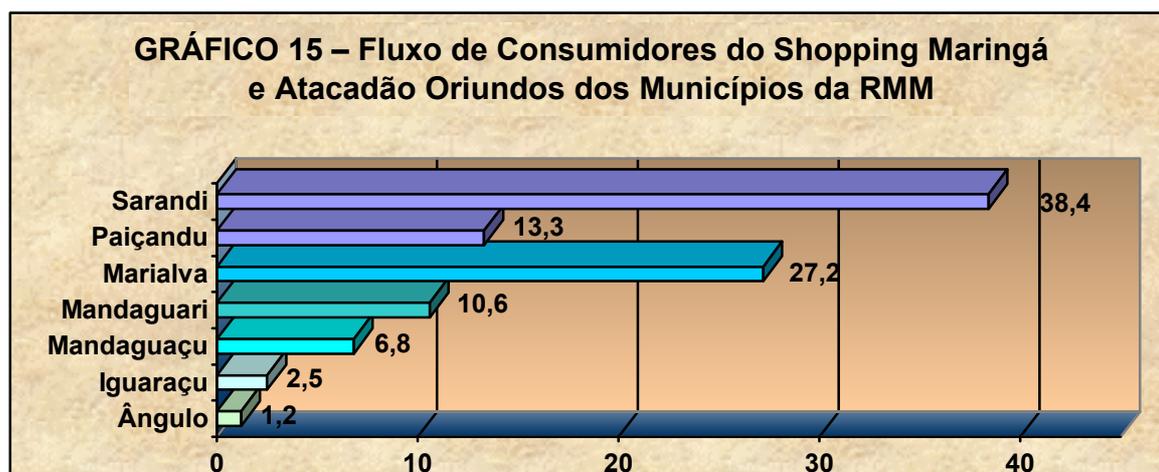
Org.: VERCEZI, J. T.

Sarandi e Paiçandu são os municípios que além de apresentar um forte vínculo com Maringá, também apresentam elevadas taxas de crescimento populacional (superior a 4% a.a.).

Dos municípios analisados por esse objeto de estudo, ganham destaque Sarandi e Marialva (GRÁFICO 15) enquanto consumidores nos dois estabelecimentos ora pesquisados, estabelecendo assim, um maior fluxo de veículos nos períodos e horários, analisados na enquêta.

Paiçandu ficou com 13,3%, em terceiro lugar embora com uma porcentagem menor em relação aos primeiros.

Ressalta-se aqui que os municípios agregam na sua área urbana, inúmeras lojas que oferecem serviços que até suprem as necessidades mais imediatas, mas com proporções mais singelas e sem grande variedade de opções. Os deslocamentos realizados para Maringá, em muitas ocasiões são realizados não só com intuito de obter maior variedade ou preços, muitas vezes esses deslocamentos são associados ao lazer.



FONTE: in loco.
Org.: VERCEZI, J. T.

Essas articulações espaciais que retratam as relações interurbanas tendem a tornarem-se cada vez mais intensas, consoantes ao aprimoramento do setor informacional, pois com as comunicações sem barreiras os fluxos tornam-se ainda mais patentes, fortalecendo a unicidade do território e aprimoramento dos espaços envolvidos.

6.6 – Gestão do Território como Instrumento de Preservação da Ordem Pública na Região de Maringá

6.6.1 – Estrutura do 4º Batalhão de Polícia Militar de Maringá

Como revelador do processo de ocupação da região norte do Paraná está a forte expansão populacional ocorrida principalmente em função da economia cafeeira, orquestrando toda uma organização sócio-espacial. Este agente econômico contribuiu para a formulação e criação de instituições que desenvolvem papel indispensável às aglomerações humanas que se tornam a cada momento mais complexas e dinâmicas.

Neste sentido, em 14 de março de 1967 criou-se, pelo Decreto-Lei Estadual nº 4.437, o 4º Batalhão de Polícia Militar.

A área de atuação do 4º BPM é de aproximadamente 6.000 Km² englobando 24 (vinte e quatro) municípios, dentre os quais, destacam-se as Comarcas de Maringá, Mandaguari, Marialva, Mandaguaçu, Colorado, Astorga e Sarandi, ultrapassando uma população de 700.000 habitantes. A unidade presta diuturnamente a segurança preventiva e repressiva através dos diversos tipos de policiamento.

Assim, oportunamente, implementa-se o aspecto de entrosamento da sociedade militar com a sociedade civil, para que, do ponto de vista espacial e de disposição das ações coercitivas ao crime, não haja danos para a sociedade como um todo e menos desintegração ou isolamento de alguns espaços como opção da população de se auto-protegerem.

Decorrente do processo de mudança do perfil espacial das cidades, surgem nas grandes concentrações populacionais adequações espaciais que estão sendo criadas para amenizar prováveis reflexos das diferenças oriundas das contradições desses espaços, e mesmo havendo um forte aparato policial que procure oferecer segurança, evidencia-se nos dias atuais a formação de novos espaços que visam proteção. Neste sentido, o próprio trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2000), mostra-nos que,

*“a busca de proteção em enclaves, ou seja, na conformação de espaços de moradia e / ou trabalho, murados ou sob forte aparato de segurança, tanto nas ocupações legais – compondo condomínios verticais ou horizontais - quanto nas ocupações ilegais ou bairros protegidos”.*¹¹¹

Pelo fato de ser bastante significativo o aumento não só populacional, mas dos equipamentos urbanos, é que surge a necessidade de galgar uma política de segurança específica dentro de uma área que apresenta ampla complexidade de estruturas funcionais num significativo conjunto territorial de fixos e fluxos articulados diante das evidências econômicas e sociais engendrados em uma região em desenvolvimento.

¹¹¹ IPEA e Outros. *op. cit.* 2000. p. 90.

6.6.2 – Do real para o ideal – as propostas de gestão territorial integrada no 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá

Visando minimizar a área de atuação do 4º BPM que atualmente envolve 7 comarcas, somando 24 municípios apresentada (FIGURA 2), e objetivando buscar maior eficiência do efetivo disponibilizado para os municípios de Maringá e região, em outubro de 2000 a Assembléia Legislativa aprovou Projeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar em Maringá. A autoria deste projeto foi do deputado Divanir Braz Palma, documento este que não teve o aval do Palácio Iguazu e foi vetado pelo governador Jaime Lerner.

Em entrevista concedida ao Jornal O Diário do Norte do Paraná de 29 de outubro de 2000, o próprio comandante do BPM, coronel Gilberto Kummer, defendeu a criação desse Batalhão alegando que a mesma “é plenamente justificável e tem seu apoio”, pois todo o contingente atual, a serviço da região, no entanto deveria ser exclusivamente para Maringá, Sarandi e Paiçandu (FIGURA 2), pois os três municípios totalizam mais de 380 mil habitantes. A alegação maior em defesa do Batalhão Metropolitano é de que Maringá é um grande pólo regional e é o terceiro município em população, com significativa arrecadação, por isso a necessidade de um “policiamento próprio”, de maior envergadura.¹¹²

Considerando a tabela 20 da situação funcional do efetivo, quanto ao patrulhamento constata-se que apenas Maringá e Sarandi apresentam um percentual de mais de um militar por km², sendo que o município de Maringá tem a sua disposição em média de 1,08 PM/Km² e Sarandi 3,90 PM/Km², os dados apresentados por Maringá e Sarandi em uma proporção maior, justifica-se por um maior número de ocorrências, uma vez que a população é bastante significativa e no caso do Sarandi o poder aquisitivo de uma considerável parte da população é baixo.

Os demais municípios, por não apresentarem complexidade maior quanto às relações sócio-espaciais, não apresentam um elevado contingente populacional embora já sejam predominantemente urbanos, apresentam assim

¹¹² ROCHA, Elvio. Maringá terá Batalhão Metropolitano. *Jornal O Diário do Norte do Paraná*, 29 de outubro de 2000, p.10.

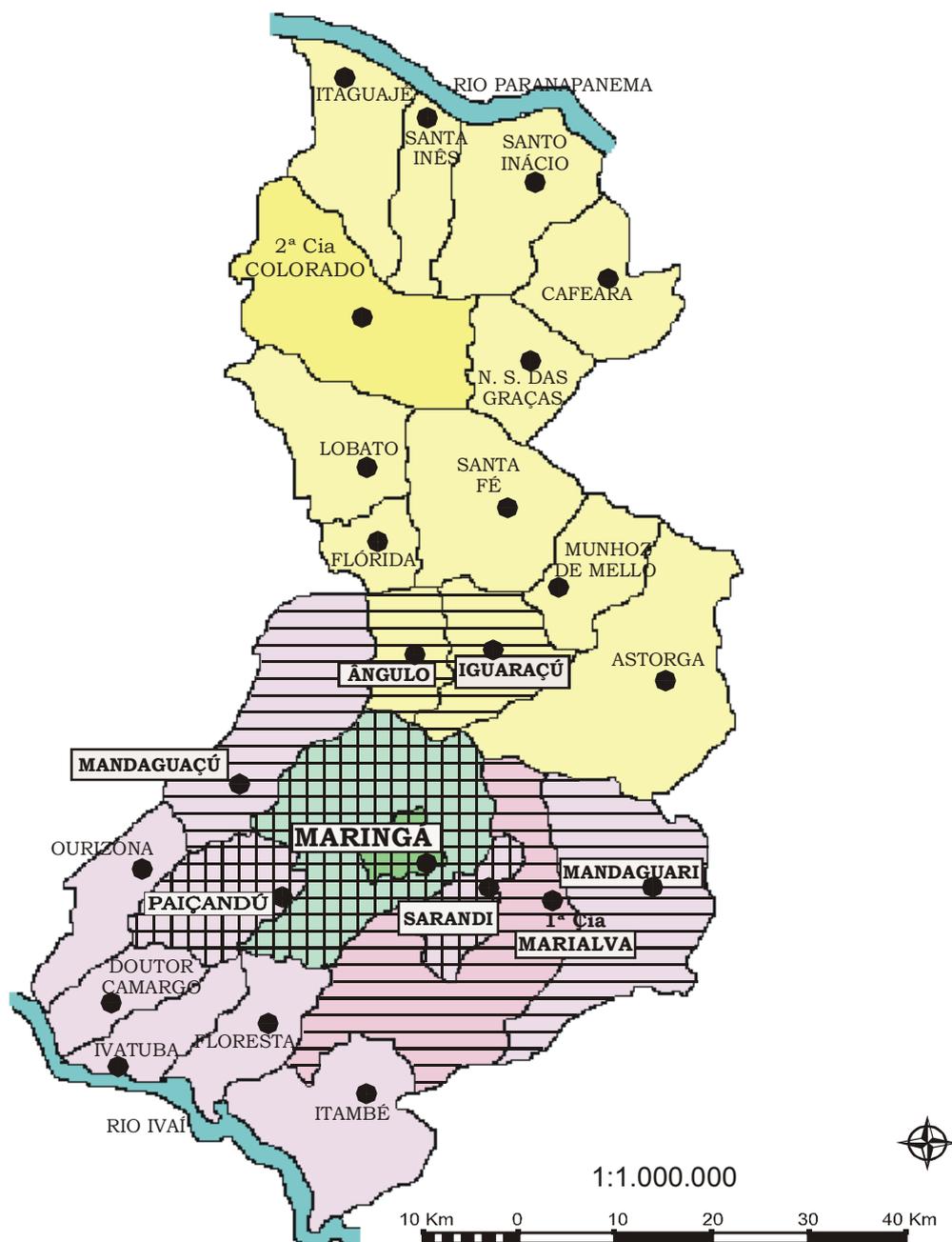
uma disponibilidade militar de equivalência de um considerável espaço territorial para cada PM, evidenciada na tabela 20.

A proposta de criação do Batalhão Metropolitano referenciado anteriormente, difere da proposta da instituição da Região Metropolitana de 17 de julho de 1998, pois os municípios são em maior número, envolvendo também o município de Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Ângulo e Iguaraçu, embora esses municípios que integram a proposta da criação da região metropolitana, não estejam inseridos na mancha urbana, evidenciada no perfil de conurbação em que se insere Maringá, Sarandi e Paiçandu¹¹³.

A apresentação do efetivo na tabela 20, retrata a situação de atuação do número de policiais conforme a área dos municípios e também o contingente populacional, sendo que para os municípios que apresentam menos de 50.000 habitantes, a média é para cada PM cerca de 28,3 Km² dentro desta proposta de metropolização.

¹¹³ Paiçandu está praticamente conurbado, pois a ampliação de parques residenciais e indústrias ao longo da rodovia que liga Maringá com Paiçandú já possibilita aludir a este processo.

FIGURA 2 - IDENTIFICAÇÃO DA JURISDIÇÃO DO 4º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR E AS PROPOSTAS DE GESTÃO METROPOLITANA



LEGENDA:

JURISDIÇÃO DO 4º BPM

MUNICÍPIOS : 24

HABITANTES : 543.628

ÁREA TOTAL : 5.516,9 Km²

COMARCAS : 7



MUNICÍPIOS DA INSTITUÍDA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ



MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO BATALHÃO METROPOLITANO DE MARINGÁ (PROJETO DE LEI)

FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá - 2001, Jornal O Diário do Norte do Paraná (29/10/2000)
Adaptado por: VERCEZI, J. T.

TABELA 20 – Policiais da Companhia Metropolitana com Sede em Maringá

Cia Metropolitana	PM/KM2
Maringá	1,08
Sarandi	3,90
Total PM Cia Metropolitana	2,49
1ª Companhia, sede em Marialva:	
Marialva	19
Mandaguari	17
Itambé	40
Floresta	16
Ivatuba	23
Dr. Camargo	12
Ourizona	22
Mandaguaçu	21
Paçandú	12
Total da 1ª Companhia	19
Média da 1ª Companhia	20
2ª Companhia, sede em Colorado:	
Colorado	17
Astorga	22
Itaguajé	28
Santa Inês	187
Santo Inácio	65
Cafeara	58
Nossa Senhora das Graças	42
Flórida	36
Lobato	85
Santa Fé	26
Munhoz de Mello	46
Iguaraçu	65
Ângulo	36
Total da 2ª Cia	35
Média da 2ª Cia.	54
TOTAL GERAL	09

FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá – 2001.

Adaptado por: VERCEZI, J. T.

Os dados referenciados apresentam a percentagem dos municípios que estão sobre o comando da área de atuação do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá, tendo a sede administrativa localizada no município de Maringá.

A proximidade que alguns municípios apresentam em relação à cidade pólo de Maringá, contribui para que esta promissora cidade apresente um grau de comutações diárias intensas com essas áreas, na medida em que além de agregar decisões e o comando de funções, também recebe um contingente populacional em um movimento pendular diário que encorpa o fluxo não só entre essas cidades mas na própria cidade pólo de Maringá.

Tais dinamismos têm permitido novas estratégias de trabalho na área de segurança, proporcionadas pela ampliação das relações de desenvolvimento tecnológico principalmente, o que otimiza a atuação em uma área abrangente com um menor espaço de tempo. Sendo assim, a interdependência funcional de uma região com abrangência melhor delimitada refletirá na qualidade de serviços que asseguram articulações precisas e eficazes, não só em segurança mas em uma melhor qualidade de vida para a sociedade de Maringá e região.

6.7 – Fluxo Populacional na RMM

O curso de atividades desempenhadas por organizações públicas e privadas segue um direcionamento programático voltado à implementação e regulação de estruturas que visam suprir a demanda locacional de uma base territorial que no caso de Maringá, ultrapassa seus limites, envolvendo áreas urbanas de outros municípios que apresentam contigüidade e até mesmo de municípios que não estão conurbados, mas se encontram continuamente engajados pelas funções que extrapolam a cidade pólo e que tornam-se mais ou até mesmo menos intensas na proporção da utilização de oferta de bens e serviços.

A estrutura criada pela CMNP, para a cidade de Maringá, nas palavras de Endlich (1998) referencia,

“a localização privilegiada, no que se refere à situação rodoviária existente. Considerando que a referida situação fora escolhida cuidadosamente e a rede de estradas construídas para melhor articular este espaço e sua região, pode-se afirmar que a boa localização de Maringá fora produzida pelos seus empreendedores capitalistas e pelo Estado. (...) Maringá já surgira, portanto, predestinada a ter uma posição hierarquicamente superior na composição da rede urbana.”¹¹⁴

O arranjo espacial proposto para Maringá e por toda área colonizada pela CMNP, nos dias atuais reflete na interação e integração de inúmeros municípios que comutam diariamente produtos e principalmente população, atraídos pelas possibilidades que um maior centro oferece.

Nesse arranjo de redes que viabiliza a funcionalidade e dinamismo voltados ao capital, a ligação das localidades busca a multiplicação das possibilidades de deslocamento através da oferta cada vez mais significativa de transportes.

Com as mudanças vividas nas últimas décadas, o Norte do Paraná sofreu profundas transformações e, nesse contexto, Maringá assimilou um papel multifuncional, principalmente quanto à divisão territorial do trabalho, engendrando e oferecendo possibilidades que outras áreas urbanas não têm, subordinando quanto aos fluxos, municípios como Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva e Mandaguari com a intensidade de ligações conforme a ordem dos centros urbanos respectivamente elencados.

Essa realidade de subordinação torna-se presente nos fluxos, destacando-se em uma determinada rede retratada nesse momento pelo transporte coletivo.

Maringá, está inserida em uma estrutura de transportes coletivos que deslocam passageiros não só na área urbana de Maringá, mas desta com outros municípios, servidos pelo transporte metropolitano¹¹⁵ da Empresa Viação Garcia Ltda¹¹⁶ e TCCC – Transporte Coletivo Cidade Canção¹¹⁷ e Expresso Maringá¹¹⁸.

¹¹⁴ ENDLICH, Ângela. *Maringá e o tecer da rede urbana regional*. Presidente Prudente, 1998. p. 61 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Geografia, UNESP.

¹¹⁵ Termo utilizado pelo DER para diferenciar do transporte regional de passageiros.

¹¹⁶ Marialva, Mandaguari e Mandaguaçu.

¹¹⁷ Sarandi.

¹¹⁸ Paiçandu.

Na análise do total de passageiros (TABELA 21) fornecidos¹¹⁹ pela DSTC – Divisão dos Serviços de Transporte Comercial no período de janeiro a dezembro de 2000 foi possível averiguar que o município que apresentou maior fluxo de passageiros com Maringá, foi Sarandi estabelecendo uma média mensal de 413.345 passageiros, representando 47,5% (GRÁFICO 16) do total de passageiros transportados, com 211 deslocamentos¹²⁰ de Sarandi para Maringá.

Paiçandu apresentou um percentual bastante representativo diante dos dados analisados, pois sua média mensal foi de 261.141 passageiros com 61 viagens. Na participação do total, obteve 30% do número de passageiros transportados.

Esses dois eixos de transporte coletivo são realizados pelo domínio da TCCC e são justamente essas duas linhas que somam ao todo 77,5% do total de passageiros, apresentando uma forte tendência monopolista nestas linhas praticadas por essa empresa.¹²¹

Mandaguaçu, Marialva e Mandaguari apresentam participação menor no fluxo da população para Maringá, somando 22,6% do total obtido, respectivamente 8,8%, 7,5% e 6,3% para cada um dos municípios retratados. Essas cidades são atendidas pela Viação Garcia. Constatou-se que o número de viagens efetuadas em um dia da semana, de Mandaguaçu para Maringá foi no total de 29, Marialva 25 e Mandaguari saíram 20 circulares com destino a Maringá.

Esta análise permitiu constatar em mais um momento a forte relação estabelecida por Sarandi seguido de Paiçandu com Maringá e praticamente a ínfima comutação estabelecida entre Ângulo e Iguaraçu com a cidade pólo, no que tange ao deslocamento de passageiros através dos transportes coletivos.

Pela análise já realizada depreende-se uma política de transportes equacionada na interação de espaços resultando num espaço integrado na Região Metropolitana de Maringá.

¹¹⁹ Os dados não foram fornecidos pela Viação Garcia e pela TCCC, alegando impossibilidades técnicas de informações para terceiros.

¹²⁰ Foi considerado um dia da semana.

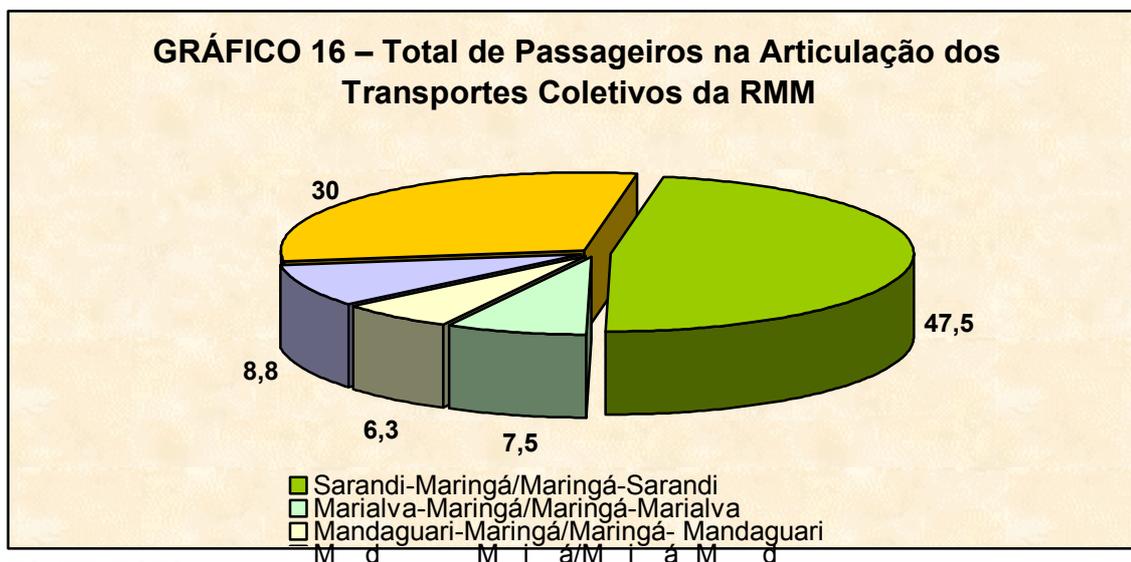
¹²¹ Na área urbana de Maringá, a TCCC monopoliza o transporte coletivo.

TABELA 21 – Articulação de Passageiros no Transporte Coletivo da RMM no Período de Janeiro a Dezembro de 2000

ARTICULAÇÃO	TOTAL	MÉDIA MENSAL	%	Nº de veículos que partem em direção a Maringá
Sarandi-Maringá/Maringá-Sarandi	4.960.140	413.345	47,5	211
Marialva-Maringá/Maringá-Marialva	781.588	65.132	7,5	25
Mandaguari-Maringá/Maringá- Mandaguari	656.653	54.721	6,3	20
Mandaguaçu-Maringá/Maringá- Manadaguaçu	917.564	76.463	8,8	29
Paiçandu-Maringá/Maringá- Paiçandu	3.133.703	261.141	30,0	61
TOTAL GERAL	10.449.648	870.802	100,0	346

FONTE: DSTC

Org.: VERCEZI, J. T.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização e os sistemas urbanos assimilados como consequência do desenvolvimento capitalista, provocou, a partir do século XIX, no Brasil, sensíveis transformações no meio econômico e social e, inversamente, diferentes interesses sócio-econômicos refletiram em uma configuração territorial particularizada.

O contexto histórico-econômico ao qual significativa parte do território paranaense está atrelado, estabelece um processo de ocupação privada que contextualizou em uma colonização sistematizada com uma dinâmica planejada, apresentando como coadjuvante a cultura cafeeira que, após inserir o território na lógica capitalista, sucumbiu aos sucessivos percalços devido às intempéries (geadas constantes) e a reestruturação econômica do mercado desse produto. Pontualmente aos acontecidos, as culturas temporárias, as modificações sócio-espaciais no campo e a forte estruturação dos Complexos Agroindustriais não tardaram a ocorrer, em substituição ao tradicional “complexo rural”, regionalmente definido pelo “complexo cafeeiro”.

Apregoa-se com essas transformações a inversão significativa da população rural para as áreas urbanas, caracterizando a forte migração de um contingente que se viu sem opções no campo, substituídos pelas possibilidades tecnológicas.

Esse novo perfil sustentado principalmente pela indústria, constituiu-se em novos padrões espaciais, pois as médias e grandes cidades refletiram o rearranjo social, político e econômico provocado pela mobilidade populacional, criando uma nova relação “capital-trabalho”.

Resultado da incorporação técnica, da reestruturação das necessidades e das insignificantes políticas econômicas e sociais voltadas à revigoração de pequenos núcleos urbanos, torna-se eloqüente o esvaziamento dessas aglomerações, que acabam por contribuir para o quadro de involução que muitos municípios tem apresentado nas últimas décadas.

A estruturação do sistema urbano atual configura-se em uma intensificação concentradora de população nas cidades de maior porte, pois são nessas concentrações que o capitalismo engendra novas relações e consumos, impulsionando as indústrias e fortalecendo o setor terciário dentro da dinâmica de complementariedade.

E é nessa particularidade que deliniam-se a organização espacial da produção e da população da região de Maringá, influenciadas pelos velhos e novos fixos que dão suporte aos fluxos constantemente apresentados e intensificados entre a cidade pólo e os municípios por ela polarizados.

A movimentação desses espaços refletida na concentração demográfica e econômica da região acaba por expandir-se além de seus limites territoriais, contribuindo para o aparecimento da periferização e conurbação decorrentes da expansão física das cidades envolvidas, que deparam-se com estruturas institucionais inadequadas, acarretando inúmeras dificuldades em gerir o atendimento e demandas resultantes da complexidade das crescentes funções urbanas, principalmente quando essas desrespeitam os limites político-administrativos gerados pela comutação de pessoas e produtos, exigindo assim o esforço e decisão conjunta de municipalidade.

Neste sentido, a região Norte do Paraná, apresentou desde o final da década de 1970, articulações voltadas para a investigação de uma possível formação de uma Metrópole Linear Norte do Paraná - "METRONOR", envolvendo o eixo Londrina – Maringá. O METRONOR em seu aglomerado urbano, apresentou algumas singularidades em relação a outras áreas do sub-sistema urbano paranaense. Foram apresentados desde a sua gênese formas de organização econômica e social, processo de urbanização, bem como o caráter polarizador que a área ainda hoje apresenta. Esta proposta acabou por não sair do papel tornando-se um significativo estudo diante da integração dos municípios que estavam ao longo do eixo analisado.

Referências semelhantes ao contexto foram apresentadas no trabalho realizado em conjunto por órgãos importantíssimos que desenvolvem análises sobre a urbanização do Brasil. A série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do

Brasil, IPEA (2000), retrata a significância e complexidade estabelecida na região Norte-Central Paranaense:

“Em um eixo de intensa complexidade, na mesorregião norte-central paranaense, articulam-se as aglomerações de Londrina e Maringá – dois dos principais pólos regionais do estado, ambos com centralidade forte e grande dimensão. Londrina forma com Ibiporã e Cambé uma mancha de ocupação contígua. Continuamente, sua aglomeração integra os municípios de Apucarana, Araçongas, Jandaia do Sul e Rolândia, com níveis de centralidade significativos, de forte para médio até médio para fraco, além de Tamarana e Jataizinho. Essa mancha contínua descreve um vetor de ocupação ao longo da ligação Londrina-Cornélio Procópio. A aglomeração de Londrina tem 773.604 habitantes, com uma densidade de 172,29, e cresce a taxas elevadas porém decrescentes (de 2,07% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,65% a.a., entre 1991 e 1996). A aglomeração de Maringá agrega contiguamente Sarandi e Paiçandu, e continuamente Marialva. Possui 380.527 habitantes, com densidade demográfica de 306,38, em uma das áreas de maior densidade de ocupação do norte do estado. Suas taxas de crescimento permanecem bastante elevadas (3,73% e 2,70% a.a., nos períodos analisados). Esse conjunto configura a principal aglomeração urbana do Paraná, na qual a polarização concorrente entre Londrina e Maringá exerce grande força em todo o interior do estado, penetrando no Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis).¹²²

Seguindo a proposta de formação de gestão integrada do território, no final da década de 1980, surgiu a proposta de criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu – METROPLAN. A articulação engendrada pelo conjunto de atividades econômicas em Maringá torna-se muito abrangente uma vez que ultrapassa os limites do estado, principalmente nas atividades relacionadas ao comércio atacadista e alguns segmentos da agroindústria, em especial os de carne, fiação de seda e processamento de soja.

As escalas alcançadas pela expansão de serviços e da área urbana de Maringá trouxeram manifestações de extravasamento da urbanização, envolvendo Sarandi e Paiçandu, proporcionando uma complexificação crescente nos serviços urbanos.

Este processo acarretou para as administrações locais situações inovadoras e ao mesmo tempo problemáticas, gerando desafios a serem superados. O resultado

¹²² IPARDES. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. 2000 p.70.

da associação dos quatro municípios torna-se substancialmente complexo, exigindo adequações de planejamento e gestão. Não só de Maringá, mas das prefeituras das cidades vizinhas, devendo adaptar-se a uma nova realidade, pois as amplitudes dos problemas tomam proporções que o município isolado não teria.

O novo processo de planejamento constituído em um agente de coalizão de interesses na defesa de projetos de abrangência regional faz recrudescer no METROPLAN a importância de deliberar ações de desenvolvimento e aprimoração dos municípios envolvidos, mas o forte vínculo entre o Plano e os gestores da época acabam por se tornar em um limitante para a sua continuidade. As novas administrações eleitas, de oposição, não deram prosseguimento nem ao plano e nem ao Consórcio. O METROPLAN foi praticamente extinto em 1992, após a sucessão do Prefeito Ricardo Barros, na Prefeitura Municipal de Maringá.

A articulação teórica entre espaço metropolitano capitalista e movimento social urbano torna-se mais complexa e mais significativa na medida em que é fortalecida a idéia da desigualdade dos contrastes, pois o papel urbano que uma localidade exerce dentro da concepção das localidades centrais, não pode ser igualmente desempenhado por uma localidade com menores fixos e fluxos, mas sim a permuta e complementaridade entre os mesmos, o pólo na grande maioria das vezes exercendo o papel de fornecedor de estrutura e receptor de mão-de-obra e o município polarizado, ao mesmo tempo que oferece força de trabalho, usufrui também dos serviços.

Neste processo, salienta-se a questão metropolitana. Para melhor compreendê-la resgata-se a abordagem que o IPEA (2000), faz da questão:

“As aglomerações urbanas de caráter metropolitano possuem abrangência nacional quanto a sua importância econômica e funcional. Caracterizam-se por uma mancha de ocupação derivada de conurbação e / ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e / ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário).”¹²³

¹²³ IPARDES. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. 2000 p.68.

A criação das primeiras regiões metropolitana no Brasil data do início da década de 1970, período em que foram criadas nove regiões metropolitanas. Com base na Constituição de 1988, a questão metropolitana deixou de ser federal, pois a mesma foi delegada à competência estadual, podendo o Estado instituir suas próprias regiões metropolitanas.

Através dessa abertura que a constituição proporcionou, em 1998, o Deputado Joel Coimbra, estruturou o projeto de Criação da Região Metropolitana de Maringá, instituída pela Lei Complementar 253/98.

A aceleração do crescimento do aglomerado urbano proporcionou essencialidades na infra-estrutura, no setor terciário e na organização e gestão do território, pois as problemáticas voltadas a conurbação e complexificação dos fluxos voltam-se ao ordenamento e promoção das atividades engendradas nesta nova realidade.

Assim, Maringá desempenhando o papel de cidade pólo, estabelece uma forte influência sobre os municípios que proporcionam uma comutação diária de pessoas, bens e serviços, apresentando um alto grau de urbanização de 93,4%.

A formação e intensificação do processo de periferização de Maringá sobre Sarandi e Paiçandu, consistiram no extravasamento da ocupação do pólo formando uma mancha única e bastante densa, galgada nas vias de comunicação que entrelaçam as três concentrações populacionais, intensificando com isso os veios de circulação que propiciam a dinamização não só da população mas também das atividades econômicas.

Neste sentido, é pertinente referenciar o fluxo oriundo da população de Sarandi e Paiçandu, como os mais significativos no processo, o que ainda permite caracterizar essas duas áreas urbanas como cidades “dormitórios” embora nesta última década tornou-se possível valorizar o desenvolvimento dos setores secundários e terciários nessas cidades.

Quando se trata de avaliar determinadas organizações espaciais, torna-se necessário argumentar sobre as questões políticas que direcionam e determinam novas valorizações e ordenações territoriais.

O parecer dado pela Coordenadoria de Integração Regional da Secretaria de Estado de Planejamento ao projeto de lei para a criação da Região Metropolitana

de Maringá foi favorável em função dos indicadores demográficos, de urbanização, centralidade e posição econômica da aglomeração, opondo-se, contudo, à inclusão de Ângulo e Iguaraçu.

De fato estes municípios não estão incorporados à mancha de ocupação urbana do aglomerado, possuem deficiente ligação rodoviária com o pólo, têm base econômica tipicamente agropecuária e não compartilham de sua problemática urbana. Apesar dessas considerações a Lei inclui estes municípios nos limites oficiais da Região, propondo uma interpretação de cunho estritamente político.

As instituições locais, tanto de Maringá quanto dos municípios envolvidos consideram essa regulamentação promissora para a Região. No entanto, nenhuma ação foi desenvolvida no sentido de efetivar a Lei. O CIDERMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá, entidade que deverá centralizar o aparato institucional de gestão, assim como os órgãos de planejamento dos municípios, aguarda definições do governo do Estado para dar início a uma atuação ampliada, nas áreas do planejamento e gestão regional.

A Secretaria de Estado de Planejamento, por meio de sua Coordenadoria de Integração Regional, entende que o processo é local, já que foi efetivado a partir de iniciativa do legislativo municipal. Assim sendo, o Estado apenas passaria a atuar caso venha a ser criada a Coordenação das Regiões Metropolitanas do Paraná - COMEP, órgão que seria responsável pelo acompanhamento da gestão regional. No parecer em que a Coordenadoria colocou-se favorável à institucionalização da Região Metropolitana de Maringá, retoma a proposição que integra o mesmo parecer referente à instituição da Região Metropolitana de Londrina, no qual sugere essa instância de coordenação, a partir da transformação e reordenamento institucional da CUMEC. Sob sua vinculação, as regiões metropolitanas viriam a constituir superintendências locais com flexibilidade institucional, consultiva e executiva, cabendo a elas a provisão dos recursos necessários para manutenção e investimentos. Essa mensagem já foi protocolada pelo executivo e vem gerando uma certa polêmica entre políticos locais.

Atualmente, substitui o METROPLAN o CIDERMA, criado em 1997 e integrado pelos municípios que compunham o Consórcio anterior, além dos demais municípios que compõem a Região Metropolitana, segundo a Lei Estadual. É uma

empresa fiscalizada por um Conselho de Vereadores dos municípios participantes. Embora voltado para uma atuação conjunta nas áreas de transportes coletivos, meio ambiente e saúde, o Consórcio vem atuando basicamente nesta última, no atendimento especializado e cirurgias de pequeno porte, por ser entendida como área prioritária pelos municípios integrantes. Essa prioridade apóia-se ainda na exigência da formação dos conselhos estaduais e municipais de saúde para gestão dos repasses do SUS.

Com exceção da área de saúde, em que opera o CIDERMA, não há, atualmente a prática comum da oferta de bens e serviços urbanos entre os municípios da Região. Usar a expressão metropolitana tem sido o propósito de algumas entidades civis, como o caso dos transportes pois ainda não oferecem um serviço integrado e coeso dos municípios que apresentam maior integração com Maringá mas sim empresas com propostas diferenciadas que mantêm exclusividades em suas linhas.

O elemento ambiental poderá ser o indutor de ações articuladas entre os municípios. A área de captação de água para o abastecimento de Maringá sofre os efeitos da ocupação a montante, no município de Mandaguari, e em Marialva estão sendo implantados loteamentos muito próximos aos mananciais de abastecimento hídrico.

Caracterizar uma região metropolitana diante das formulações das leis, tornaria inócuas muitas institucionalizações apresentadas no final da última década, o que poderia-se propor é uma compreensão de aglomerações urbanas e conceituações não tão rígidas do termo:

*“um espaço igualmente complexo, contendo a cidade central e cidades suburbanas, e caracterizado pelos movimentos pendulares diários de trabalho e pela continuidade relativa da ocupação urbana – e uma série de anéis externos, onde a ocupação urbana é descontínua, mas os centro-satélites recebem transbordamentos de atividades desde a área metropolitana, à qual se ligam por intensos movimentos pendulares”.*¹²⁴

¹²⁴ IPEA. Política de Desenvolvimento Urbano: aspectos metropolitanos e locais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1976. p.140.

É nesses movimentos pendulares, nos transbordamentos de atividades que podemos inserir os municípios conurbados de Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari e Mandaguaçu em ocupação urbana descontínua mas que “aliteram” as relações com Maringá.

As aglomerações desenvolvidas nas cidades médias decorrentes das conurbações estão bastante relacionadas à grande concentração de atividades ao longo de importantes eixos de transporte, estabelecendo também uma multiplicidade de recursos voltados à tecnologia e à informação. É assim que Maringá vem se projetando, lançando-se a uma funcionalidade com proporções que em um futuro próximo podem estabelecer relações propriamente ditas metropolitanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Áureo. *A Mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do norte do Paraná*. Boletim de Geografia, Maringá, 4(1) p. 28-73, 1986.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, p.169-90, 1983.
- ANDRADE, Manuel C. *O Planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ANDRADE, Manuel de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV. jul.-set./1953, n. 3.
- BERNARDINO, Virgílio M. P. *Processo de ocupação do município de Paranavaí: a mobilidade da força de trabalho e a sua redistribuição espacial*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1999.
- BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1998 – Censo Demográfico 1940 – 1991. Rio de Janeiro; *Contagem da população 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 1.
- BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim de serviço*, n. 1763 (Suplemento), Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Geografia do Brasil*. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 296-321.

- BUESCU, Mircea. A Missão inglesa de 1924. *Rev. de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, ano 21, n. 82: 173-186, abril/jun., 1984.
- CAMBIACHI, Salette M. *O povoamento do norte do Paraná. Anais da Associação dos geógrafos Brasileiros*. São Paulo: v. VI, tomo I, 1953.
- CANCIAN, Nadir. *A cafeicultura paranaense: 1900/1970*. Curitiba: GRAFIPR, 1981.
- CARLOS, Ana Fani A. e ROSSINI, Rosa Ester. População e Processo de Estruturação do Espaço Geográfico. *Revista do Departamento de Geografia da FELCH*, n. 2. São Paulo: USP, 1986. p.7-18.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 503 p.
- CIOFFI, Helena. *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros*. Maringá: Gráfica Ideal, 1995.
- CMNP. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP. São Paulo, 1975. 295 p.
- CORRÊA, Walquíria Kruger. *Transformações sócio espaciais no município de Tijucas (SC): O papel do grupo USATI – Portobello*. Tese de Doutorado apresentada à UNESP (Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas). Rio Claro – SP, 1996.
- DAVIDOVICH, Fany. Transformações do Quadro Urbano Brasileiro: Período: 1970-1980. *Revista Geográfica*. Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 105, enero-junio, 1987. p. 53-75.
- DERRUAU, Max. *Tratado de geografia humana*. Barcelona: Vicens – Vives, 1969.
- DELORENZO NETO, A. *A Reorganização das áreas metropolitanas (urbanização e descentralização)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972. 133 p.
- DIMENSÕES DAS CARÊNCIAS SOCIAIS. *Informações municipais: Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE: IPEA, 1996, v. 16.
- EL-KHATIB, Faissal. *História do Paraná: Municípios do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 213.
- ENDLICH, Ângela. *Maringá e o tecer da rede urbana regional*. Presidente Prudente, 221 p. 1998, Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Geografia, UNESP.
- FERREIRA, João Carlos V. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996. 728 p.

- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. As raízes rurais da formação urbana paranaense. *Geografia – Revista do Departamento de Geociências – UEL*, vol. 7, Londrina Pr: 92/93.
- GEORGE, Pierre, apud SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo: Razão e Emoção*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.
- HOFF, Sandino. *O movimento da produção de excedentes numa região pioneira*. Maringá: UEM, 1983.
- JOFFILY, José L. *Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- LEÃO, I. Z. C. C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IparDES, 1989. 98 p.
- LENIN, V. I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LOPES, Ana Yara Dania. *Pioneiros do Capital: a colonização do Norte do Paraná*. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais, USP.
- LOURENÇO. G. M. (1997). Oportunidades regionais no Paraná. *Anais Conjuntural*, Curitiba : IPARDES, v.19, n.9110, p.3-7; set./out. 1997
- LOURENÇO. G. M. (1997). *Reconfiguração da dinâmica econômica regional: breve interpretação*. *Análise Conjuntural*, Curitiba e IPARDES, v.19. n.112. p.3-7. jan./fev. 1997
- LUZ, France. *O Fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: A Prefeitura, 1997. 217 p.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. *A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar*. *Análise Conjuntural*. Curitiba, v.14, n.11-12, nov./dez, 1992. p.06. 259 p.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento (Divisão de Modernização, Administrativa e Controle de Qualidade). *Perfil da Cidade de Maringá*. Maringá: s.n. 1984.
- MARTINS, José de S. *O cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MENDES, C. M. *O edifício no jardim: um plano destruído. A verticalização de Maringá*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

- MENDES, C. M. A verticalização, um dos reflexos do processo da metrópole em formação: Maringá, PR. *Boletim de Geografia*, UEM, ano 10. n 1 . dez. 1992, pp. 51-60.
- MENDES, C. M. & NEGRI, S. M. O “falso” novo centro de Maringá; PR. *Boletim de Geografia*, UEM, ano 16, n° 1 , 1998, pp. 67-86.
- MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. - Tradução: Waltensir Dutra. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A., 1981. p.187-231.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MORO, Dalton A. *O êxodo Rural e o Crescimento Populacional da Cidade de Maringá no Período de 1970 a 1980*. Boletim de Geografia – UEM – Ano 06, n. 01, jun. 1988. p. 19-31.
- MORO, Dalton A. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências exatas. Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1991, 353 p.
- MÜLLER Filho. Ivo Lauro. A propósito das pequenas unidades de análise em geografia urbana: a unidade de vizinhança como realidade geográfica intraurbana. *Revista Geografia*. AGT, v. 10 n° 19 . Rio Claro: 1985 p.61-89.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. Processos e dimensões do crescimento urbano norte-paranaense. *Aglomerado Urbano Londrina-Maringá*. Londrina: Seplan/UEL/UEM, 1982.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. (Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP).
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso paranaense*. São Paulo: Hucitec, 1981, 235 p.
- PARANÁ - IPARDES. *As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária do Paraná*. Curitiba, 1983.

- PARANÁ - IPARDES. Caracterização e Tendências da Rede Urbana da Região Sul. Relatório ao estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira, convênio.
- PARANÁ - IPARDES. *Dinâmica Demográfica da Região Sul: anos 70 e 80*. Curitiba, 1997. 180p.
- PARANÁ - IPARDES. Indicadores Analíticos – Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 1994. 282 p.
- PARANÁ - IPARDES. *Diagnósticos da base produtiva do Paraná: anos 80*. Curitiba, 1991. 129 p.
- PARANÁ - IPARDES. *O Paraná: economia e sociedade*. Curitiba. 1981. 72 p.
- PAVIANI, Aldo. *Mudança ou Transformação na Cidade: Uma abordagem preliminar*. GEOSUL/CFTI, nº 17, Ano IX, Florianópolis: UFSC, 1994.
- PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte do Paraná de 1940 a 1970*. Curitiba; UFP, 189 p. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1978.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. *Regiões metropolitanas e cidades médias na concepção do Estado Brasileiro – Capítulo 9*. s.n.t. p. 405-410.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Col. Brasiliense. 1979.
- PROGRAMA de atuação em favelas: *Perfil sócio-econômico das favelas do Paraná*. Curitiba: COHAPAR, 1997.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. SP: Hucitec, 1993. 157 p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Estado Habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. *Coordenação de Integração Regional*. Parecer aos projetos de lei n. 357197, 253198 e 303198 (sobre a institucionalização das regiões metropolitanas de Londrina, Maringá e Apucarana).
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Assessoria de Comunicação Social. METRONOR - Metrôpole Linear do Norte do Paraná. (mimeo), 1980.
- UNICAMP/NESUR. *Agrupamento de municípios - (Cluster)*. Campinas; 1998 (mimeo).

- SERRA, Elpídio. *A Colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná Moderno*. Boletim de Geografia. UEM. Ano 11 nº 01 12/1993.
- SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. SP: EDUSP/NOBEL, 1991.
- SILVA, José Graziano. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Do Complexo Rural aos Complexos Agro-industriais. São Paulo: Unicamp, 1996. p. 1-40.
- SMC, CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA. *Região Metropolitana de Maringá: O Habitat Humano - METROPLAN*. Clichepar Editora e Indústria Gráfica Ltda. 1991.
- SOUZA, Maria Adélia A. Paraná: O quadro Geográfico, Histórico e Econômico do processo de Urbanização. *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 46, 12/1971
- SPÓSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- TRIVIÑOS, Augusto, N.S. *Introdução – Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: ATLAS, 1987.
- ULTRAMARI, Clovis e MOURA, Rosa. *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. 154 p.
- UNICAMP-NESUR. *Agrupamento de municípios – (Cluster)*. Campinas, 1998 (mimeo).